



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**A DIFUSÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DIREITOS HUMANOS
PELO JORNAL NACIONAL**

ANDERSON MATHIAS DIAS SANTOS

JOÃO PESSOA, FEVEREIRO/2014

ANDERSON MATHIAS DIAS SANTOS

**A DIFUSÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DIREITOS HUMANOS
PELO JORNAL NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino

JOÃO PESSOA, FEVEREIRO/2014

**A DIFUSÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DIREITOS HUMANOS
PELO JORNAL NACIONAL**

ANDERSON MATHIAS DIAS SANTOS

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino - Orientadora
Instituição: Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Dr. Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain
Instituição: Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima
Instituição: Universidade Federal de Sergipe – UFS

JOÃO PESSOA, FEVEREIRO/2014

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer inicialmente aos meus pais, Hélio e Rejane, que sempre acreditaram na educação como forma de superar as desigualdades inerentes à constituição social brasileira. Assim, me incentivaram desde o momento do meu nascimento e tornaram a curiosidade, o conhecimento e o estudo um prazer para este mestrando. Sempre me apoiaram, embora claramente não entendessem que tipo de trabalho é esse em que nunca assinam a carteira e no qual há data certa para demissão.

Um agradecimento mais do que especial à minha primeira dama, Mariana, que teve muita paciência para compreender que trabalho de pós-graduando tem suas características específicas, por me apoiar em algum momento conturbado e por contribuir para manter a minha vida como um todo em um estado de felicidade perpétua que só o amor é capaz de proporcionar.

Deixo registrado meu agradecimento a todos que passaram por minha trajetória acadêmica, e não me refiro somente à universidade, mas desde os tempos da escola, onde encontrei muitas pessoas que acreditaram no meu potencial e me incentivaram. No meu bairro, Alto do Mateus, várias vezes já me disseram que sou um exemplo para os jovens do lugar, de que o estudo dá certo e compensa, e isso, sinceramente, não tem preço. Poder explicar para simpatizantes da Al-Qaeda (ou Okaida) os processos de identidade social inerentes ao seu ódio contra a gangue dos Estados Unidos... Bem, se tivéssemos mais psicólogos sociais na periferia...

Agradeço também aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – PPGPS – da Universidade Federal da Paraíba por sua contribuição e amizade nesses dois anos e que foram muito significativas para mim. Às Profas. Dras. Ana Raquel Rosas Torres e Ana Alayde Werba Saldanha por seu belo trabalho à frente

da coordenação do PPGPS e por sua disponibilidade para resolver os problemas que sempre ocorrem nesse processo. Ao Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima que gentilmente aceitou o convite para participar da banca de avaliação e às contribuições realizadas. Agradeço também ao Prof. Dr. Leoncio Francisco Camino Rodriguez Larrain tanto por ter aceitado o convite para participar da banca e pelas contribuições realizadas, mas, principalmente, por ter sido tão inspirador em um momento tão importante como o início da minha trajetória acadêmica. Apreendi muito com ele e com os membros que compunham o Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – GPCP – à época (2007/2008) e posso afirmar que foi uma honra aprender consigo. Agradeço também à Profa. Dra. Maria da Penha de Lima Coutinho, que com seu entendimento do programa *Alceste* e sua disponibilidade em utilizar os bancos de dados dos alunos para ensinar na prática a análise realizada pelo dito programa, possibilitou a esse mestrando que pudesse extrair o máximo da análise realizada nesta dissertação. Agradeço também à Lidiane Araújo (Lili para os íntimos) por poder desfrutar de sua amizade ao longo desses anos e por todas as dicas sobre o *Alceste* e debates sobre os temas acadêmicos que foram tão produtivos na minha formação.

Por fim, um agradecimento especial a todos os colegas do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral – NPDSM – que foi quase que literalmente, minha casa nos últimos cinco anos. Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Júlio Rique Neto, pois o mestrado acadêmico visa, antes de tudo, a formação de um professor, e graças à sua orientação no estágio docência pude realmente entender a complexidade e a riqueza que faz um professor. Além do exemplo, a orientação que me proporcionou me permitiu avançar, embora o caminho a percorrer ainda seja longo. Minha colega de estágio docência, a Ma. Eloá Losano de Abreu, também contribuiu bastante com sua já conhecida competência, me auxiliando e orientando nas atividades necessárias às aulas

de Psicologia do Desenvolvimento que eram desenvolvidas. Agradeço aos demais colegas do NPDSM. Nos últimos anos atingimos um nível de colaboração muito bacana e cada um tem um pedaço bastante grande de contribuição nesse trabalho, seja na forma de dicas ao trabalho diretamente, seja na forma de incentivo, o que é tão importante. Agradeço especialmente a meu amigo Julian Bruno, pelo seu incentivo, colaboração e os debates acadêmicos e filosóficos que tivemos ao longo desses oito anos de amizade que contribuíram imensamente para a minha formação pessoal e intelectual.

Um agradecimento muitíssimo especial, à minha orientadora, Profa. Dra. Cleonice Pereira dos Santos Camino. Pode ser falta de profissionalismo de minha parte, mas nunca enxerguei Cleo como uma orientadora. Para mim, e acredito que para todos que desfrutam de sua convivência, ela é muito mais do que isso. O momento mais importante não ocorreu nesses dois anos de mestrado, mas um ano antes, em 2011, pois, se Cleo fosse uma simples orientadora, eu não saberia dizer onde estaria hoje, mas com certeza não estaria no meio acadêmico, que era meu sonho desde os oito anos de idade. Seu apoio naquele momento foi essencial para que eu pudesse ter condições de permanecer oficialmente “sem trabalhar”, ou no limbo como eu chamava. Encontrei nela também o espelho do amor pelo que se faz, e desde essa época tive certeza de que o sucesso acompanha quem trabalha naquilo que ama, assim como aconteceu com ela e terei sempre seu exemplo para seguir caminhando de cabeça erguida e sabendo da importância dos trabalhos que realizamos.

RESUMO

Diversas pesquisas têm mostrado o papel da imprensa, e particularmente da televisão, na formação e difusão de Representações Sociais. Em relação à televisão, tem sido destacada a importância dos telejornais como fonte de informação sobre os Direitos Humanos. No presente trabalho analisaram-se as representações sociais dos Direitos Humanos difundidas pelo telejornal de maior audiência no Brasil – Jornal Nacional. Nesta análise, buscou-se verificar: 1) quais Direitos Humanos eram veiculados pelo Jornal Nacional; 2) qual a forma como esses direitos eram veiculados; 3) como os direitos se agrupavam no discurso jornalístico; 4) possíveis diferenças na cobertura do telejornal de acordo com os tipos de direitos veiculados e; 5) se havia defesa dos direitos veiculados e a quais direitos esses posicionamentos aparecem relacionados. A amostra foi composta por 277 notícias e reportagens referentes aos Direitos Humanos, provenientes de 54 edições consecutivas do Jornal Nacional veiculadas entre 16/04/2012 e 16/06/2012. Na amostra não constaram reportagens internacionais, sobre esportes e política. O *corpus* constituído foi analisado por meio do *software Alceste*. Dentre os resultados foi possível verificar que o conteúdo da amostra agrupava-se em quatro classes: *Crimes contra os Direitos Individuais*, *Aspectos Econômicos dos Direitos*, *Direitos relativos ao Trânsito e Direito a Proteção diante de Catástrofes*. A classe dos *Crimes contra os Direitos Individuais* (31% das UCEs selecionadas) incluiu o direito à vida, contra a violação do corpo e segurança pública. Nesta classe, foi enfatizada principalmente a violação dos direitos individuais; foi característica da cobertura desses direitos o uso da notícia curta e descontextualizada e, em geral, não se verificou a defesa dos direitos violados. A classe *Aspectos Econômicos dos Direitos* (33%) incluiu os direitos ao meio-ambiente, trabalhistas e do consumidor. Foram características desta classe o uso do argumento econômico como forma de conscientização e o uso de estatísticas; a principal abordagem nesta classe foi a que englobava a notícia seguida de uma reportagem esclarecedora e, em geral, verificou-se a defesa dos direitos veiculados. A classe dos *Direitos relativos ao Trânsito* (24%) incluiu os direitos de segurança no trânsito, transporte público e greve. A forma de cobertura típica desta classe foram as reportagens longas e contextualizadas; verificou-se, nesta classe, a defesa dos direitos de segurança no trânsito e transporte público e a crítica ao direito de greve; por fim, a classe do *Direito a Proteção diante de Catástrofes* (12%) incluiu notícias e reportagens acerca de tragédias, notadamente, a seca no Nordeste e enchentes no Amazonas. O tipo de cobertura variou nesta classe entre as reportagens e as notícias seguidas das reportagens; o foco se concentrou no sofrimento dos moradores diante das tragédias e não se verificou a defesa dos direitos desses moradores. Por meio da literatura acerca da Teoria das Representações Sociais, dos Direitos Humanos e da Mídia discutem-se as diferenças apresentadas pelo Jornal Nacional na forma de cobertura de acordo com as classes de direitos sendo os direitos consensuais promovidos e os polêmicos evitados. Discute-se também o uso de especialistas nos temas ligados à economia e o apelo ao sofrimento das vítimas de catástrofes.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Representações Sociais, Telejornais, Jornal Nacional.

ABSTRACT

Several researches have shown the role of the press, especially television, to form and diffuse social representations and the importance of TV news as a source of information about human rights. In the present study, we analyzed the social representations of human rights diffused by the TV news program with the largest audience in Brazil – Jornal Nacional. We aimed to verify: what human rights were diffused by the Jornal Nacional; how the rights were clustered; the differences in Jornal Nacional's coverage according to the class of human rights and; if there was variability on defense of the human rights according the kind of right. The sample consisted of 277 news and reports from 54 consecutive editions of Jornal Nacional between 04/16/2012 and 06/16/2012. A total of 1022 news and reports, were selected from the Jornal Nacional's website, containing contents of Human Rights, with the exception of international, sports and politics reports. After preparing the *corpus*, this was examined by *Alceste software*. Among the results we observed clustering of the sample into four classes: *Crimes against Individual Rights*, corresponding to 31% of UCEs selected and included the right to life, against the violation of the body and safety. This class mainly emphasized the violation of individual rights. It was characteristic of the coverage of these events using short and decontextualized news; *Economic Aspects of Rights* which corresponded to 33 % of the UCEs selected and included the rights to the environment, labor and consumer. Were characteristics of this class using the economic argument as a form of awareness and using the statistics. The main approach in this class was use short news followed by an explicative report; *Rights relating to Transit* with 24% of the UCEs selected and included the rights of traffic safety, public transportation and strikes. The covers of this class are characterized mainly by the criticism of rights violations in the case of the right of traffic safety. The right to public transportation, the criticism was about disorders caused by strikes by employees of public transport companies in several cities in Brazil and disorders; *Rights of Protection against Disasters*, which amounts to 12 % of the UCEs selected, includes news and reports about tragedies, notably, drought in the northeast of Brazil and floods in Amazon. In both tragedies, the focus was on the suffering of residents of such tragedies. The type of coverage in this class ranged between detailed reports and news followed by reports. Through the literature on the theory of social representations, human rights and media, we discussed the differences presented by television news coverage according to the classes of rights, promotion of consensual rights and avoidance of the controversial, the use of experts on topics related to the economy and the appeal to the suffering of disaster victims.

Key-words: Human Rights, Social Representations, TV news, Jornal Nacional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE DIREITOS HUMANOS	18
1.1 A construção dos Direitos Humanos na Antiguidade	19
1.2 A Idade Média: o germinal de uma mudança de paradigma	21
1.3 Das teorias filosóficas às ações políticas: a luta pelos Direitos Humanos na Idade Moderna e a revolução francesa	23
1.4 A contribuição socialista à luta pelos Direitos Humanos: a segunda geração de direitos	27
1.5 A reconstrução dos Direitos Humanos após a II Guerra Mundial: A Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Pactos e Convenções Internacionais sobre os direitos	32
1.6 Conclusão do capítulo	35
CAPÍTULO 2: MÍDIA, TELEJORNALISMO E JORNAL NACIONAL	37
2.1 Liberdade de expressão e responsabilidade social dos meios de comunicação nas declarações, pactos e na Constituição Brasileira	38
2.2 O processo de difusão, a cultura da mídia e os Direitos Humanos	40
2.3 Estudos empíricos sobre coberturas jornalísticas no Brasil	43
2.4 Estudos empíricos sobre a psicologia da mídia	45
2.5 Características e modo de produção dos telejornais	48
2.6 Jornal Nacional	52
2.6.1 A criação do Jornal Nacional	52
2.6.2 Pesquisas empíricas sobre a forma de noticiar do Jornal Nacional	54
2.6.3 O modo de produção do Jornal Nacional segundo seu editor-chefe	56
2.7 Conclusão do capítulo	58
CAPÍTULO 3: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DIREITOS HUMANOS ...	59
3.1 Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici.....	60
3.2 Teoria das Representações Sociais: abordagens de Jodelet, Abric e Doise	65
3.3 Pesquisas empíricas sobre as representações sociais dos Direitos Humanos	67
3.4 Conclusão do Capítulo	75
OBJETIVOS E EXPECTATIVAS	77
4.1 Objetivo Geral	78

4.2 Objetivos Específicos.....	78
4.3 Expectativas	78
MÉTODO.....	80
5.1 Amostra	81
5.2 Procedimento de coleta	81
5.3 Procedimento de Análise	82
RESULTADOS	83
DISCUSSÃO	100
REFERÊNCIAS	117

LISTA DE SIGLAS

Alceste - Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte

DH – Direitos Humanos

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ECO 92 – Convenção sobre Diversidade Biológica de 1992

Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações

GPCP – Grupo de Pesquisa em Comportamento Político

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JN – Jornal Nacional

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NPDSM – Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PM – Policial Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

PT – Partido dos Trabalhadores

RS – Representações Sociais

TRS - Teoria das Representações Sociais

UCE – Unidade de Contexto Elementar

UCI – Unidade de Contexto Inicial

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente dos conteúdos sobre DH difundidos pelo JN	85
Figura 2 – Distribuição das U.C.Es classificadas e número de palavras analisadas por classe	86
Figura 3 – Análise Fatorial de Correspondência por correlação	87
Figura 4 – Análise Fatorial de Correspondência por contribuição	88
Figura 5 – Classificação Hierárquica Ascendente da Classe 4 – Aspectos Criminais dos Direitos	91
Figura 6 – Classificação Hierárquica Ascendente da Classe 1 – Aspectos Econômicos dos Direitos	94
Figura 7 – Classificação Hierárquica Ascendente da Classe 3 – Direitos Relativos ao Trânsito	97
Figura 8 – Classificação Hierárquica Ascendente da Classe 2 – Direito de Proteção contra Catástrofes	99

O objetivo principal do presente trabalho foi verificar o conteúdo e o tipo de abordagem utilizada nas notícias e reportagens sobre os Direitos Humanos – DH – difundidas pelo Jornal Nacional – JN. Mais especificamente, se pretendeu: 1) identificar os DH veiculados pelo telejornal; 2) verificar a abordagem utilizada na veiculação desses direitos; 3) identificar como os direitos se agrupam no discurso jornalístico; 4) analisar possíveis diferenças na cobertura do telejornal de acordo com os tipos de direitos veiculados e; 5) verificar se há defesa ou crítica referente aos direitos veiculados e a quais direitos esses posicionamentos aparecem relacionados.

Considerou-se relevante verificar o conteúdo e a forma de difusão dos DH pelo JN, pois várias pesquisas verificaram que os meios de comunicação (Camino, 2004; Feitosa, 2009; Santos, 2009; Fernandes, 2007) e, particularmente os telejornais (Fernandes, 2007), são uma importante fonte de informação sobre os direitos. Também se julgou relevante este estudo por que o JN é o telejornal de maior audiência no Brasil (Meta, 2010) e é percebido como o telejornal de âmbito nacional que mais retrata a temática dos Direitos Humanos (Fernandes, 2007). Além disso, segundo Silva (1985), Lima (2004) e Bistane e Bacellar (2010) o Jornal Nacional representa certo monopólio da notícia de massa. Considerou-se que alcançar os objetivos propostos no presente trabalho representa uma significativa contribuição empírica para a compreensão da forma como estão sendo difundidos os DH no Brasil e, portanto, pode fornecer dados relevantes para a educação pelo respeito aos DH.

Os DH são compreendidos neste trabalho a partir da perspectiva psicossociológica de Willem Doise (2002), que os define como representações sociais normativas criadas a partir de ideias-força, oriundas de diversos campos como o religioso, filosófico ou o político, e que organizam as interações e relações simbólicas entre os indivíduos. Os DH funcionariam como um regulador das relações sociais entre os indivíduos, definindo os modelos aceitáveis de relações entre as pessoas.

O presente trabalho teve ainda como aporte teórico: a perspectiva histórica dos Direitos Humanos (Bobbio, 1992; Lafer, 2009; Trindade, 2002); os estudos acerca da Cultura da Mídia (Cruz & Moura, 2012; Kellner, 2001); a literatura acerca do modo de funcionamento dos telejornais em geral (Bistane & Bacellar, 2010; Cunha, 1990; York, 1998) e do JN (Bonner, 2009; Silva, 1985); a Teoria das Representações Sociais – TRS – de Serge Moscovici (1961/2012; 2009) e os estudos acerca das representações sociais – RS – dos DH (Camino, Camino, Pereira & Paz, 2004; Camino, 2004; Galvão, Costa & Camino, 2005; Camino, Galvão, Rique & Camboim, 2006; Clémence, Doise, Rosa & Gonzalez, 1995; Doise, Staerklé, Clémence & Savory, 1998; Feitosa, 2009; Paz, 2008; Pereira & Camino, 2003; Queiroz, Camino, Galvão, Santos, Pequeno & Mathias, 2014; Santos, 2009; Spini & Doise, 1998; Staerklé & Clémence, 2004).

Para atender aos objetivos propostos, o presente trabalho encontra-se estruturado em sete capítulos.

No primeiro capítulo, apresenta-se a construção do ideal de Direitos Humanos, descrevem-se os fatos históricos que contribuíram para a formação desse ideal e busca-se destacar a influência que algumas ideias filosóficas tiveram nesse processo. Em relação aos DH, o presente trabalho adota a perspectiva de autores como Norberto Bobbio (1992), Celso Lafer (2009) e José Damião de Lima Trindade (2002), dentre outros. Segundo esses autores, os DH são entendidos como uma construção histórica, marcada por lutas que possibilitam seu reconhecimento e sua implementação a partir de documentos reconhecidos internacionalmente.

No segundo capítulo, são apresentados os mecanismos legais e éticos que regem os meios de comunicação, o jornalismo e, particularmente, o telejornalismo na Rede Globo. Além disso, examina-se a literatura acerca da mídia, do telejornalismo e do JN: descrevem-se as características do processo de difusão analisado por Serge Moscovici (1961/2012) e da

cultura da mídia, por meio de autores como Douglas Kellner (2001) e Cruz e Moura (2012). Em relação aos estudos desses dois últimos autores, salienta-se que eles procuram analisar os meios de comunicação a partir de uma perspectiva crítica, destacando os mecanismos de dominação subjacentes ao processo midiático e o papel, que podem desempenhar, na promoção de grupos menos favorecidos. Em seguida, são apresentadas algumas pesquisas empíricas que buscaram analisar os conteúdos e abordagens de diferentes jornais impressos e telejornais brasileiros. Descrevem-se ainda pesquisas no campo da Psicologia da Mídia que buscaram verificar os efeitos dessas diferentes abordagens naqueles que consomem o produto midiático. Deu-se prosseguimento ao capítulo com o detalhamento dos processos inerentes à realização dos telejornais. Destacam-se a forma de funcionamento típica dos telejornais, os critérios de seleção dos fatos noticiáveis e da forma como estes fatos são cobertos pelo telejornal. Esses mesmos elementos são analisados em relação ao Jornal Nacional. Apresentam-se as circunstâncias históricas que marcaram este telejornal e algumas pesquisas empíricas que buscaram verificar o conteúdo e o tipo de abordagem realizada nas notícias e reportagens difundidas pelo JN.

No terceiro capítulo apresenta-se a Teoria das Representações Sociais buscando descrever o contexto de seu surgimento, os principais conceitos e abordagens. Esta teoria apresenta alguns conceitos que permitem compreender o papel da imprensa no estabelecimento e reforço de determinadas visões de mundo, como os de ancoragem, objetivação, universo consensual (senso comum) e universo reificado. Além disso, a TRS embasa várias pesquisas, que são apresentadas no final do terceiro capítulo, acerca das representações sociais dos DH de diversos grupos sociais, no exterior e no Brasil, por meio das quais os resultados do presente trabalho são discutidos.

Em um quarto capítulo, são especificados os objetivos gerais e específicos do presente trabalho e as expectativas que o nortearam com base na literatura apresentada.

No quinto capítulo apresenta-se o método adotado neste trabalho. Descreve-se a amostra e os procedimentos de coleta e análise dos dados.

No sexto capítulo são descritos os resultados obtidos em relação aos objetivos do presente trabalho.

Apresenta-se, no sétimo capítulo, uma discussão dos resultados, relacionando-os com as pesquisas e as teorias apresentadas nos capítulos teóricos. Realiza-se, em seguida, uma breve conclusão acerca do trabalho, relatam-se as principais dificuldades e discute-se a possibilidade de pesquisas futuras sobre os DH.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE DIREITOS HUMANOS

1.1 A construção dos Direitos Humanos na Antiguidade

Para Bobbio (1992), apesar da dificuldade em se definir o que são os Direitos Humanos, pode-se afirmar que sua principal característica é o fato de serem históricos, nascidos de lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes. Para este autor, não existem direitos fundamentais por natureza, eles são justificados mediante as condições da época e do local onde são reivindicados.

Desde a antiguidade é possível identificar o reconhecimento da importância de se estabelecer direitos aos cidadãos/súditos. Herkenhoff (1994) destaca que os DH tiveram seu reconhecimento em vários códigos e filosofias do mundo antigo, como por exemplo: no Código de Hamurábi na Babilônia (Século XVIII A.C); no pensamento de Amenófons IV no Egito (Século XIV A.C); na filosofia chinesa em Mêncio (Século IV A.C); nas ideias de Platão (Século IV A.C) e no Direito Romano, entre outros. Entretanto, segundo Herkenhoff (1994), atribui-se ao cerceamento do poder do Estado pela lei o marco inicial dos DH, pois, o respeito a eles, anteriormente, dependia da sabedoria e virtude dos governantes. Este, no entanto, é um marco político, que, para ser efetivado, teve em sua base uma construção, primeiro religiosa, depois filosófica e científica do ideal de DH tal como conhecemos hoje.

Comparato (2007) indica como um dos possíveis inícios dessa construção o surgimento da ideia de um Deus único e transcendente, anterior e superior ao mundo. Crer em um Deus dessa forma teria permitido ao homem perceber-se como tendo uma posição eminente no mundo, uma vez que essa posição era dada por esse Deus perfeito. A derivação dessa ideia no campo político apareceu pela primeira vez com o rei Davi de Israel (Século X A.C) que estabeleceu a figura do rei-sacerdote (não era Deus nem legislador) responsável pela execução da lei divina. Este poderia ser considerado um embrião do Estado de direito, entendido como uma organização política em que os governantes não criam o direito para

justificar o seu poder, mas submetem-se aos princípios e normas editados por uma autoridade superior (Comparato, 2007).

Com o nascimento da filosofia (século V A.C) ocorreu, pela primeira vez na história, a substituição do saber mitológico da tradição pelo saber lógico da razão. Em lugar dos antigos cultos da natureza ou adoração aos soberanos, buscou-se atingir uma esfera transcendental ao mundo e aos homens. Qualquer ser humano passava a ser considerado como um ser dotado de liberdade e razão, constituindo nesse ponto uma igualdade essencial entre todos, sabendo-se que existiam inúmeras diferenças de classe, gênero, costumes (Comparato, 2007). O advento da lei escrita tornou possível a aplicabilidade dessas novas ideias, possibilitando o registro de uma regra que era igualmente aplicável a todos os indivíduos de uma sociedade organizada.

O início dessa mudança de pensamento, em prol da racionalização, permitiu o surgimento da democracia em Atenas e com ela a supressão de todo poder político superior ao do próprio povo. Foi em Atenas também que, pela primeira vez, a lei escrita tornou-se o fundamento de uma sociedade política. A lei escrita suplantava a soberania de um indivíduo, grupo ou classe social, pois era externa a todos, e, ao mesmo tempo, todos deviam obediência a ela. Mas estas leis vinham de algum lugar, de alguma ideia anterior seja sobre justiça, moral, obrigação, etc. Dessa forma, existia conjuntamente à lei escrita, a lei não escrita, que podia designar um costume juridicamente relevante e as leis universais, que se estendiam além do território de uma nação e que, portanto, não podia ser promulgada por nenhuma nação isoladamente. Para Aristóteles, essas leis eram reconhecidas pelo consenso universal (leis comuns) e eram opostas às leis reconhecidas por cada povo (leis particulares) (Comparato, 2007).

Procedeu-se, primeiramente na Grécia e em seguida entre os cristãos e em Roma, a uma busca pelo fundamento dessas leis universais. Para os sofistas, era a natureza. Já os estoicos consideravam o homem filho de Zeus e, portanto, possuidor de direitos inatos e

iguais em todas as partes do mundo. A tradição bíblica apresenta uma visão parecida com a dos estoicos, onde Deus aparece como modelo de conduta para todos os homens, tendo Jesus vindo posteriormente a concretizar esse modelo ético na Terra e tornar mais fácil para os homens sua apreensão e imitação. Na visão cristã, no entanto, permanecia a ideia de que Deus havia escolhido um povo (israelitas) entre todos. Foi só partir da pregação de Paulo de Tarso que essa ideia passou a ser superada. Para Paulo, diante da filiação divina “não há nem judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher (Gl, 3, 28)” (Comparato, 2007).

Em Roma, se admitia a mesma noção de lei universal ou leis comuns que existia na Grécia. Os romanos utilizavam a expressão *ius gentium*, para designar o direito comum a todos os povos. No entanto, a limitação do poder político não foi alcançada pela soberania popular ativa, mas graças à instituição entre os diferentes órgãos políticos. Ocorria uma mistura de monarquia (cônsules), aristocracia (senado) e democracia (povo). O processo legislativo era de iniciativa dos cônsules, passava pelo exame do senado e era submetido à votação do povo, reunido em comícios (Comparato, 2007).

1.2 A Idade Média: o germinal de uma mudança de paradigma

A partir da Idade Média, se iniciou uma elaboração do princípio da igualdade essencial de todo ser humano, não importando as diferenças biológicas ou culturais. No século VI, Boécio retoma a ideia grega da racionalidade como característica primordial da pessoa humana. Para ele, a pessoa é a substância individual de natureza racional. A igualdade de essência da pessoa passou a fundamentar uma concepção naturalista dos DH. Os DH representavam os direitos comuns a toda espécie humana, não sendo criação política mas resultando da própria natureza. Os escolásticos e canonistas medievais concluíram, então, que todas as leis contrárias ao direito natural não teriam vigência ou força jurídica. Por exemplo,

para Graciano, uma vez demonstrada a falta de sintonia da lei praticada para com o direito natural, era a primeira que deveria ser excluída (Comparato, 2007).

Toda a Alta Idade Média (do século V ao século XI) foi marcada pelo esfacelamento do poder político e econômico dos grandes impérios e a progressiva instauração do feudalismo.

No final do século XII e início do século XIII começaram a ocorrer alguns focos de insatisfação entre as classes superiores dos reinos na Europa. Os reis, até então considerados nobres de condição mais elevada que os outros, reivindicavam para suas coroas poderes e prerrogativas que, até então, pertenciam de direito à nobreza e ao clero. Contra os abusos dessa concentração do poder surgiram as primeiras manifestações de rebeldia na Península Ibérica com a declaração das cortes de Leão (1188) e, sobretudo, na Inglaterra, com a Magna Carta de 1215 (Comparato, 2007; Trindade, 2002).

Segundo Trindade (2002) a Magna Carta Inglesa (1215-1225), que consistia na afirmação de determinados direitos de supremacia ao soberano em troca de certos direitos de liberdades, representou o início político do reconhecimento da questão dos direitos. Apesar de não possuir um caráter universalizante, pois foi feita para proteger os direitos de poucos homens livres, a Magna Carta Inglesa representou a primeira proclamação de direitos de indivíduos acima do direito do Estado que os governavam, ou seja, as liberdades individuais, de associação e a presunção de inocência encontravam-se, a partir daquele momento, protegidos contra possíveis abusos cometidos pelo Estado.

No século XIV, com a epidemia da Peste Negra, as reivindicações dos trabalhadores viram-se favorecidas, uma vez que a mão de obra estava escassa e para a crença na origem divina do poder enfraqueceu-se, já que a peste atingia nobres, padres e plebeus igualmente e estes não eram mais vistos como escolhidos por Deus. Essas reivindicações foram concretizadas em diversas revoltas dentre as quais se destacaram: a Insurreição Jaquerie

(1358) na França, a revolta do “povo magro” (os plebeus em geral, mais pobres) contra o “povo gordo” (os nobres e o alto clero) em Florença (1378) e a revolta dos camponeses na Inglaterra (1381) representando, segundo Trindade (2002) o germinal do ideal contemporâneo de DH.

Além da revolta da população contra as classes superiores dos reinos, destacam-se, nesse período, alguns focos de insatisfação entre esses próprios setores.

No percurso histórico entre a proclamação da Magna Carta Inglesa e as declarações de direitos oriundas das revoluções nos Estados Unidos e na França passou-se do reconhecimento dos direitos de determinadas categorias de homens livres para um reconhecimento mais universal dos direitos. Essa construção mais universal e individualizada dos DH só foi possível a partir do surgimento de uma nova visão de mundo que passou a ser dominante.

1.3 Das teorias filosóficas às ações políticas: a luta pelos Direitos Humanos na Idade Moderna e a revolução francesa

Nos séculos XIV e XV o feudalismo na Europa entrou em crise, abrindo espaço para o início do capitalismo e da Idade Moderna. Deu-se início, então, a um processo de secularização, racionalização e individualização fundada tanto na Reforma Protestante como no Renascimento (Mondaini, 2005). Passou-se por uma inversão de valores, primeiramente na Inglaterra e depois em boa parte da Europa e dos Estados Unidos.

Com o estabelecimento da monarquia parlamentarista na Inglaterra, limitando consideravelmente o poder do rei em prol da classe burguesa emergente, afirmou-se um novo sistema, apoiado pela Ética Protestante também emergente. Esta ética valorizava o trabalho e rompia com a exaltação da aristocracia, do ócio e do gozo dos prazeres da vida. Aos poucos, esses processos foram substituindo o tradicionalismo incentivado pela Igreja Católica e puseram em dúvida a legitimidade de uma sociedade hierarquizada fundada em privilégios de

nascença. A sociedade feudal assentada nesses privilégios caiu e, a partir desse momento, surgiu uma sociedade burguesa baseada na autonomia individual e na crença de que o esforço criativo do homem pode levá-lo à verdade, que antes precisava ser revelada pelos detentores do poder (Mondaini, 2005). Estas mudanças políticas, econômicas e religiosas levaram a uma mudança no modo de perceber a relação política. Esta não era mais considerada apenas do ponto de vista do governante, mas, também, do cidadão.

A defesa da diversidade, das liberdades e da divisão de poderes representa o triunfo atingido nos séculos XVII e XVIII pelo racionalismo sobre o pensamento mágico/religioso característico da Idade Média. No campo do direito, a doutrina jusnaturalista encontrou nesse período um contexto favorável para seu florescimento, supondo a existência de um direito equiparado com a noção de justiça e em forte conexão com a moral sendo, portanto, mais perfeito do que o direito produzido pelas sociedades humanas (Trindade, 2002).

Esse ponto de vista pautou-se, primeiramente, na explicação de Thomas Hobbes, em meados do século XVII, acerca de surgimento do Estado Absolutista. Para Hobbes este era o resultado de um contrato entre os indivíduos que antes estavam em um estado de natureza onde eram livres e iguais, mas também corriam riscos devido à ausência de freios para essa mesma liberdade nos outros indivíduos. Assim, os homens decidem abrir mão de parte de sua liberdade em troca da proteção de suas vidas, proteção que deveria ser realizada pelo Estado. Hobbes, dessa forma, apresenta o Estado como invenção artificial do homem que existe para defender seus interesses.

Para Mondani (2005), John Locke (no final do século XVII) foi o primeiro a compreender que o Estado Absolutista não era uma forma de governo necessária e inevitável. Ao contrário de Hobbes, que considerava o poder absoluto, indivisível e irresistível, para Locke este era o exato oposto: limitado, divisível e resistível. Mondaini (2005) identifica neste novo entendimento acerca do Estado os primeiros passos do que hoje se denomina DH,

pois esta mudança de perspectiva abriu a possibilidade de um Estado de direito dos cidadãos, regido não mais por um poder absoluto, mas por uma carta de direitos.

Segundo Locke, o poder político derivado do contrato social precisaria ser fragmentado, para que não se tornasse tirânico. Para isso, Locke criou a ideia dos três poderes: Legislativo, Executivo e Federativo (que não tem correspondência nos dias de hoje e tratava das relações da sociedade com comunidades ou homens que não aderiram ao pacto para lhes declarar guerra, paz ou estabelecer intercâmbios). Além da ideia de divisão de poderes, Locke também contribuiu para uma defesa da tolerância, pois, defendia a ideia de que as diferenças (principalmente as religiosas) deveriam ser respeitadas e garantidas como uma luta pela afirmação da identidade. O direito mais enfatizado nesse início foi o de propriedade como princípio fundamental, sendo esta definida por Locke como a vida, a liberdade e os bens, que, no estado de natureza encontravam-se permanentemente ameaçados. Esta constante ameaça teria levado os indivíduos a firmarem um contrato social com o objetivo de preservação de tal propriedade (Mondaini, 2005).

A posição de Locke acerca da natureza humana pode ser considerada intermediária entre a visão de Hobbes que considerava o ser humano essencialmente mau e egoísta, precisando ser controlado pela sociedade e a posição de Jean-Jacques Rousseau, que afirmava que o ser humano era naturalmente bom e que a liberdade constituía seu estado natural (Henkes, 2008).

Para Rousseau, a natureza demonstrava que todos os homens nasciam iguais e, por isso, todo privilégio seria antinatural. O chamado estado de natureza teria sido abandonado a partir do momento em que se instituiu a propriedade. Assim, uma parte da terra não pertencia a todos, mas a uma pessoa ou grupo em particular, que faria o possível para defendê-la de outras pessoas ou grupos. Assim, os homens precisariam estabelecer um contrato social para guiar as relações e impedir o uso indiscriminado da força para resolução de conflitos. Nesse

momento iniciou-se a sociedade civil. Na visão de Rousseau, o poder político derivado do contrato social devia estar subordinado à vontade geral do povo, e não do soberano, como defendia Hobbes (Henkes, 2008).

As ideias de Rousseau inspiraram os revolucionários franceses no final do século XVIII a lutar contra os privilégios do Absolutismo. Na França do final do século XVIII, as pessoas livres eram divididas em três categorias: o primeiro estado (Clero); o segundo estado (Nobreza) e o terceiro estado (plebeus livres em geral, no qual se incluía a burguesia). Com o desenvolvimento do capitalismo, podia-se observar um deslocamento progressivo da estratificação social por ordens e títulos, baseado no privilégio de nascimento, para uma diferenciação em que contava mais a inserção de classe, isto é, a posição efetivamente ocupada pelas pessoas na economia (Trindade, 2002).

Apesar de o terceiro estado ser o único grupo que produzia riquezas, era constantemente marginalizado das decisões políticas e ainda tinham que sustentar os gastos supérfluos do clero e da nobreza. A tensão crescente foi intensificada por uma crise econômica e a população passou a contestar os privilégios da nobreza e do clero, tendo na burguesia a porta-voz das reivindicações de todo o terceiro estado (Trindade, 2002).

Diante da pressão, o rei Luís XVI resolveu convocar os Estados Gerais (reunião de representantes dos três estados) em busca de resolver os problemas econômicos que assolavam o país. O clero e a nobreza tentaram diversas manobras para conter as reivindicações do Terceiro Estado, como a realização da votação por Estado, ao invés de individual. O terceiro estado queria que a votação fosse por deputado, pois assim, poderia contar com votos do baixo clero e da nobreza liberal. Diante da impossibilidade de conciliar os interesses dos três estados, Luís XVI tentou dissolver os Estados Gerais, mas os representantes do Terceiro Estado rebelaram-se e proclamaram-se Assembleia Nacional Constituinte. O rei tentou tomar medidas mais drásticas para reafirmar seu poder, mas a

população saiu às ruas, pegou em armas e derrubou a prisão da Bastilha, o maior símbolo do Absolutismo (Trindade, 2002).

Os deputados constituintes elaboraram, então, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, como documento que sintetizava os anseios da população que levaram à revolução francesa. Trindade (2002) localiza nesse momento o início da história social dos DH, pois, a partir daí a ideia de DH veio ganhando cada vez mais respeitabilidade.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada em 1789, logo após a revolução francesa, foi elaborada a partir de uma série de discussões, entre as quais, a que dizia respeito ao estabelecimento da primazia dos direitos sobre os deveres, ou o inverso. A decisão tomada, quase que por unanimidade, foi a de se considerar que uma declaração de direitos não deveria ser acompanhada por uma declaração de deveres dos cidadãos. Esse momento foi considerado por historiadores como representativo de uma mudança de época, de paradigma, pois o povo francês, a partir daquele momento, poderia gozar a liberdade tal qual definida por Rousseau como obediência às leis as quais o indivíduo pôde legislar (Bobbio, 1992).

1.4 A contribuição socialista à luta pelos Direitos Humanos: a segunda geração de direitos

As conquistas da revolução francesa relativas ao estabelecimento de princípios referentes aos DH não duraram muito tempo. Já em 1815, ou seja, menos de 30 anos depois, com a derrota de Napoleão, a chamada “restauração” viria a reestabelecer as monarquias tanto na França como na maioria dos países da Europa continental. Dessa vez, no entanto, a monarquia se estabeleceu com algumas diferenças em relação ao regime anterior à revolução.

Apesar de a restauração ter significado uma grande restrição das liberdades individuais, as monarquias procuraram não interferir no processo de acumulação do capital. Assim, os sujeitos continuavam “livres” para vender sua força de trabalho e negociar bens,

porém, as liberdades religiosas, de expressão e de associação foram duramente combatidas tanto pelas monarquias como pela Igreja (Trindade, 2002).

A partir dessas mudanças, e com o advento da revolução industrial, o século XIX inaugurou uma nova agenda na luta pelos DH, caracterizada por conflitos entre trabalhadores e patrões por conta da exploração oriunda da industrialização que ficou conhecida como a 2ª geração de direitos: os direitos sociais.

Na Inglaterra, país que abrigou a primeira revolução industrial, o estabelecimento de decretos de cerceamento fez com que as terras que antes eram de uso comum fossem cercadas e interditadas aos camponeses. Esses decretos desencadearam um êxodo rural muito forte, fazendo com que os camponeses que extraíam o seu sustento da terra passassem a morar nas grandes cidades e vendessem sua força de trabalho para as fábricas em expansão. Nessa mesma época, a Inglaterra era o maior império colonial do mundo e esse fator, que proporcionava um imenso mercado consumidor para os produtos ingleses, aliado à mão de obra abundante e, por isso barata, dos antigos camponeses, possibilitou a revolução industrial e um desenvolvimento tecnológico cada vez maior (Trindade, 2002).

A revolução industrial se espalharia para outras nações europeias, assim como para o Japão e para os Estados Unidos, tornando evidente também o fato de que as novas condições sociais deveriam ser acompanhadas por noções jurídicas também novas. Assim, estabeleceu-se, como necessidade do capitalismo, a noção de “sujeito de direitos”, que diziam respeito aos indivíduos separados e livres para comprar e vender, tanto produtos como sua força de trabalho (Trindade, 2002).

A chamada liberdade burguesa e a revolução industrial foram responsáveis pelo estabelecimento de um ciclo de exploração do trabalho alheio que em muito avançava além de qualquer nível de razoabilidade. Com a dramaticidade da situação, a miséria e o desespero

tomando conta dos ânimos, os primeiros sindicatos de trabalhadores começaram a se organizar e com eles as primeiras greves, reprimidas com extrema violência. No entanto, mesmo com a repressão, estabelecia-se uma agenda de lutas por direitos econômicos e sociais que se diferenciava da noção de direitos difundida pela burguesia que contemplava apenas as liberdades civis e políticas (Trindade, 2002). Esse segundo momento de luta pelos direitos ficou conhecido como segunda geração de direitos, em contraposição à primeira geração consagrada na revolução francesa (Bobbio, 1992; Lafer, 2009), e teve na doutrina socialista um grande impulso.

Os primeiros socialistas, como Saint-Simon, Fourier e Owen, foram chamados de utópicos e tinham o entendimento comum de que o direito à terra, que ainda se mantinha como principal meio de produção, era um direito fundamental, pois a terra pertencia originalmente a todos e sua apropriação por alguns era a origem dos mais variados problemas sociais (Konder, 2005).

Contudo, juntamente com as primeiras ideias socialistas surgiam as primeiras críticas. Herbert Spencer, por exemplo, baseado em sua ideia de Darwinismo social defendia a ideia de que aqueles que eram pobres tinham essa condição por serem preguiçosos e vagabundos. Já Edmond Burke dizia que era necessário, para defesa da liberdade, que se combatesse a ilusão da igualdade.

Dando continuidade à proposta socialista, Marx e Engels defendiam um plano político para o movimento, que com os socialistas utópicos ficava muito restrito ao plano filosófico. Marx e Engels desejavam que os trabalhadores de todo mundo se unissem e se comprometessem com o projeto maior que era a revolução (Konder, 2005).

As revoluções operárias se utilizavam de uma linguagem que, menos de um século antes, serviu à própria burguesia em sua luta por liberdade, o direito de resistir à opressão.

Cada vez mais os trabalhadores conscientizavam-se de que as relações entre patrões e operários constituíam também uma forma de opressão nos mesmos moldes daquela contra a qual a burguesia lutou na Revolução Francesa. Assim, retomou-se a ideia de que toda forma de opressão deve ser extinta e cultivou-se a consciência de que os DH, da forma como a burguesia os difundia, legitimava a dominação e instituía uma forma de liberdade que não promovia verdadeiramente a igualdade (Trindade, 2002).

Assim, a crítica ao homem burguês de Karl Marx, acusado de egoísta e explorador, representou uma série de anseios dos trabalhadores ao redor do mundo em busca de melhores condições de vida e de uma sociedade mais justa. Para Marx, a liberdade burguesa se caracterizava como um distanciamento da noção de comunidade humana e busca o direito à separação dessa comunidade ao invés da união. Dessa forma, Marx defendia a ideia de que a sociedade capitalista estava organizada mediante a luta de classes e que, a classe explorada, os trabalhadores, necessitavam se organizar de forma independente (Trindade, 2002).

Na segunda metade do século XIX surgiram várias associações internacionais de trabalhadores e os primeiros partidos de orientação marxista. Essas associações e esses partidos lutavam pela implementação dos direitos econômicos e sociais buscando particularmente a instituição de: jornadas regulamentadas, salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, aposentadoria, acesso à educação, saúde e assistência social (Trindade, 2002). Estas lutas foram reprimidas duramente pelos poderes constituídos e alguns acontecimentos até hoje são lembrados como representativos desse período de lutas e repressão como a greve feminina do 8 de março de 1857 em Nova York, a Comuna de Paris em 1871 e o 1º de maio sangrento de Chicago em 1886.

Mesmo com a luta pelos direitos econômicos e sociais em plena ebulição, nas colônias ao redor do mundo ainda se buscava a extirpação de uma das mais graves formas de violação de direitos: a escravidão. Segundo Trindade (2002), a abolição da escravidão ocorreu muito

mais por conta do interesse dos próprios capitalistas que, capitaneados pelo governo inglês, pouco a pouco foram impondo uma legislação mais restritiva em relação ao tráfico de escravos. Para a nova forma de organização capitalista que emergia a partir da revolução industrial, os trabalhadores assalariados, vivendo em condições miseráveis e sempre muito numerosos, constituíam uma mão de obra mais barata, que produzia mais e que serviam também como mercado consumidor, ao contrário do escravo, que, sem salário, pouco podia consumir. Cabe ressaltar nesse sentido que o Brasil foi a última nação do mundo a abolir a escravidão em 1888 (Trindade, 2002).

Diante das reivindicações e lutas dos trabalhadores, no final do século XIX e início do século XX tiveram início as primeiras leis de bem-estar social, primeiramente na Alemanha, Inglaterra e depois no restante da Europa. Essas leis garantiam o seguro para casos de velhice, invalidez, doenças e acidentes. Fora da Europa, a revolução mexicana de 1910 foi pioneira ao trazer a discussão dos direitos sociais para a América Latina, mas, pouco a pouco, os governos que se seguiram não deram continuidade às conquistas. Com a primeira guerra mundial ocorreram muitas promessas de concessões às causas trabalhistas por conta da necessidade de apoio dos trabalhadores à guerra. A revolução russa também trouxe contribuições à luta pelos direitos sociais, no sentido de que os líderes das potências capitalistas estavam temerosos de que o exemplo socialista incentivasse a luta dos trabalhadores em seus países. Nos Estados Unidos, o crash da bolsa em 1929 teve como consequência a fragilização das ideias de culpa dos pobres pela situação de desemprego e de que o mercado tende sempre a se equilibrar quando deixado livre. Assim, a partir de 1935 ocorreu um aumento nos gastos com seguro social. No Brasil, já a partir de 1930 com o governo Vargas foram instituídos os seguros velhice e invalidez e em 1940 o salário mínimo (Singer, 2005).

A luta pelos direitos sociais havia ganhado um grande impulso com a criação em 1919 da Organização Internacional do Trabalho – OIT – que buscava generalizar os direitos sociais por meio de convenções que iam sendo ratificadas pouco a pouco pelos países. No entanto, os países que assinavam as convenções se viam em desvantagem competitiva diante daqueles que não as assinavam e, portanto, dispunham de mão de obra mais barata. Assim, os primeiros passavam a pressionar esses últimos a reconhecer os direitos sociais. A partir da década de 1940, a política socioeconômica preconizada por John Keynes começou a ser adotada na Europa. Keynes defendia que a manutenção do pleno emprego não deveria ser deixada às vicissitudes do mercado e deveria ser assumida pelos governos como política governamental complementada por políticas que visassem um bem-estar social mínimo. Na Inglaterra, por exemplo, em 1942 foi adotado um plano de universalização da assistência social, conhecido como plano Beveridge, que serviu de modelo às outras nações que reconheciam a importância do cumprimento dos direitos sociais (Singer, 2005).

1.5 A reconstrução dos Direitos Humanos após a II Guerra Mundial: A Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Pactos e Convenções Internacionais sobre os direitos

Com o advento da II guerra mundial, a discussão em Direitos Humanos tomou uma nova forma. Os direitos mais básicos, que pareciam há muito tempo constituídos, foram severamente violados. Essas violações, segundo Lafer (2009), ocorreram de uma forma inédita, sob um novo modelo de organização social que era o totalitarismo, e que exigiram uma reconstrução dos DH.

No regime totalitário os seres humanos não constituem o valor-fonte dos direitos e passam a ser descartáveis quando lhes é imputado a perda de nacionalidade seja como sanção ou como forma de discriminação de determinada minoria no território de um Estado. A situação dos apátridas, como são chamados aqueles que perdem o direito à nacionalidade, faz

com que essas pessoas percam sua ligação com a ordem política interna dos Estados e, por isso, percam o lugar no mundo vivendo à margem da lei (Lafer, 2009).

Na luta contra a violação dos direitos passou-se a reconhecer a cidadania como o direito a ter direitos e, nesse sentido, a nacionalidade como direito humano fundamental. Assim, o genocídio passou a ser considerado um crime contra a humanidade no sentido que nega a condição humana de pluralidade (Lafer, 2009).

Considerando ainda que o advento da bomba atômica deixava clara a possibilidade do ser humano acabar com toda a vida na Terra era preciso um esforço de colaboração no sentido de restaurar os DH e criar mecanismos para que fossem respeitados em todos os países (Comparato, 2007). Para atender esses objetivos foi criada a Organização das Nações Unidas – ONU – em 1945 e em 1948 foi apresentada a Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH.

A DUDH funciona como recomendação, não tem poder de vinculação e, por isso, depende de pactos posteriores assinados pelos países membros da ONU. Contudo, ela se mostrou uma importante ferramenta de luta pelos DH, pois tem sua legitimidade amplamente reconhecida pela maioria dos países. A DUDH reconhece o direito à nacionalidade e ao asilo político em caso de perseguição. Reconhece ainda o direito à dignidade a partir da noção de que não há superioridade de uma raça em relação às outras. Afirma a necessidade de se conservar a liberdade e praticar a fraternidade e os direitos sociais (Comparato, 2007).

A ONU, por meio da Comissão de Direitos Humanos, depois de produzir a DUDH deveria produzir um documento vinculante juridicamente e criar mecanismos capazes de assegurar o respeito aos Direitos Humanos e tratar os casos de violação. Neste sentido, em 1966 foram assinados dois pactos pela maioria dos Estados-membros da ONU: O Pacto

Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos visava estabelecer as diretrizes de ação contra a interferência indevida do Estado sobre os indivíduos assegurando a liberdade de expressão, igualdade civil, combate à tortura, direito à vida, direito de associação, combate à escravidão e o acesso à justiça (Comparato, 2007).

Já o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais visava combater a inércia dos Estados reconhecendo que não há liberdade individual sem um mínimo de igualdade social. Os Estados deveriam promover, por meio de políticas públicas, o direito ao trabalho, à saúde, previdência, educação e habitação. No caso deste pacto, torna-se mais difícil, segundo Comparato (2007), a colocação de garantias jurídicas tanto por que exige uma ação positiva dos Estados como por que exige que os mesmos tenham condições financeiras para tanto.

Em complementação aos direitos contemplados nesses pactos e diante das novas demandas apresentadas pela devastação cada vez mais crescente do meio-ambiente, foi organizada, em 1992, a Convenção sobre a Diversidade Biológica, conhecida como ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, onde foram discutidos os mecanismos necessários para a preservação da biosfera como um dever de manutenção das condições de sobrevivência das futuras gerações. Discutiu-se, nesse sentido, a ideia de desenvolvimento sustentável, que se refere à um modelo de desenvolvimento que procure deixar para próxima geração, no mínimo, as mesmas condições de sobrevivência encontradas pela geração atual. O Brasil destaca-se nesse sentido por sua importância estratégica no combate ao desmatamento, já que a Floresta Amazônica é uma das grandes responsáveis pelas trocas carbônicas no mundo. Em continuidade à ECO 92, foi ratificado em 1999 o Protocolo de Kyoto com metas de redução da emissão de gases. Uma das grandes omissões da ECO 92 foi a questão dos transgênicos,

que talvez à época não fosse objeto de ampla discussão mas que hoje encontra-se em processo de discussão crescente (Comparato, 2007).

1.6 Conclusão do capítulo

A construção do ideal de Direitos Humanos apresentada até aqui nos remete à ideia expressa por Bobbio (1992) de sua construção por meio de lutas e conquistas que precisam ser reafirmadas de tempos em tempos, ou reconstruídas, na linguagem de Lafer (2003). Assim, esses dois autores compartilham a ideia de que os DH são construídos por etapas e podem ser considerados como direitos de diferentes gerações.

A primeira geração corresponderia aos direitos individuais de proteção contra as arbitrariedades do Estado e dos outros indivíduos e foram consagrados com o advento da Revolução Francesa de 1789. Esses direitos exigiriam do Estado um papel mais passivo, de não interferência nas atividades da sociedade e são baseados na doutrina jusnaturalista (Bobbio, 1992; Lafer, 2009). Já a segunda geração, oriunda dos valores apregoados pelo socialismo, se caracterizam pela necessidade de participação ativa do Estado no sentido da promoção desses direitos, que são direitos de crédito outorgados aos indivíduos por meio dos serviços públicos (Lafer, 2009). As outras gerações ainda estão se formando, sendo de difícil delimitação, mas entre suas demandas encontram-se as questões relativas aos grupos minoritários, ao meio-ambiente e à manipulação genética (Bobbio, 1992; Lafer, 2009).

Em relação aos direitos de 1ª e 2ª geração, cabe destacar a diferenciação realizada por Fonseca (2009) entre violação e exclusão, particularmente no que se refere à sua divulgação pelos meios de comunicação. A violação remete-se a uma individualização, ou seja, à uma relação clara entre vítima e agressor e está mais ligada aos DH de 1ª geração. Esse tipo de relação é amplamente divulgado pela mídia e pode ser o motor de mudança social, pois gera

repercussão. Já a exclusão se caracteriza por uma relação confusa entre vários agentes abrangentes e complexos que concorrem para a continuidade de certa situação indigna e está relacionada ao descumprimento dos DH de 2ª geração. Na exclusão ocorre o processo de culpabilização dos pobres pela sua situação através do processo de naturalização das más condições de vida. O interesse pela solução dos problemas acarretados pela exclusão se restringe ao meio acadêmico, ao Estado e às Organizações Não Governamentais – ONGs (Fonseca, 2009). Um exemplo, citado por Fonseca (2009) que ajuda a compreender essa diferenciação está na questão da veiculação pela mídia de invasões de fazendas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST – que é apresentada como uma violação do direito à propriedade, sendo desconsiderado que tal ação é resultado de um longo processo de exclusão sofrida pelos camponeses.

Dessa forma, os meios de comunicação têm um papel preponderante no que concerne à escolha dos tipos de violações (ou exclusões) veiculadas e a forma como esta veiculação é feita. No entanto, pode-se discutir que os meios de comunicação, por terem conquistado o direito à liberdade de expressão, assim como a sociedade como um todo, não deveriam ter obrigação legal de veicular esse ou aquele tipo de informação, ficando a cargo dos veículos a escolha do que e como veicular.

Neste sentido, o próximo capítulo tratará das questões inerentes aos processos midiáticos, ao telejornalismo e ao objeto de estudo do presente trabalho, o Jornal Nacional.

CAPÍTULO II

MÍDIA, TELEJORNALISMO E JORNAL NACIONAL

2.1 Liberdade de Expressão e responsabilidade social dos meios de comunicação nas declarações, pactos e na Constituição Brasileira

Existe atualmente uma discussão em relação aos meios de comunicação no que se refere ao uso do direito de liberdade de expressão (Lordelo, 2013). Até onde é possível valer-se deste direito para discursar contrariamente aos Direitos Humanos, difundir preconceitos, desinformação ou incitar o ódio?

Como visto no capítulo anterior, a liberdade é um dos direitos mais básicos na construção do ideal de DH, fazendo parte da chamada 1ª geração de direitos. Dentre os diferentes tipos de liberdade, a liberdade de expressão é referida na DUDH no artigo 19: *“Todo o indivíduo tem direito a liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”* (ONU, 1948).

O Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, do qual o Brasil é signatário, descreve o direito à liberdade de expressão e à informação de forma mais concreta, assegurando em seu artigo 19 a liberdade de expressão relacionando-o com algumas obrigações: *“§1. Ninguém poderá ser molestado por suas opiniões e §2. Toda pessoa terá o direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, de forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha”* (ONU, 1966). Em relação às responsabilidades, o Pacto destaca que as restrições ao exercício do direito devem estar previstas em lei e estas devem se fazer necessárias para: *“1. assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; 2. proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral públicas”* (ONU, 1966).

O direito à liberdade de expressão é consagrado na Constituição brasileira em seu artigo 5º, inciso IX, onde se lê: *“é livre a expressão da atividade intelectual, artística,*

científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (Brasil, 1988). No entanto, é preciso levar em consideração que a liberdade de expressão deve estar condicionada à observância dos outros direitos, como, por exemplo, no inciso seguinte: *“são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”*. O acesso à informação é assegurado no inciso XIV: *“é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”*.

A Constituição brasileira, em seu artigo 220 garante a ausência de restrição *“ao pensamento, criação, expressão e informação”* (Brasil, 1988). Logo no primeiro parágrafo do artigo a liberdade jornalística é assegurada: *“Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”*. No entanto, no mesmo artigo e nos subsequentes, são explicitadas as condições de funcionamento dos meios de comunicação, como, por exemplo, a proibição de monopólio ou oligopólio e a necessidade de concessão, a ser renovada a cada 15 anos no caso da televisão. A televisão deve ainda seguir alguns princípios, dentre os quais: *“I – preferência a atividades educativas, artísticas, culturais e informativas”* e *“IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”* (Brasil, 1988).

Pode-se perceber que, apesar da DUDH assegurar plena liberdade de expressão, os pactos subsequentes e a constituição brasileira relacionam esse direito com algumas obrigações. Este fato revela que os meios de comunicação têm responsabilidade sobre o conteúdo que veiculam.

Considerando o marco jurídico exposto, será apresentado em seguida um breve resumo acerca das principais ideias acerca da cultura da mídia e sua relação com os DH. Em seguida, apresentar-se-á as características básicas que compõem os telejornais e especificamente nosso objeto de estudo, o JN.

2.2 O processo de difusão, a cultura da mídia e os Direitos Humanos

Ao se analisar o discurso midiático, deve-se ter em consideração a complexidade de ideias, interesses e posições políticas e ideológicas que permeiam os meios de comunicação. O presente trabalho pauta-se por uma perspectiva que procura compreender ao máximo os elementos constitutivos de tal complexidade, evitando a crítica pela crítica, mas procurando também revelar mecanismos que impedem uma abordagem mais aprofundada e neutra dos DH pelo JN. Neste sentido, é preciso, primeiramente, esclarecer algumas características do processo de difusão, investigado por Moscovici (1961/2012). Em seguida, serão descritas algumas noções referentes à cultura da mídia, as características do processo jornalístico, e particularmente dos telejornais, e, por fim, detalhar-se-á a história e o modo de produção do JN, desde sua criação até os dias atuais.

Moscovici (1961/2012) afirma que a difusão é um tipo de comunicação em que o emissor busca estabelecer uma relação de igualdade com o seu público. No entanto, o objeto de difusão lhe é exterior. O jornalista é especialista em dar notícia, mas não naquilo que noticia. Dessa forma, o jornalista recorre ao especialista, que confere peso à publicação. O jornalista aparece como um agente de ligação entre as opiniões da autoridade e as do público.

Quanto ao público, Moscovici (1961/2012) destaca que a difusão é direcionada às massas e cabe ao veículo reproduzir as oscilações dessa massa. Para isso, o veículo precisa descobrir um denominador comum trabalhando com uma determinada imagem do seu público. O autor destaca ainda que, em relação à postura do veículo, evitam-se posições muito precisas, que possam gerar choques desnecessários com parte do público. Assim, o princípio normativo que o guia é a moderação.

No que se refere ao papel social desempenhado pelas notícias, Moscovici (1961/2012) afirma que as notícias mantêm o indivíduo dentro de certa orientação, em contato com o mundo, a realidade. No entanto, não é sua função iniciar movimentos sociais. Ela apenas

serve para distrair a atenção, reduzir a tensão. Dessa forma, as notícias dizem respeito ao insólito, ao imprevisto. Não é a importância do acontecimento o que mais importa e sim o fato de ser pouco usual.

Alguns autores criticam essa aparente neutralidade da mídia buscando revelar os mecanismos de dominação subjacentes ao processo midiático.

Para Cruz e Moura (2012), a mídia é um palco por onde desfilam as mais diversas forças da sociedade, sendo produtora e reprodutora de relações de dominação e para Kellner (2001) essas relações de dominação se dão por meio da veiculação de uma ideologia que valoriza o branco, masculino, classe média ou rico, e produz assim, hierarquias e classificações que servem aos interesses da elite dominante. Kellner (2001) destaca ainda que é preciso estar atento não somente ao que a mídia veicula, mas o que tem sido excluído do discurso midiático, pois é precisamente essa exclusão que revela o projeto ideológico de determinado meio de comunicação.

Para Jean Baudrillard (1999), os meios de comunicação contribuem para um processo de desrealização, uma vez que a observação direta dos acontecimentos é substituída por uma teleobservação e o contato com a realidade é perdido. A comunicação instantânea desencadearia uma sequência vertiginosa de informações – situação que reduziria o tempo de reflexão e provocaria perda da dimensão histórica dos acontecimentos. Segundo Baudrillard (1999) um fato, só se torna realidade se tomarmos conhecimento dele, caso contrário, fica restrito ao universo em que ocorreu. Segundo o autor, a televisão criaria uma hiper-realidade ao trazer para perto o que na verdade é distante. Sendo assim, os meios de comunicação podem interferir na forma como percebemos a realidade.

Considerando a multiplicidade de poderes que circundam e permeiam os meios de comunicação, quais seriam suas funções enquanto instituição social?

Cruz e Moura (2012) destacam dois papéis antagônicos que os meios de comunicação poderiam assumir: estimular a dominação social, lançando mão de técnicas como a banalização de certos temas e setores da sociedade, enfraquecendo-os, ou incentivar a resistência e a luta contra a dominação por meio de um discurso mais isento, menos atrelado ao poder dominante. Neste sentido, a mídia poderia ser promotora do avanço dos interesses dos grupos oprimidos. Já para Canela (2008), os meios de comunicação devem cumprir três funções: contribuir para o agendamento dos temas que favorecem o desenvolvimento humano; assumir um papel central na colaboração para que todos sejam responsáveis pelas políticas públicas e; informar, de maneira contextualizada, os cidadãos para que estes possam assumir papel ativo na promoção dos DH, pois quanto mais esclarecidos estiverem os cidadãos mais condições terão de exercer seus direitos.

Segundo Cruz e Moura (2012), no contexto atual de globalização, a mídia serviria aos interesses das economias transnacionais e o discurso dos movimentos sociais em favor dos DH tornar-se-ia, neste sentido, um obstáculo. Dessa forma, as informações de ordem política perderiam densidade ou seriam substituídas por *fait-divers* – fatos cotidianos carentes de relevância social ou nos quais a forma de cobertura realizada não leva em consideração o contexto histórico e social (Coutinho, 2006).

Um exemplo de cobertura no formato de *fait-divers* pode ser encontrado, em geral, nas notícias acerca dos crimes, pois, segundo Ramos e Novo (2003) apesar de existirem diferentes formas de violência, na imprensa, os crimes tem sido a temática privilegiada. As autoras destacam que, nas coberturas dos crimes, os discursos contidos nas reportagens oferecerem uma antecipação de interpretações e sentidos sobre o mundo e as situações de violência que influenciam a percepção da realidade e restringem a capacidade de elaboração de significados dos telespectadores.

É preciso esclarecer que, com essa breve revisão da literatura não se espera esgotar as interpretações acerca do fenômeno midiático e telejornalístico, ao contrário, o que se pretende é desconstruir qualquer forma determinante, fechada, de interpretar nosso objeto de estudo, o Jornal Nacional. Os estudos a seguir demonstram o quanto é difícil atribuir uma determinada intencionalidade a determinado meio de comunicação.

2.3 Estudos empíricos sobre coberturas jornalísticas no Brasil

No estudo de Maksud (2008), por exemplo, diferentes jornais, mesmo pertencentes à mesma organização empresarial, apresentaram diferentes abordagens acerca da sexualidade conforme as características do público a que se dirigia. Os jornais analisados por Maksud (2008) foram “O Globo” e “Extra”, o primeiro considerado mais formal e o segundo popular, ambos, pertencentes às Organizações Globo.

Às vezes, encontram-se num mesmo veículo jornalístico formas antagônicas de prática jornalística. Na pesquisa de Rosa (2010), ao analisar as reportagens acerca de DH no jornal Zero Hora de Porto Alegre, a autora encontrou uma corrente mais crítica, propositiva, humanista e cidadã, fundamentada na linguagem dos direitos, e, outra corrente mais comercial e tradicional, que ignora a linguagem dos direitos, e pauta sua abordagem na linguagem do espetáculo. Nesta abordagem, o veículo jornalístico constrói a notícia descontextualizada, com base apenas no “evento estopim” da problemática abordada.

Já no caso do estudo de Coutinho (2006), percebe-se uma continuidade entre a linha editorial adotada em caráter nacional e regional. A autora verificou que, no que se refere à cobertura do julgamento do líder do Movimento dos Sem-Terra, José Rainha, a TV Gazeta, afiliada da Rede Globo no Espírito Santo, apresentou uma cobertura mais próxima da espetacularização do evento.

Numa linha de pensamento mais crítica, Mello (1999) acredita, no que diz respeito à violência, que a mídia seria parcial, não se limitando a informar, mas tomando partido e julgando.

Um exemplo de como a mídia pode atuar nessa perspectiva pode ser encontrado no estudo de Ramos e Novo (2003) acerca da transmissão do sequestro de um ônibus coletivo no Rio de Janeiro, transmitido ao vivo. As autoras verificaram a corroboração da ideia de que vivemos em um mundo caótico e assustador, contribuindo para a mitificação do fenômeno da violência. Tais representações, para elas, gerariam um sentimento constante de insegurança por parte dos indivíduos, que se sentiriam ameaçados e vulneráveis em seu cotidiano. A violência passaria, assim, a ser encarada como um fenômeno natural e impossível de ser eliminado.

A esse respeito, Ramos e Novo (2003) comentam que a morte da vítima do sequestro, fruto de um erro policial, gerou grande comoção, indignação e revolta na população, posteriormente veiculadas nos meios de comunicação. Quanto ao bandido, assassinado por asfixia dentro do camburão da Polícia Militar, a mesma indignação não pareceu tomar conta da população e nas reportagens analisadas por Ramos e Novo (2003), sua morte nunca era referida como assassinato. Para Ramos e Novo (2003) os pobres seriam culpabilizados pela violência, já que a violência produzida pelas elites não teria a mesma cobertura e ênfase que fenômenos os fenômenos produzidos pelos pobres.

Essa interpretação assemelha-se à de Fonseca (2009) no que se refere à exclusão e à violação. A exclusão sofrida por uma grande massa levaria alguns indivíduos dessa massa a cometer uma violação aos direitos de outros. Esse último caso seria mais chamativo do que o primeiro e mais difundido pelos meios de comunicação, exigindo-se uma punição exemplar a esses indivíduos. Como as leis seriam consideradas muito brandas na visão dos que advogam pela justiça expiatória, se aceitariam as violações de direitos contra esses “bandidos”. Quando

surge algum grupo que defende os DH para denunciar tais violações, esses grupos seriam acusados de defenderem os direitos de bandidos e essa noção de “DH de bandidos” passaria a dominar o senso comum acerca do tema. Rejeitar-se-ia assim, os DH como um todo.

As pesquisas apresentadas nesta seção buscaram analisar os conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação e suas relações com aspectos políticos, ideológicos e jornalísticos. Cabe se perguntar quais os efeitos dessas diferentes abordagens que a mídia realiza acerca dos assuntos cotidianos naqueles que consomem o produto midiático. Serão apresentados, em seguida, alguns estudos que buscaram verificar os diferentes tipos de efeito que a difusão de notícias pode produzir.

2.4 Estudos empíricos sobre a psicologia da mídia

Muitas pesquisas buscaram compreender os efeitos de diferentes maneiras de acesso às notícias em diversos aspectos psicológicos como o nível de atenção dispensado, a recordação, as emoções eliciadas pelas notícias e como essas emoções, por sua vez, afetam a recordação das notícias subsequentes.

No que se refere à atenção dispensada aos diferentes tipos de notícias, Just, Neuman e Crigler (1992) verificaram que as pessoas não dedicam a mesma atenção a todos os assuntos noticiados. Os assuntos que despertaram mais atenção foram os que tocavam mais diretamente a vida dos participantes ou os que poderiam ser experienciados mais diretamente. A complexidade dos assuntos não afetou o nível de atenção dispensado, pois a economia, assunto considerado difícil de entender pelos participantes obteve um nível de atenção maior do que outros assuntos considerados de mais fácil entendimento.

Em relação ao poder das imagens na formação de falsas memórias, Sacchi, Agnoli, e Loftus (2007) realizaram uma pesquisa em que buscaram verificar se a leitura de notícias com imagens modificadas acerca do conhecido ato solitário de enfrentamento dos tanques de

guerra na Praça da Paz celestial na China produziria falsas memórias. Os autores encontraram nos resultados que os que viam as fotos modificadas nos artigos de jornal se lembravam (erradamente) que os eventos envolviam mais pessoas, os avaliaram mais negativamente e reportaram maiores danos ao patrimônio do que os que viram as fotos reais.

Garry, Strange, Bernstein e Kinzett (2007) realizaram uma pesquisa semelhante em que buscaram verificar se a presença de fotos de uma cidade antes ou depois de ser atingida por um furacão em um artigo de jornal produzia diferenças na forma de reportar os danos causados pelo furacão (que não eram mencionados no texto do artigo de jornal). Os resultados mostraram que os que liam a reportagem com a foto da cidade destruída após o furacão relatavam um maior número de mortos e feridos dos que os que liam a reportagem em que constava a foto da cidade antes do furacão.

Em relação às imagens televisivas, Strange, Garry, Bernstein e Lindsay (2011) realizaram uma pesquisa em que buscavam verificar se imagens colocadas junto às manchetes proporcionavam uma maior lembrança do conteúdo das manchetes nos participantes alguns segundos depois. Os resultados demonstraram que de fato havia uma maior lembrança das manchetes quando estas eram acompanhadas de imagens significativas, porém, quando se testou o efeito da colocação de imagens falsas junto às manchetes se descobriu que os participantes também relatavam uma maior lembrança (falsa) do conteúdo das manchetes.

Quando se compararam as pessoas que se informam primariamente pelos noticiários da televisão ou pelo jornal impresso, percebeu-se, ao menos nos Estados Unidos, que aqueles que se informam primariamente pelo jornal impresso respondem mais acuradamente acerca de questões sobre eventos da atualidade do que os que se informam mais pela televisão (The Pew Research Center for the People and the Press, 2007).

Neste sentido, o estudo de Austin e Strange (2012) buscou verificar diferenças na recordação dos participantes que liam notícias e dos que as viam em um noticiário. Os

participantes que assistiam ao noticiário reconheciam menos as afirmações acerca das notícias vistas, confiavam menos na sua recordação acerca das notícias e produziam mais falsas recordações do que os que haviam lido as notícias.

No que se refere às emoções eliciadas ao se assistir notícias na televisão, Unz, Schwab e Winterhoff-Spurk (2008) realizaram um estudo onde buscaram verificar como a presença de notícias violentas, intencionais ou não intencionais (acidentes e tragédias), contra outras pessoas ou animais, ou notícias não violentas reagia diferentemente nas emoções positivas e negativas dos participantes. Os resultados mostraram que os participantes que assistiram às notícias violentas reportaram maiores sensações de sentimentos negativos como raiva, medo e tristeza do que os que assistiram notícias que não continham violência. Os participantes que assistiram às notícias de violência intencional reportaram maiores índices de raiva do que os que assistiram notícias de violência não-intencional. O oposto ocorreu em relação à tristeza e ao medo, onde os participantes que assistiram às notícias que continham violência não intencional reportaram maiores índices dessas emoções do que os que assistiram notícias que continham violência intencional. Os resultados mostraram ainda que as emoções negativas eram maiores no caso de violência intencional contra animais.

Em relação ao efeito das emoções eliciadas pelas notícias, Baumgartner e Wirth (2012) verificaram, em artigos de jornal impresso, que as emoções eliciadas têm interferência na recordação das notícias subsequentes. Esse efeito é chamado de *priming*. Assim, quando se apresentava um artigo positivo inicialmente os participantes recordaram mais as informações de artigos positivos subsequentemente apresentados do que as informações dos artigos negativos. O contrário ocorria quando se apresentava os artigos negativos primeiro. Os participantes, neste caso, se recordaram mais das informações negativas apresentadas em seguida do que das positivas.

Considerando que os estudos citados se deram em condição de laboratório, pode-se pensar que em suas casas os participantes dediquem menos atenção ainda às notícias televisivas. Isso não significa que as notícias veiculadas pela televisão não produzam efeitos, mas que, como os estudos demonstraram, há uma maior possibilidade de se produzirem falsas lembranças acerca das notícias e do poder da imagem prevalecer sobre a informação apresentada.

Uma vez que as pesquisas apresentadas demonstram que o conteúdo e a forma de difusão das notícias têm efeitos na atenção, recordação e emoções dos participantes, julga-se importante apresentar os principais elementos que compõem os telejornais, os critérios utilizados na seleção das notícias veiculadas e na forma como essa veiculação se dá.

2.5 Características e modo de produção dos telejornais

Como já foi dito, os fenômenos midiáticos caracterizam-se por sua complexidade. O telejornalismo, particularmente, considera uma série de aspectos para levar aos telespectadores aquilo que julga mais relevante em termos de notícias e reportagens.

A unidade fundamental do telejornal é a notícia. Esta é entendida por Cunha (1990) como a narração dos últimos fatos ocorridos ou com possibilidade de ocorrer, em qualquer campo de atividade e que, no julgamento do jornalista, interessa ou tem importância social.

Segundo Cunha (1990), a massa informativa que chega à redação é enorme e uma seleção ideal das mesmas dificilmente se pode fazer. No entanto, alguns critérios são levados em consideração na escolha dos fatos a serem noticiados. A escolha de uma notícia tem por base sempre o seu imediatismo.

Além do imediatismo, Cunha (1990) lista outros fatores que são levados em consideração pelos telejornais no processo de escolha dos fatos noticiáveis:

Proeminência: se refere ao personagem da notícia que é amplamente conhecido, famoso;

Consequência: uma notícia que pode causar outra notícia. Uma declaração de guerra, um invento ou um descobrimento são alguns exemplos que se pode salientar;

Raridade: o que não é frequente, o extraordinário, o que pode constituir uma novidade;

Interesse Humano: fatos capazes de provocar no ânimo popular um jogo emocional, inspirando sentimentos de admiração, de lástima, de alegria ou de tristeza, com o objetivo de entreter, educar ou passar o tempo, mais do que noticiar propriamente;

Conflito, ação, luta: controvérsias, polêmicas e enfrentamentos tendem a provocar atenção no público;

Entretenimento: fatos que relaxam a tensão e descarregam o espírito, distraem e alimentam sonhos e ambições;

Mistério: perguntas que provocam o público. Notícias que encerram mistério, que criam “suspense”, que fazem o telespectador seguir rotineiramente curioso.

Bistane e Bacellar (2010) afirmam que os assuntos são considerados relevantes na medida em que interessam a um grande número de pessoas, causam impacto ou afetam a vida dos cidadãos. A esse respeito, existe um chavão no âmbito jornalístico conhecido como Lei de McLurg que diz que a importância de um evento diminui com a distância que o separa da nossa porta e que o público fica entediado com a repetição da mesma história dia após dia (York, 1998). Por causa disso, assuntos potencialmente significativos para a humanidade são desprezados e várias áreas do mundo são precariamente focalizadas.

Em relação à forma como a notícia deve ser colhida, Yorke (1998) destaca a forma organizada e sistemática que o processo deve ser conduzido. Os telejornais utilizam equipes de jornalistas para filtrar e discutir ideias, criando uma lista de eventos domésticos e

internacionais, com respectivas datas e horários, entre os quais alguns são escolhidos para uma possível cobertura.

Segundo York (1998) existe uma pressão para produzir um material disciplinado, enxuto e econômico. Assim, o desafio diário dos repórteres de televisão é relatar os acontecimentos com precisão e síntese (Bistane & Bacellar, 2010). Em relação ao formato da reportagem, York (1998) afirma que os pontos de destaque de cada item devem ser dispostos de maneira sensata e coerente, a linguagem reduzida ao essencial e condizente com as imagens. A regra é que palavras e imagens devem andar juntas, pois a divergência leva à competição entre as duas, distraindo o público. Nesse caso, sempre prevalece o poder da imagem.

Apesar das regras gerais em relação à elaboração dos telejornais, é preciso levar em consideração que há diferentes formas de se conduzir o trabalho jornalístico. Convém ressaltar, primeiramente, uma diferenciação que se faz presente no meio jornalístico, mas não foi absorvida pelo senso comum, entre notícia e reportagem.

Segundo Cunha (1990), a notícia se atém ao substancial e suficiente para que se saiba a totalidade do fato consumado. A reportagem, por sua vez, se refere ao levantamento em profundidade sobre fatos específicos, determinados de forma abrangente e completa, procurando esgotar um assunto em todas as suas variáveis, decorrências, implicações e opiniões. Para Bistane e Bacellar (2010) fazer reportagens é quase um privilégio porque há mais tempo para que sejam pensadas, produzidas e editadas. No dia-a-dia das redações o mais comum é que as etapas de uma matéria sejam realizadas de um dia para o outro ou mesmo em algumas horas.

No que se refere à narrativa utilizada pelos jornalistas, Sodré e Ferrari (1986) demarcam outro tipo de diferenciação existente entre o anúncio da notícia e sua enunciação. No primeiro caso, o discurso mantém um distanciamento, é descritivo, documental e só há

referências ao que pode ser visto ou constatado. Já na enunciação, o procedimento do discurso é outro: narrativo, reconstitui as ações e as presentifica, como se estivessem ocorrendo. A aproximação é maior, na medida em que se pode acompanhar o desenrolar dos acontecimentos quase como testemunha. Esse tipo de relato se apoia na ação e no detalhamento.

Além desses casos, há ainda, segundo Sodré e Ferrari (1986), dois tipos de notícias que se mostram menos neutras: a notícia-pronúncia e a notícia-denúncia. O primeiro caso aparece como consequência da enunciação. A escolha da enunciação como discurso visa expor, indiretamente, um posicionamento crítico em relação ao tema da notícia. Uma notícia pode vir a se pronunciar a respeito de um fato ou tema a partir do título e de certas expressões, imprimindo ao texto um caráter de julgamento preestabelecido.

No caso da notícia-denúncia, a reportagem se revela mais construtiva na medida em que faz propaganda em favor de um movimento comunitário, por exemplo; usa uma linguagem explicitamente opinativa, sem meios-tons, divulga seus objetivos claramente. Além disso, a reportagem aparece às vezes articulada com outra do mesmo tema: uma informa o fato, a outra informa sobre o fato. A primeira se limita a mostrar o episódio. Na segunda, inclui-se o episódio em um contexto que inclui outros semelhantes (Sodré & Ferrari, 1986).

Considerando os aspectos presentes na literatura da Comunicação Social acerca do modo de funcionamento dos telejornais, será descrita em seguida a trajetória e o funcionamento atual do JN.

2.6 Jornal Nacional

2.6.1 A criação do Jornal Nacional

Por meio do Decreto número 42.946, de 30 de dezembro de 1957 o presidente Juscelino Kubitschek outorgou à Rádio Globo S. A. concessão para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro (Silva, 1985). Segundo Silva (1985), a Globo realizou uma revolução técnica, gerencial e artística na televisão do Brasil, com a entrada no ar, em 1965. Em menos de quatro anos, a TV Globo assumiria a liderança absoluta de audiência. Alguns fatores contribuíram para essa rápida ascensão: 1) houve um contrato assinado entre a Rede Globo e o grupo norte-americano Time-Life, efetivado a partir de 1965. Por meio desse contrato a Rede Globo recebeu 5 milhões de dólares, pessoal especializado e equipamentos sofisticados; 2) houve a decadência e cassação da concessão da TV Excelsior, cujos donos entraram em conflito com o regime militar (Silva, 1985). Em 1969, ano de lançamento do Jornal Nacional, a Rede Globo se preparava para ser rede nacional, por meio da rede de microondas construída com o dinheiro arrecadado pelo Fundo Nacional de Telecomunicações e gerenciado pela recém-criada Embratel e pelo Ministério das Comunicações (Silva, 1985).

É importante salientar que o telejornalismo na época, embora pudesse ter grandes audiências, era tido como um gênero de programa pouco atrativo em termos de público. O telejornalismo era, desta maneira, considerado um tipo de programação que rendia mais prestígio do que dinheiro e, portanto, não recebia as atenções prioritárias das empresas. Nem o melhor telejornal possível conseguiria uma grande audiência se estivesse numa programação que, de um modo geral, não conseguisse atrair a atenção da audiência. Em relação à qualidade, era preciso apenas manter o mínimo nível que não provocasse os espectadores a mudarem de canal (Silva, 1985).

Dentro dessa lógica, a estratégia da Rede Globo quando decidiu lançar o Jornal Nacional em 1969 consistiu em torná-lo o programa de prestígio da emissora. Para que tivesse uma audiência garantida, foi alocado entre duas telenovelas, o gênero de maior audiência. Existia pouca preocupação com o conteúdo. O importante era manter o fluxo de audiência, demonstrar força com um programa que atingisse todo Brasil e extrair prestígio do noticiário, tanto da parte do público como das autoridades governamentais (Silva, 1985).

Silva (1985) destaca que o JN inaugurou um novo estilo de jornalismo na TV brasileira: por iniciar a era do jornal em rede nacional; por consolidar um modelo de informação em que a fragmentação dos fatos em espaços de tempos curtíssimos e a obsessão pelo que ocorre “agora” chegando ao ponto de quase eliminar informações de contexto e; porque consagrou um estilo de apresentação visual pretensamente objetivo, em que o locutor mostra-se formal e distante.

Segundo Silva (1985), as características dos meios de produção da indústria cultural mudam de acordo com as mudanças que acontecem na sociedade. No caso do JN, com o clima de maior liberdade que o país passou a viver a partir de 1979, alterou-se a qualidade das suas relações internas, o que levou a uma alteração do seu conteúdo. Sendo a tendência geral, na época da abertura política, de crítica contra diversos setores do país, a estratégia que a Rede Globo utilizou para ser mais crítica sem ter que alterar muito o JN foi a de dar maior espaço às edições de notícias locais e suprimir o controle interno sobre elas. Assim, a crítica que satisfazia o público foi fragmentada e concentrada sobre os problemas regionais, ficando as questões nacionais em segundo plano (Silva, 1985).

Silva (1985) realizou uma pesquisa visando verificar os efeitos que a veiculação de notícias pelo JN tinha em trabalhadores da periferia de grandes cidades. O autor verificou que as matérias que tratavam de temas próximos às necessidades imediatas dos participantes eram lembradas com maior facilidade. Os participantes consideravam as notícias do país como as

mais importantes, embora dessem mais atenção às locais. Os participantes satisfaziam-se mais com as matérias sobre tragédias, mortes de pessoas famosas, assaltos, assassinatos, sequestros do que as reportagens mais aprofundadas e de análise. Em relação à credibilidade, a imagem de bom moço dos apresentadores aparecia como um aspecto importante, assim como a credibilidade dos outros gêneros da programação que afetava a credibilidade do telejornal entre os participantes (Silva, 1985).

Torna-se claro, por meio da pesquisa de Silva (1985) que, o Jornal Nacional é um elemento difusor de determinadas visões da realidade que podem ser apreendidas de diversas formas conforme as características do público receptor e de acordo com fatores situacionais. A seguir serão relatadas algumas pesquisas mais atuais acerca da forma de cobertura do JN e as possíveis mudanças ocorridas ao longo dos anos.

2.6.2 Pesquisas empíricas sobre a forma de noticiar do Jornal Nacional

Segundo Lima (2004) o Jornal Nacional passou por transformações profundas em seu formato no final da década de 1990. Na época, a jornalista Lilian Witte Fibe assumiu como âncora e acreditava-se que sua escolha, por ser a jornalista que menos se permitia ser direcionada em sua forma de entender e fazer jornalismo, sinalizava uma mudança de postura da Rede Globo em relação ao seu principal telejornal. O que se esperava era que Lilian imprimisse uma marca pessoal ao JN, comentando notícias políticas e econômicas que passariam a ganhar mais espaço e importância no telejornal. O que se viu foi justamente o contrário, sendo a âncora obrigada a todo instante a tratar de curiosidades sem relevância, ou *fait-divers*. Esse fato, segundo Lima (2004), desencadeou sua rápida substituição pela dupla William Bonner e Fátima Bernardes. Lilian chegou a afirmar, segundo Lima (2004), que o JN trabalhava para dar às pessoas aquilo que elas queriam ver e não o que precisavam. Fátima Bernardes confirmou essa proposta afirmando que o objetivo do JN era despertar interesse,

proporcionar um show. Assim, passou-se a valorizar o conteúdo emocional das notícias, a cobertura de fatos de violência e de fatos ocorridos com celebridades. O objetivo era mudar a reputação negativa do JN por conta de sua associação com a Ditadura Militar e a eleição de Collor, ou seja, despolitizar o JN.

Em relação ao foco no conteúdo emocional das notícias, a pesquisa de Silva (2010) buscou verificar as formas como o JN lidava com as tragédias a partir de uma análise da cobertura do acidente com o avião da TAM em São Paulo em 21 de julho de 2007. A autora concluiu que ocorreu uma espetacularização em torno do acidente, sendo que a cobertura durou aproximadamente duas semanas, contando com a exclusividade do tempo do telejornal nos primeiros dois dias e com notícias mais pontuais no restante dos dias. A análise realizada por Silva (2010) localizou nas dimensões do sublime e do trágico elementos essenciais na construção das reportagens, constituindo um tipo de cobertura que era diferente da realizada nas outras matérias. O acontecimento tornou-se objeto de relato e era valorizada a dimensão afetiva. Não havia espaço para comentários e o telejornal se utilizou de artifícios como o tratamento exclusivo dado à tragédia, o deslocamento dos âncoras para o local do acidente e a cobertura ao vivo como forma de demonstrar preocupação e solidariedade diante do acontecido.

Lima (2004), por sua vez, identificou algumas características relativas à cobertura realizada pelo JN acerca de temas relevantes como a seca, greves e manifestações: acerca da cobertura da seca, o governo era preservado de qualquer questionamento em relação às medidas preventivas que deveriam ter sido tomadas. Nas greves, o foco estava sempre no prejuízo que estas causavam e não nas suas causas, de forma semelhante ao que ocorria em relação às manifestações, em que o foco era apenas a manifestação em si, e não suas causas. Lima (2004) caracterizou essas coberturas como oficialistas, ou seja, a favor do governo (leia-

se governo como poder executivo federal, pois tanto o legislativo quanto o judiciário eram abordados de forma mais crítica).

As pesquisas expostas apresentaram características importantes acerca do conteúdo difundido pelo JN e das questões envolvidas no processo editorial. No entanto, considera-se importante apresentar o modo de funcionamento do JN, descrito por quem é o responsável final pelo seu conteúdo: William Bonner, editor-chefe.

2.6.3 O modo de produção do Jornal Nacional segundo seu editor-chefe

O objetivo do Jornal Nacional, segundo William Bonner (2009) é “*mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, com isenção, pluralidade, clareza e correção*”. As notícias veiculadas pelo JN são classificadas em duas categorias, conforme suas características: os temas factuais e os temas da atualidade. Os temas factuais dizem respeito aos acontecimentos ocorridos após a última edição do telejornal e que apresentam necessidade urgente de publicação, ou seja, são as novidades mais importantes do dia em questão. Já os temas de atualidade se referem a acontecimentos que vem ocorrendo ao longo do tempo, que são atuais, mas não precisam ser abordados necessariamente no mesmo dia, pois conservarão sua atualidade pelos próximos dias ou semanas.

A vocação do JN são os temas factuais. Quando não há muitos temas desse tipo é que se recorre às reportagens acerca dos temas de atualidade como uma forma de apoio ao telejornal. Esse apoio é realizado considerando os temas factuais dominantes de forma a complementar, aprofundar e/ou contextualizar a notícia dada (Bonner, 2009). Como quase tudo pode ser objeto de notícia, faz-se necessário que se estabeleçam critérios para escolha do que será objeto de cobertura do JN.

Bonner (2009) afirma que a seleção criteriosa das notícias que serão exibidas se faz necessária pela escassez de tempo que acompanha o telejornal. Assim, o autor destaca quatro

fatores que guiam essa seleção: abrangência (quantidades de pessoas atingidas pelo fato); gravidade das implicações (se refere à gravidade do fato sem si); caráter histórico (no qual se deve perguntar: “*daqui a 50 anos, o que é que um pesquisador buscará na edição do JN que estamos construindo hoje?*”) e o peso do contexto (uma notícia, mesmo de alta relevância, precisa ser comparada com as demais do mesmo dia para que se decida se vai ou não ao ar e qual será o tempo destinado e o tipo de cobertura a ser realizada).

Uma vez escolhidas as notícias a serem veiculadas, faz-se necessário decidir como ocorrerá a cobertura jornalística. Bonner (2009) destaca três critérios que ajudam a decidir como as notícias serão tratadas: complexidade (quanto mais complexo o assunto maior a chance de ser tratado em uma reportagem maior, com um repórter conduzindo); tempo (quando há muitos fatos novos a serem exibidos sobra menos tempo disponível para realizar reportagens mais aprofundadas) e a disponibilidade de imagens sobre o assunto em questão (na ausência de imagens recorre-se a uma nota lida pelos apresentadores).

Já no que se refere às reportagens sobre temas de atualidade, aquelas mais aprofundadas, Bonner (2009) afirma que as pautas para tais reportagens provem das mais variadas fontes, desde o público que faz sugestões a partir do site do JN até de um momento de inspiração do próprio editor-chefe, quando se depara com alguma situação corriqueira e julga essa situação como um bom tema para reportagem. Segundo Bonner (2009), os jornalistas da equipe do JN e das emissoras afiliadas discutem pautas e elaboram sugestões que são enviadas para a produção. As diversas sugestões são reunidas em uma lista que é apresentada pelo produtor ao editor-chefe. A este último, cabe a exclusão de pautas que apresentem algum problema (baseada em material publicitário; repetitiva ou exibida recentemente; baseada sobre teses preconcebidas; etc.). Assim, as pautas escolhidas ficam em estado de espera e muitas vezes são “casadas” com notícias do dia. Por exemplo, uma pauta

pré-aprovada sobre o aumento do custo de vida pode acompanhar uma notícia sobre a divulgação de mais um aumento no índice de inflação (Bonner, 2009).

2.7 Conclusão do Capítulo

O capítulo apresentado debruçou-se sobre os aspectos inerentes ao processo jornalístico do ponto de vista da literatura da comunicação. Um estudo minucioso e aprofundado sobre a difusão de notícias, de um ponto de vista psicológico – o que constitui um dos principais objetivos do presente trabalho – foi feito por Serge Moscovici. Este autor se debruçou sobre o processo de apreensão das notícias e as características das notícias como difusoras de representações sociais de uma nova forma de conhecimento. Os resultados da pesquisa deste autor possibilitaram o estabelecimento de uma nova teoria: a Teoria das Representações Sociais, que será detalhada a seguir e que constitui uma das bases do presente trabalho.

CAPÍTULO III**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DIREITO HUMANOS**

3.1 Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici

Moscovici (1961/2012), em sua análise acerca da difusão social da psicanálise identifica que, com o advento da imprensa passa a existir um novo modo de organização psicológica: as representações sociais – RS.

Partindo de um resgate do conceito de representações coletivas de Durkheim (1912/2008), Moscovici (1961/2012) defendeu a tese de que tal conceito não bastava para explicar todas as formas de aquisição social do conhecimento, pois as formas de organização social da sociedade moderna eram diferentes da organização social totêmica, estudada por Durkheim. Enquanto Moscovici (1961/2012) estava interessado em investigar como as noções científicas eram assimiladas pelo senso comum, Durkheim investigou de que forma o surgimento das religiões primitivas era parte constituinte do modo de pensamento das comunidades organizadas em clãs. O conceito de representação coletiva de Durkheim (1912/2008) permitia compreender como a sociedade proporciona aos indivíduos ferramentas de raciocínio, conceitos, categorias e ideias que auxiliam os indivíduos a pensarem de acordo com o pensamento coletivo e a se enquadrarem na organização social existente. Apesar dessa função adaptativa das representações coletivas, Durkheim (1912/2008) se esforçou por realizar uma separação radical entre estas e as representações individuais. Para ele, enquanto que as representações individuais era fruto das sensações, mais ou menos desorganizadas, oriundas dos sentidos dos indivíduos, as representações coletivas serviam para organizar essas sensações em quadros preexistentes, que surgiam a partir das interações coletivas e eram apreendidos da organização social.

Moscovici (1961/2012) resgatou o conceito de representações coletivas sem, no entanto tentar reformá-lo ou criticá-lo, mas tentando adaptá-lo à realidade da sociedade moderna. Para Moscovici (1961/2012), a principal questão no que se refere à transformação das formas de criação coletiva na modernidade se relaciona à questão da legitimação.

Enquanto nas sociedades feudais os centros de poder estavam centralizados na Igreja e no Estado que legitimavam os conhecimentos e crenças, na sociedade moderna¹, houve uma descentralização desse poder. Na modernidade, tais instituições encontram-se espalhadas em todo o espectro social e se chocam gerando uma multiplicidade de visões de mundo contrastantes. Além disso, as representações dos diversos grupos sociais estão sempre procurando estabelecer uma hegemonia.

Além do processo de descentralização dos pontos de poder, Moscovici (2009) identifica a mudança social na forma de representar como oriunda das consequências das novas formas de comunicação surgidas a partir da criação da imprensa e da difusão da alfabetização. A emergência dessas formas de comunicação gerou tanto novas formas de comunicar ideias como possibilitou que diversos grupos sociais pudessem participar mais ativamente da construção coletiva do conhecimento.

Para Moscovici (2009), a busca pela hegemonia de uma dada representação sobre outras se dá ao redor de pontos de tensão no sistema representacional de uma sociedade. Esses pontos se caracterizam pela aparição de algo não-familiar, desconhecido, onde falta sentido. Como a cultura não suporta um ponto sem sentido, dá-se todo um trabalho representacional para dar sentido a esse ponto não-familiar. Esse trabalho possibilita o surgimento de novas representações. Isto porque, segundo Moscovici (2009), o objetivo de toda representação social é transformar aquilo que não é familiar ou a própria não-familiaridade, em algo familiar. Com base nesta forma de conceber as representações sociais Moscovici (2009) as defini como:

¹ Não é objetivo deste trabalho discutir a questão da modernidade e da possibilidade de estarmos vivendo em um período de pós-modernidade como defendem autores como Jean Lyotard, Zygmunt Bauman e Gilles Lypovetsky. Assume-se, neste trabalho, a perspectiva de que, mesmo que estejamos vivendo em uma época além da modernidade, as principais características desse período ainda se encontram presentes na sociedade.

“um sistema de valores, ideias e práticas com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e de sua história individual e social” (Moscovici, 2009, p. 21).

As representações de que fala Moscovici (2009) são estruturadas a partir de dois processos que atuam intra-individualmente na transformação do não-familiar em familiar: a ancoragem e a objetivação.

A ancoragem tenta reduzir as ideias estranhas a categorias e imagens comuns, ou seja, colocá-las em um contexto familiar. O objeto estranho é comparado com alguma das categorias preexistentes e, ao mesmo tempo, é transformado para que se enquadre nela. A principal força de uma categoria é o fato de ela proporcionar um modelo ou protótipo apropriado para representar a classe. Esses protótipos favorecem opiniões já feitas, antes de ver e ouvir a pessoa nós já a julgamos, nós já a classificamos e criamos uma imagem dela. Todo sistema de classificação, segundo Moscovici (2009), pressupõe uma posição específica, um ponto de vista baseado no consenso.

Por sua vez, a objetivação visa transformar algo abstrato em concreto. Objetivar, segundo Moscovici (2009), é reproduzir um conceito por meio de uma imagem. No entanto, nem todas as palavras podem ser transformadas em imagens, seja por que não existem imagens suficientemente acessíveis ou por que as imagens que são lembradas são tabus.

Os processos de ancoragem e objetivação se referem às características intra-individuais das RS. É preciso destacar que, para Moscovici (2009), as RS não são criadas por um indivíduo isoladamente, mas no decurso da comunicação. Para o autor, uma vez criadas,

elas adquirem outra característica: ganham vida própria. As RS passam a permear as diversas formas de comunicação servindo de ferramentas tanto ao entendimento quanto a formação de noções e convenções compartilhadas. Todas as informações que recebemos são distorcidas pelas RS. Estas representariam uma espécie de atmosfera, que nos cerca, individualmente e coletivamente, com palavras, imagens e ideias que podem nos atingir mesmo que não saibamos. No entanto, Moscovici (2009) considera que as pessoas e grupos não são receptores passivos, pois, pensam por si mesmos, produzindo e comunicando suas representações às questões colocadas no seio da conversação.

Segundo Moscovici (2009), os meios de comunicação de massa aceleraram a tendência à heterogeneidade e a flutuação dos sistemas unificadores – ciências, religiões, ideologias. Desta forma, surgiu uma maior necessidade de reconstituir o senso comum. Na tentativa de explicar essa necessidade, o autor abandona a distinção realizada por Durkheim entre esfera profana e sagrada, e afirma que, no seio da sociedade moderna, existe uma distinção mais básica, que consiste na diferenciação entre universos consensuais e reificados.

No universo consensual, a sociedade é vista como um grupo de pessoas que são iguais, ou seja, cada uma pode falar em nome do grupo. Não há hierarquia, mas cumplicidade e convenções determinam o que pode ser falado e como deve ser falado. Esse universo depende da conversação, e é institucionalizado nos locais que servem de ponto de encontro para debate das questões sociais. A conversação cria, segundo Moscovici (2009), uma base de significados compartilhada pelas pessoas de determinado grupo. As pessoas, dessa forma, podem compartilhar um estoque implícito de imagens e ideias que são consideradas certas e mutuamente aceitas. Tudo o que é dito ou feito apenas confirma as crenças já existentes, corrobora e não contradiz, a tradição.

Já no universo reificado, segundo Moscovici (2009), a sociedade é vista como um sistema desigual onde cada um pertence a uma classe e deve desempenhar, por isso, um papel

diferente. É a competência adquirida que determina o grau de participação de acordo com o mérito. Dentro do sistema ocorrem confrontos, e esses confrontos não são entre pessoas, mas entre organizações preestabelecidas, cada uma com regras e regulamentos particulares. Não é diretamente o acordo entre os membros atuais que estabelece tais regras, mas uma série de prescrições anteriores.

As ciências, para Moscovici (2009), são os meios pelos quais compreendemos o universo reificado enquanto as RS estão ligadas ao universo consensual. As RS explicam os objetos e acontecimentos de tal forma que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos.

Neste sentido, segundo Moscovici (2009), a maior parte das pessoas prefere as explicações do senso comum. As pessoas fazem correlações enganadoras que mesmo a apresentação dos fatos objetivos é incapaz de corrigir, não levando em consideração as estatísticas e distorcendo as informações que lhes são acessíveis, tudo em prol da aceitação dos fatos que confirmam as suas crenças. Nesse sentido, Moscovici (2009) diferencia as representações fundamentadas na crença das que são fundamentadas no conhecimento: as primeiras são homogêneas, afetivas e impermeáveis à experiência ou mesmo à contradição e permitem poucas variações individuais. Já as representações fundamentadas no conhecimento são fluidas, pragmáticas e passíveis de acerto e erro. Elas deixam mais liberdade para a experiência e para a razão crítica dos sujeitos.

Para Moscovici (2009), o pensamento científico foi elevado à norma de todo pensamento, fazendo com que todas as crenças e formas de pensar que se apresentem em desacordo com o esse pensamento seja classificado como inferior. Neste sentido, é preciso que se atente ao que é divulgado com a alcunha de científico, pois tem grande chance de ser considerado como verdade irrefutável, apesar da própria ciência ser baseada no ceticismo.

No que se refere ao papel da mídia na formação de representações sociais, Duveen destaca o estabelecimento do “pensamento por procuração” (Moscovici, 2009). Para este autor a mídia possibilita uma aproximação de fenômenos distantes, que provavelmente não seriam objeto de representação sem a sua veiculação. No seio desta aproximação, surgem especialistas que buscam explicar e interpretar esses fenômenos. Os especialistas (jornalistas, cientistas, técnicos, homens políticos) oferecem explicações prontas para os fenômenos e acontecimentos da vida cotidiana. As observações e os questionamentos são direcionados pela informação disponibilizada pelos especialistas. O indivíduo comum só se interessa pelo que faz os especialistas quando é solicitado pelos mesmos, ou quando seu ambiente é afetado ou ainda quando julga necessário estar informado. Na sociedade moderna já não se espera que os indivíduos tenham domínio sobre todo o conhecimento acerca dos temas relevantes. Os especialistas, grupos e indivíduos que se confia serem competentes, devem obter esse conhecimento e trazer para o público.

3.2 Teoria das Representações Sociais: abordagens de Jodelet, Abric e Doise

Além da contribuição original de Moscovici, outros teóricos apresentaram uma importante contribuição para o desenvolvimento de novas perspectivas na Teoria das Representações Sociais. Dentre esses teóricos destacam-se: Denise Jodelet, Jean Claude Abric e Willem Doise.

A perspectiva de Jodelet (2005) é a que mais se aproxima da teoria original de Moscovici. A principal contribuição de Jodelet é investigar as RS de um ponto de vista mais prático, ou seja, para esta autora, as RS são guias de ação, pois modelam e constituem os elementos do contexto onde atuam. Por serem guias, elas atuam na construção da identidade pessoal e social e influenciam as ações de resistência e mudança social. Em seu estudo clássico, Jodelet demonstrou como as RS que se faziam da “loucura” influenciava na forma como os “loucos” eram tratados.

Já a abordagem estrutural de Abric (1994) baseia-se na ideia de núcleo central das RS. Esse núcleo é o elemento que unifica e dá sentido ao conjunto da representação e está rodeado por elementos periféricos que abrem espaço para adaptações individuais conforme a história de vida do sujeito. O núcleo central é estável, historicamente construído a partir do consenso, enquanto os elementos periféricos suportam a heterogeneidade do grupo, sendo sensível ao contexto e servindo para proteger o sistema central das mudanças repentinas. Os elementos estáveis exercem uma pré-eminência sobre o sentido dos elementos periféricos e os primeiros possuem uma resistência mais forte às pressões da comunicação e da mudança do que os últimos.

Por sua vez, a abordagem psicossociológica de Doise (2002) se caracteriza por considerar o papel das inserções sociais na variação das RS. Para Doise, as RS funcionam como princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos. As RS podem ser estudadas a partir de três hipóteses ou dimensões de análise: organização do campo representacional, princípios organizadores das diferenças individuais e as ancoragens sociais. A organização do campo representacional se refere às crenças comuns que os indivíduos de uma mesma cultura possuem sendo orientadas por componentes atitudinais. Já os princípios organizadores das diferenças individuais dizem respeito às variações de posição que são, segundo Doise (2002), organizadas sistematicamente. Por fim, as ancoragens sociais das representações sociais ocorrem a partir da hierarquia de valores do indivíduo, de suas percepções acerca das relações entre os grupos e de suas experiências sociais compartilhadas. Essas ancoragens influenciam nas tomadas de posição. Neste sentido, poderíamos considerar que as adesões a certos programas televisivos e às posições ideológicas desses programas representam um tipo de ancoragem social e levam o telespectador à formação de RS.

A teoria das representações sociais apresentada nesta seção embasou uma série de pesquisas acerca das representações sociais dos Direitos Humanos, principalmente na

perspectiva psicossociológica. Dentre estes trabalhos destacam-se, no âmbito internacional, as pesquisas de Willem Doise e colaboradores e, no Brasil, as pesquisas de Cleonice Camino, Leoncio Camino e colaboradores.

3.3 Pesquisas empíricas sobre as representações sociais dos Direitos Humanos

A principal característica da abordagem psicossociológica de Willem Doise (2002) é o entendimento dos DH enquanto representações sociais normativas, o que significa que são organizados cognitivamente de acordo com princípios e que essa organização serve para orientação dos comportamentos sociais. As RS que servem de base para essa organização provêm das chamadas ideias-força, oriundas inicialmente de longos debates nos campos da religião, filosofia e política, mas que, atualmente, encontram nos meios de comunicação, e particularmente na televisão, um meio eficaz de se difundir para milhões de pessoas instantaneamente.

O estudo de Clémence, Doise, Rosa e Gonzalez (1995) procurou verificar o posicionamento de 1.126 estudantes, de 13 a 20 anos de idade, diante de situações de violação de direitos constantes na DUDH em quatro países: Costa Rica, França, Itália e Suíça. Os estudantes deveriam se posicionar diante de 21 situações de violação de direitos, numa escala de quatro pontos. Os resultados indicaram uma semelhança na forma como os estudantes dos quatro países estruturavam suas respostas e consideravam os elementos concernentes à DUDH.

Buscando verificar como se dava a organização das representações sociais dos Direitos Humanos contidos na DUDH, Doise, Staerklé, Clémence e Savory (1998) investigaram como estudantes suíços, de 12 a 21 anos de idade, entendiam os DH e como classificavam os direitos da DUDH como bons ou maus exemplos de direitos, em uma escala de quatro pontos. Nos resultados os autores verificaram a existência de quatro principais

categorias no que se refere ao entendimento do que são os DH: *DH Público; Libertários; Exemplos Concretos de Direitos e Igualdade*. Foi possível identificar ainda uma correlação positiva entre a idade e o avanço acadêmico e o número de direitos citados. Além disso, os autores verificaram uma correspondência entre os direitos citados e os contidos na DUDH. No tocante ao conhecimento dos Direitos Humanos, Doise et al. (1998), verificaram, após uma análise fatorial de correspondência, que as respostas dos participantes agrupavam-se em três dimensões: na primeira dimensão, no polo positivo, constavam respostas relacionadas ao respeito aos direitos e, no polo negativo, respostas referentes à violação dos direitos; na segunda, no polo positivo, constavam respostas referentes aos direitos públicos, e, no polo negativo, direitos individuais; na terceira e última dimensão, constavam respostas subjetivas, no polo positivo, e, no polo negativo, respostas objetivas. Os direitos que foram considerados mais prototípicos enquanto exemplos de direitos foram: receber cuidados médicos, ter um emprego, viver num mundo de paz, comer o necessário e viver com a família. Já os que foram em menor medida considerados como exemplos de direitos foram: esconder uma doença contagiosa, recusar ir à escola, recusar vacina, esconder a religião, fumar, abortar, discutir as notas na escola e fazer greve.

Com o objetivo de investigar quais os princípios organizadores do envolvimento das pessoas com os Direitos Humanos, Spini e Doise (1998) realizaram uma pesquisa com 175 estudantes universitários da Suíça. Os autores utilizaram uma escala de nove pontos composta por sentenças afirmativas e negativas acerca do envolvimento com os DH. Os resultados indicaram a existência de quatro princípios organizadores do envolvimento com os DH: *Pessoal Abstrato* – em que o envolvimento ficava no plano das possibilidades; *Pessoal Concreto* – em que o envolvimento acontecia de fato; *Governamental Abstrato* – em que era considerada a possibilidade do envolvimento do governo com a aplicação dos DH e;

Governamental Concreto – em que o envolvimento do governo com os era visto como acontecendo de fato.

Staerklé e Clémence (2004) buscaram verificar a força com que se condenavam as violações dos Direitos Humanos em função do tipo de vítima dessas violações. A amostra foi composta de 172 estudantes suíços, com idades de 14 a 16 anos. Os autores utilizaram questionários em que os participantes deveriam indicar a intensidade (em uma escala de sete pontos) da sua concordância ou discordância em cinco tipos de relatos de violações dos DH por algumas autoridades. O controle experimental se dava em função da variação do tipo de vítimas dos relatos de violação e em função da explicitação ou não do tema dos DH nos questionários. Os resultados indicaram que os participantes se mostravam mais contrários à invasão de domicílio quando o suspeito era um ladrão do que quando se tratava de um traficante de drogas, que consideravam mais inaceitável a supressão do direito à educação quando as vítimas eram crianças com deficiências físicas do que quando eram crianças imigrantes e se mostravam menos contrários à pena de morte nos casos de estupro do que nos de assassinatos. Os autores verificaram que havia dois princípios organizadores da tolerância às violações dos DH: o *Princípio Orientado pelo Contexto*, que condiciona o direito ao merecimento e o *Princípio Orientado pelo Direito*, que reconhece a universalidade dos direitos.

Staerklé e Clémance (2004) realizaram ainda outra pesquisa buscando verificar como se configuram os Princípios Orientados pelo Direito ou pelo Contexto nos julgamentos de violações de direitos. Participaram 88 estudantes suíços, de 16 a 20 anos de idade. Os participantes foram solicitados a expressar suas primeiras reações frente à descrição de violações de DH. Uma análise feita por meio do software *Alceste* mostrou a existência de quatro classes de respostas. Na primeira, relativa ao *Princípio Orientado pelo Contexto*, as decisões tomadas pelas autoridades de violar os direitos das pessoas eram consideradas

sanções justas. A primeira classe aparecia em oposição a duas classes que se mostravam contrárias à violação dos DH e a violação das liberdades individuais e que correspondiam ao *Princípio Orientado pelo Direito*. A última classe correspondia a dúvidas relativas à legalidade das decisões.

Com base na pesquisa de Spini e Doise (1998), Pereira e Camino (2003) realizaram uma pesquisa com 400 estudantes universitários de João Pessoa – PB – buscando verificar a relação entre representações sociais dos DH e o posicionamento político. Os autores verificaram a existência das quatro dimensões dos DH encontradas na pesquisa de Spini e Doise (1998): pessoal-abstrato; pessoal-concreto; governamental-abstrato; governamental concreto. Os autores verificaram ainda que os estudantes consideraram que seu próprio envolvimento era maior que o do governo e, nos dois casos, o nível de envolvimento abstrato era maior que o nível de envolvimento concreto. Os autores verificaram que, para os participantes, o governo deveria se envolver mais com os DH do que eles próprios. Os autores verificaram ainda uma relação positiva entre o ativismo político dos estudantes e o envolvimento com os DH. Em relação aos partidos políticos, a simpatia pelo PMDB relacionou-se positivamente com a crença de que o governo brasileiro se preocupava realmente com os DH, enquanto a simpatia pelo PT relacionou-se negativamente com essa crença. A esse respeito, é importante salientar que, apesar deste estudo ter sido publicado em 2003, a coleta de dados ocorreu antes do PT assumir a presidência.

Camino, Camino, Pereira e Paz (2004) realizaram uma pesquisa buscando verificar, além das representações sociais dos DH verificadas em Pereira e Camino (2003) a relação entre essas representações, variáveis psicossociais e alguns valores morais veiculados pela Rede Globo de Televisão. A pesquisa contou com 93 estudantes universitários. Nos resultados, foi verificada a mesma organização em princípios encontrada por Spini e Doise (1998) e Pereira e Camino (2003). Com relação ao direito de igualdade/liberdade – Artigo 1º

da DUDH – os estudantes que simpatizavam com partidos políticos de esquerda foram os que apresentaram um maior envolvimento pessoal no nível abstrato. Já os que tinham simpatia por partidos de direita foram os que disseram estar menos envolvidos na aplicação deste direito e foram os que mais percebiam que o governo brasileiro investia de uma maneira concreta na aplicação deste direito. No que concerne ao direito referente ao bem-estar social – Artigo 29 da DUDH – os resultados demonstraram que os simpatizantes de partidos políticos de direita consideravam que estavam menos envolvidos na aplicação deste direito. Nos dois direitos relativos aos Artigos 1º e 29, a percepção do envolvimento do governo brasileiro ao nível abstrato não apresentou nenhuma relação com a participação psicossocial dos estudantes. Os autores discutem os resultados com base nos resultados obtidos acerca do estudo da moral do programa *Você Decide*, da Rede Globo onde não se constatou a preocupação com a transmissão de valores morais voltados para o bem-estar de todos os membros da sociedade ou com a transmissão de princípios de justiça válidos para qualquer cidadão.

Em uma perspectiva desenvolvimentista, Camino (2004) realizou uma pesquisa com 120 estudantes paraibanos, de 8 a 18 anos de idade, divididos igualmente em função das idades e do contexto sócio-educativo (escolas públicas e privadas). O objetivo foi verificar o desenvolvimento da conceituação dos DH, o conhecimento dos direitos, as fontes desse conhecimento e a organização das concepções sobre os direitos em princípios. Nos resultados, a autora verificou que as crianças demonstraram maior dificuldade em conceituar os DH do que os adolescentes. Em relação ao conhecimento dos direitos, a autora verificou que os direitos mais conhecidos pelas crianças e adolescentes foram: Educação, Lazer, Alimentação e Moradia. No tocante à fonte de informações sobre os DH, verificou que as crianças mencionaram mais a família, como fonte de informações sobre os DH, do que os adolescentes; estes, por sua vez, disseram obter informações, sobretudo por meio da Mídia e da Escola. Em relação ao contexto sócio-educativo, observou que os estudantes de escolas

públicas indicaram, mais do que os estudantes de escolas privadas, que aprenderam sobre os direitos sozinhos, enquanto que os estudantes de escolas privadas mencionaram mais a Mídia como fonte de conhecimento dos DH. Por fim, a análise dos dados provenientes de uma escala de quatro pontos que buscava verificar os princípios organizadores dos DH constantes em uma lista de 18 direitos, permitiu, por meio de uma Análise Fatorial Exploratória, verificar a existência de três fatores: *Direitos Básicos*; *Direito à Liberdade/Contestação* e *Direitos Concretos*.

Com o objetivo de replicar o estudo de Camino (2004) e buscando verificar o efeito de outras variáveis como a religião, Feitosa (2009) realizou uma pesquisa com 400 estudantes da cidade de João Pessoa – PB. A autora verificou que os participantes católicos e de outras religiões mais do que os evangélicos citaram a escola como fonte de conhecimento sobre os DH enquanto que os participantes evangélicos, mais do que os católicos e os de outras religiões, apontaram a mídia como fonte de informação sobre os DH.

Em relação às diferenças nas representações sociais de acordo com a classe social, Queiroz, Camino, Galvão, Santos, Pequeno e Mathias (2014) realizaram um estudo cujo objetivo foi conhecer as representações sociais dos DH por meio de entrevista realizada com 120 mães de classe média e baixa. Os resultados, analisados por meio do *Alceste*, indicaram que mães de classe média mencionaram, como exemplos de DH, direitos sociais, individuais e de grupos, enquanto as mães de classe baixa mencionaram a violação de direitos e os direitos de convívio social. Os DH, influenciados pelas classes sociais, organizaram-se em dois eixos, Vivência dos Direitos, que incluía experiências positivas e negativas e Abrangência dos Direitos, onde, de um lado do eixo encontrava-se o Reconhecimento da Implementação dos Direitos de Grupos Específicos e, do outro, o Conhecimento de Direitos Individuais.

Com o objetivo de analisar o conhecimento que os adolescentes privados de liberdade tinham sobre os DH, Galvão, Costa e Camino (2005) realizou uma pesquisa com 80

adolescentes em conflito com a lei, internos em duas instituições de ressocialização, uma localizada em João Pessoa – PB – e outra numa cidade do interior da Paraíba, utilizando a técnica da associação livre de palavras. Nos resultados a autora verificou que havia menção a *Direitos Específicos* (normatizados na DUDH); a *Direitos em Geral/ Direitos da Pessoa*; aos *Militantes dos Direitos Humanos*; aos *Deveres Morais*, e, por fim, a respostas Sem Sentido ou Sem Conteúdo.

Ainda no que se refere ao conhecimento dos DH por parte de adolescentes excluídos socialmente, Camino, Galvão, Rique e Camboim (2006) realizaram uma pesquisa com 172 adolescentes: 60 adolescentes que passavam os dias nas ruas (Grupo I); 52 crianças e adolescentes que viviam em um abrigo (Grupo II); e 60 adolescentes em conflito com a lei (Grupo III). Os autores dessa pesquisa tinham a finalidade de saber qual a concepção desses adolescentes sobre o que é ter um direito, quais os direitos conhecidos, a fonte de conhecimento dos direitos e as ancoragens das representações sociais dos DH nos diferentes contextos sociais. Os resultados obtidos indicaram que, quanto à pergunta sobre o que é ter um direito a maioria dos adolescentes disseram não saber o que é ter um direito enquanto que o oposto se deu entre os que viviam em abrigo ou em conflito com a lei, embora os participantes desses dois grupos demonstrassem não saber definir o termo direito. Em geral, os participantes que responderam a pergunta sobre o que é ter um direito citaram com maior frequência o exemplo do direito à *Educação*. Em relação à fonte do conhecimento sobre os direitos, a maioria dos participantes que passavam o dia na rua citou os *Professores* e a *Escola* como a principal fonte de conhecimento, o que também foi observado entre os que viviam em um abrigo; já para os participantes em conflito com a lei, a *Instituição Ressocializadora* foi indicada como a principal fonte de conhecimento sobre os direitos.

A partir da verificação da instituição ressocializadora como uma importante fonte de conhecimento dos DH para os adolescentes que estão internos, Santos (2009) realizou uma

pesquisa com 47 funcionários de uma instituição de ressocialização para crianças e adolescentes da cidade de João Pessoa em que procurou investigar as associações livres que eram feitas com a palavra DH, quais as concepções que os funcionários tinham sobre os DH, quais os DH que eles conheciam e quais as fontes de conhecimento que eles atribuíam aos DH. Nos resultados referentes à associação livre de palavras, analisada por meio do software Tri-Deux-Mots, Santos (2009) verificou a existência de um eixo (vertical) denominado *Contextualização dos Direitos*, que apresentava, no seu polo positivo, direitos próprios ao dia-a-dia dos funcionários, mas que não estavam relacionados ao seu ambiente de trabalho e, no polo negativo, os direitos referentes ao ambiente de trabalho, relacionados à criança e ao adolescente. Já no eixo horizontal, denominado de *Posicionamento Frente aos Direitos*, o polo positivo apresentava uma visão crítica dos direitos, enquanto que o polo negativo apresentava uma visão favorável. Santos (2009) verificou ainda que os participantes da pesquisa definiram o que é ter direito por meio de exemplos, de respostas consideradas não pertinentes e por meio de críticas ao direito ou se referiram ao direito como uma obrigação legal. Os participantes indicaram como os direitos que conheciam, sobretudo, os direitos à Saúde, Liberdade, Educação e Moradia e mencionaram como a fonte de conhecimento dos direitos, principalmente, a mídia e a própria instituição de ressocialização.

Uma vez que a pesquisa de Camino, Galvão, Rique e Camboim (2006) identificou que a escola e os professores eram uma importante fonte de conhecimento dos DH para adolescentes excluídos socialmente, Paz (2008) realizou uma pesquisa com 70 professores onde procurou conhecer as representações sociais que os professores tinham sobre os DH e quais os DH que eles consideravam importante abordar na escola. Os resultados obtidos por meio de uma análise de conteúdo mostraram que os professores representavam o direito, sobretudo, como *Cidadania*, que incluía reconhecimento e conquista de espaços na sociedade e, em frequências mais baixas, definiram como algo *Imanente*, ou dado pela sociedade

àqueles que merecem; como um *Complemento dos Deveres*, ou seja, as pessoas devem ter direitos desde que cumpram seus deveres; e, como *Satisfação das Necessidades Básicas*. No tocante aos direitos cuja abordagem na escola foi considerada importante pelos professores, a autora verificou a existência de duas categorias: a primeira composta pelos *Direitos Sociais* e a segunda, composta pelos *Direitos Individuais*.

No que se refere aos meios de comunicação enquanto fonte de conhecimento dos DH e difusão de representações sociais, Fernandes (2007) realizou um estudo com 417 estudantes do ensino médio, visando conhecer qual a fonte de conhecimento dos DH e qual a concepção que os participantes tinham sobre o que é ter um direito. Dentre os resultados, a autora observou que os estudantes enfatizaram, sobretudo, a televisão como a principal fonte de informação sobre os DH. O Jornal Nacional foi apontado pelos estudantes como o segundo programa televisivo que mais abordava os DH (Correio Verdade – programa local policial – foi o primeiro). Dentre os participantes que apontaram o JN como o programa que mais abordava o tema dos DH, apenas 11% deram respostas bem elaboradas acerca da pergunta “o que são os DH?”. Os participantes que consideravam que o JN falava bem dos DH disseram que o telejornal defendia principalmente os direitos à educação, saúde e acesso à justiça. Os que consideravam que o JN falava mal dos DH disseram que o telejornal criticava a violação de direitos.

3.4 Conclusão do capítulo

As pesquisas apresentadas demonstraram que as representações sociais dos DH se organizam em princípios e que tal organização encontra-se ancoradas em variáveis psicossociais. Uma dessas variáveis são os meios de comunicação, que é percebido como uma importante fonte de conhecimento acerca dos DH, mas que não vem cumprido o papel de promover a educação em DH, pois mesmo os telespectadores mais assíduos dos programas

televisivos que abordam o tema não apresentam definições bem elaboradas sobre o que são os DH.

Já foi mencionado que os telejornais, e especificamente o JN, procuram basear suas posições no senso comum buscando não desagradar parte significativa da audiência, estando sempre de acordo com o pensamento majoritário. Dessa forma, estudar os DH difundidos pelo JN significaria verificar como esse veículo acredita que a própria sociedade, em seu conjunto, representa os DH, quais os DH que ele acredita serem consensuais e quais os polêmicos.

Diante do exposto neste capítulo, fica clara a importância da Teoria das Representações Sociais para a compreensão da forma e do conteúdo dos direitos mais difundidos pelo JN.

A seguir, serão apresentados os objetivos e as expectativas que guiam o presente trabalho.

4.1 Objetivo Geral

Verificar o conteúdo e o tipo de abordagem utilizada nas notícias e reportagem sobre os Direitos Humanos difundidas pelo Jornal Nacional.

4.2 Objetivos Específicos

- Identificar os Direitos Humanos veiculados pelo telejornal;
- Verificar a forma como esses direitos são veiculados;
- Identificar como os direitos se agrupam no discurso jornalístico;
- Analisar possíveis diferenças na cobertura do telejornal de acordo com os tipos de direitos veiculados;
- Verificar se há defesa ou crítica referente aos direitos veiculados e a quais direitos esse posicionamento aparece relacionado.

4.3 Expectativas

Em relação ao primeiro objetivo específico, espera-se que:

- Os direitos violados tenham ampla cobertura, uma vez que o JN dá preferência à cobertura de temas factuais (Bonner, 2009; Lima, 2004);
- O JN evite temas polêmicos (Kellner 2001; Moscovici 1961/2012; Silva, 1985);

Em relação ao segundo objetivo, espera-se que:

- Haja poucas, ou nenhuma reportagem que conceitue ou explique o que são DH (Camino, 2004; Fernandes, 2007).
- As notícias, em sua maioria, sejam veiculadas sem ligação com os contextos sócio-históricos ao quais os fatos estão relacionados (Baudrillard, 1999; Cruz & Moura, 2012; Moscovici 1961/2012);

- As notícias curtas (temas factuais) sejam predominantes frente às reportagens longas (Bistane & Bacellar, 2010; Bonner, 2009; Cunha, 1990);

- As notícias e reportagens sejam descritivas, correspondendo ao gênero anunciativo (Sodré & Ferrari, 1986);

- As notícias sejam dadas focando no conteúdo emocional (Lima, 2004; Silva, 2010);

- O telejornal evite atribuir a responsabilidade pelo cumprimento dos direitos ao governo (Lima, 2004);

- A recorrência aos especialistas ocorra muito frequentemente como forma de legitimar o discurso do telejornal (Moscovici 1961/2012).

O terceiro objetivo possui um caráter exploratório, portanto, não há expectativas.

Em relação ao quarto objetivo, espera-se que:

- A cobertura das tragédias não conte com questionamentos acerca das medidas preventivas que deviam ter sido tomadas (Lima, 2004);

- O telejornal apresente uma cobertura que desvalorize as reivindicações dos movimentos sociais (Cruz & Moura, 2012; Kellner, 2001).

- A cobertura de manifestações seja focada apenas na manifestação em si e não nas suas causas (Lima, 2004);

Em relação ao quinto objetivo, espera-se que:

- O telejornal apresente reportagens tanto contra como a favor dos Direitos Humanos (Rosa, 2010);

5.1 Amostra

A amostra do presente estudo foi composta por 277 notícias e reportagens provenientes de 54 edições consecutivas do Jornal Nacional veiculadas pela Rede Globo entre 16/04/2012 e 16/06/2012 às 20:15h. Essa amostra representa um recorte realizado a partir do site da Rede Globo (<http://g1.globo.com/jornal-nacional>) que disponibiliza as notícias e reportagens transcritas das edições do JN.

De um total de 1022 notícias e reportagens, foram selecionadas as que continham conteúdos de DH, com exceção das reportagens internacionais, sobre esportes e política. No caso das reportagens internacionais, optou-se por sua exclusão por serem, em geral, muito curtas e também por tratar de contextos muito diversos entre si. As reportagens sobre esportes, por sua vez, não apresentavam conteúdo de DH. Por fim, as reportagens sobre política foram excluídas, pois se considerou que, apesar de possivelmente apresentar conteúdos de DH, representavam uma categoria de análise muito complexa e que fugia ao escopo do presente trabalho.

As notícias e reportagens foram consideradas como contendo conteúdos de DH desde que abordassem temas relacionados aos direitos, independentemente do telejornal abordá-las enquanto direitos.

5.2 Procedimento de coleta

No processo de coleta das transcrições, compararam-se as transcrições com os vídeos das reportagens a fim de verificar se correspondiam fielmente ao que era dito, o que se verificou. As transcrições foram transportadas de forma integral para um arquivo de *Word* onde foram formatadas de acordo com o recomendado para serem analisadas pelo programa *Alceste* (Reinert, 1998).

5.3 Procedimento de Análise

Após elaboração do banco de dados (*corpus*), este foi analisado através do *Alceste* – um *software* para análise quantitativa de dados qualitativos. Este programa visa extrair as estruturas mais significativas de um texto, apreender as palavras que são mais características desse texto (Reinert, 1998; Ribeiro, 2004). Para isso, o *Alceste* decompõe o texto em unidades de contexto elementares e realiza classificações hierárquicas (descendente e ascendente), tendo por base a distribuição do vocabulário. A Classificação Hierárquica Descendente calcula as classes lexicais presentes no texto e apresenta as oposições entre essas classes. Cada classe resultante representa um tema e são homogêneas, ou seja, contém um conteúdo lexical único (Ribeiro, 2004). Já a Classificação Hierárquica Ascendente apresenta as relações entre as palavras dentro de cada classe por meio de eixos (Reinert, 1998). A partir destas classificações, o *Alceste* disponibiliza uma lista denominada “pseudo-frases” que se refere aos trechos mais característicos de cada classe. O programa *Alceste* realiza ainda uma Análise Fatorial de Correspondência que consiste em um cruzamento entre essas classes e o vocabulário, resultando em uma representação cartesiana que permite observar as oposições entre as classes (Ribeiro, 2004).

No presente trabalho, as coberturas do telejornal foram classificadas conforme sua abordagem em: notícias (quando apenas se noticiava um fato novo, de forma descritiva); reportagens (quando se referia a algum fenômeno que tivesse continuidade ao longo do tempo e não estava relacionado a algum fato ocorrido no dia específico de sua veiculação) e; notícias + reportagem (quando a notícia veiculada acerca de um fato novo era seguida de uma reportagem que tratava mais profundamente do tema despertado por aquela notícia).

No presente trabalho foram realizadas as análises de Classificação Hierárquica Descendente e Ascendente, Análise das Pseudo-frases e Análise Fatorial de Correspondência.

O *corpus* utilizado foi formado por 277 Unidades de Contexto Iniciais – UCIs. E foi dividido pelo *Alceste* em 2086 Unidades de Contexto Elementares – UCEs –, das quais 84% foram consideradas na análise. No total, foram analisadas 75448 palavras, sendo 10842 formas distintas que tiveram, em média, 15,5 ocorrências por UCE. As palavras com frequência inferior a quatro foram excluídas da análise, resultando na utilização de 98,75% das palavras do *corpus*.

A Classificação Hierárquica Descendente dividiu o conjunto dos dados em quatro classes, conforme pode ser observado na Figura 1. Numa primeira etapa, o *corpus* foi dividido em dois *subcorpora*. O primeiro eixo, denominado **Violação de direitos individuais** contou com a classe 4 denominada **Crimes contra os direitos individuais**. O segundo eixo foi denominado **Direitos Sociais** e incluiu as classes 1, 3 e 2 denominadas respectivamente de **Aspectos Econômicos dos Direitos**, **Direitos Relativos ao Trânsito** e o **Direito a Proteção diante de Catástrofes**. Num segundo momento, este *subcorpora* foi dividido em dois, originando, no eixo denominado **Direitos sociais em situações de tragédia**, a classe 2, e no eixo que recebeu o nome de **Direitos sociais em situações cotidianas**, as classes 1 e 3. Em um terceiro momento, este último *subcorpora* foi dividido em dois, gerando de um lado a classe 1 e do outro, a classe 3.

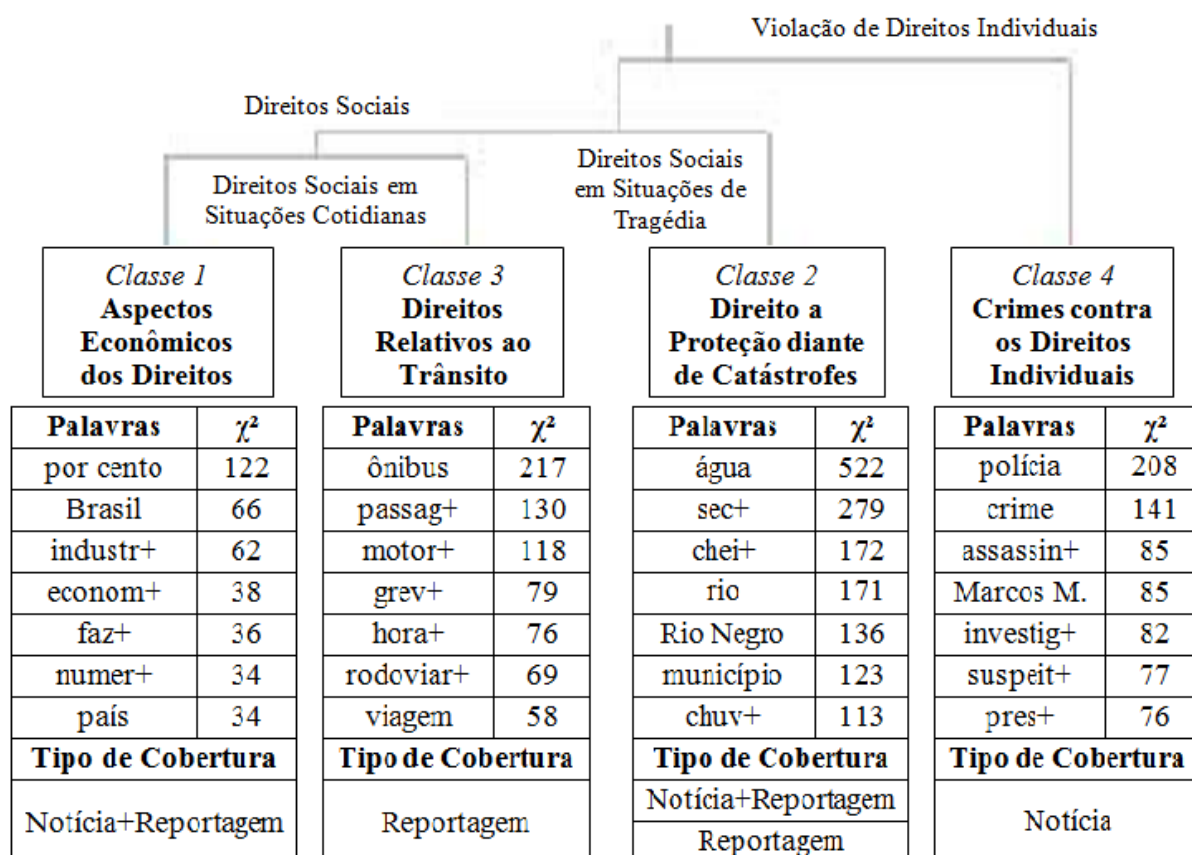


Figura 1: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente dos conteúdos sobre DH difundidos pelo JN

Pode-se observar na figura 2, que as classes que reuniram o maior número de UCEs foram a classe 1 (Aspectos Econômicos dos Direitos) com 33% e a classe 4 (Crimes contra os Direitos Individuais) com 31%. Essas duas classes totalizaram quase dois terços do conteúdo em DH difundido pelo JN. A classe 3 (Direitos relativos ao Trânsito) representou 24% das UCEs classificadas enquanto que a classe 2 (Direito a Proteção diante de Catástrofes) contou com 12%.

Na figura 2 consta o número de palavras analisadas por classe no que se refere à sua forma reduzida (junção de várias palavras com radical comum. Ex.: trabalho, trabalhar, trabalhador = trabalh+). Pode-se perceber que o vocabulário utilizado pela classe 1 (Aspectos Econômicos dos Direitos) é bastante reduzido, uma vez que, apesar de ser a classe com maior participação no número de UCEs, apresenta apenas 169 palavras analisadas, contra 193 da classe 3 (Direitos relativos ao trânsito) e 230 da classe 4 (Aspectos Criminais dos Direitos). A

classe 2 (Direito de Proteção contra Catástrofes), por sua vez, apresentou apenas 123 palavras analisadas.

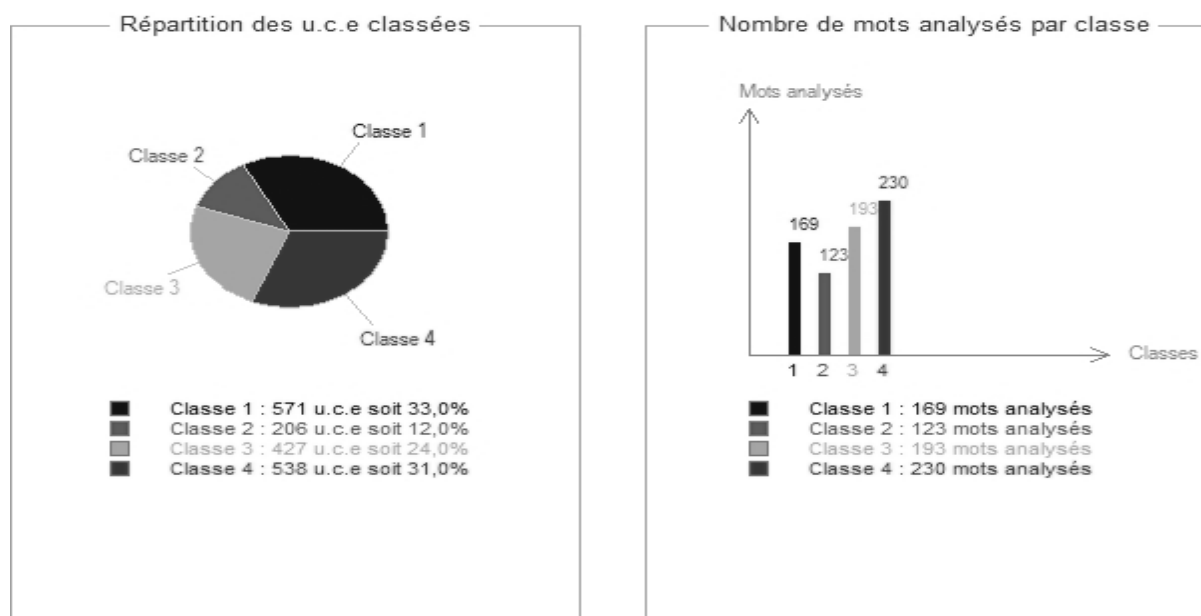


Figura 2: Repartição das U.C.Es classificadas e número de palavras analisadas por classe

A partir da Análise Fatorial de Correspondência pode-se perceber as oposições resultantes da Classificação Hierárquica Descendente. Na figura 3, apresenta-se a Análise Fatorial de Correspondência por Correlação onde quanto mais distante se apresentam os elementos menos eles tratam dos mesmos assuntos. Percebe-se que houve uma diferenciação muito clara do conteúdo de DH contidos no JN. Observa-se a oposição entre as notícias criminais (classe 4) e as notícias do cotidiano da sociedade (classes 1, 2 e 3), divisão essa já demonstrada na Classificação Hierárquica Descendente.

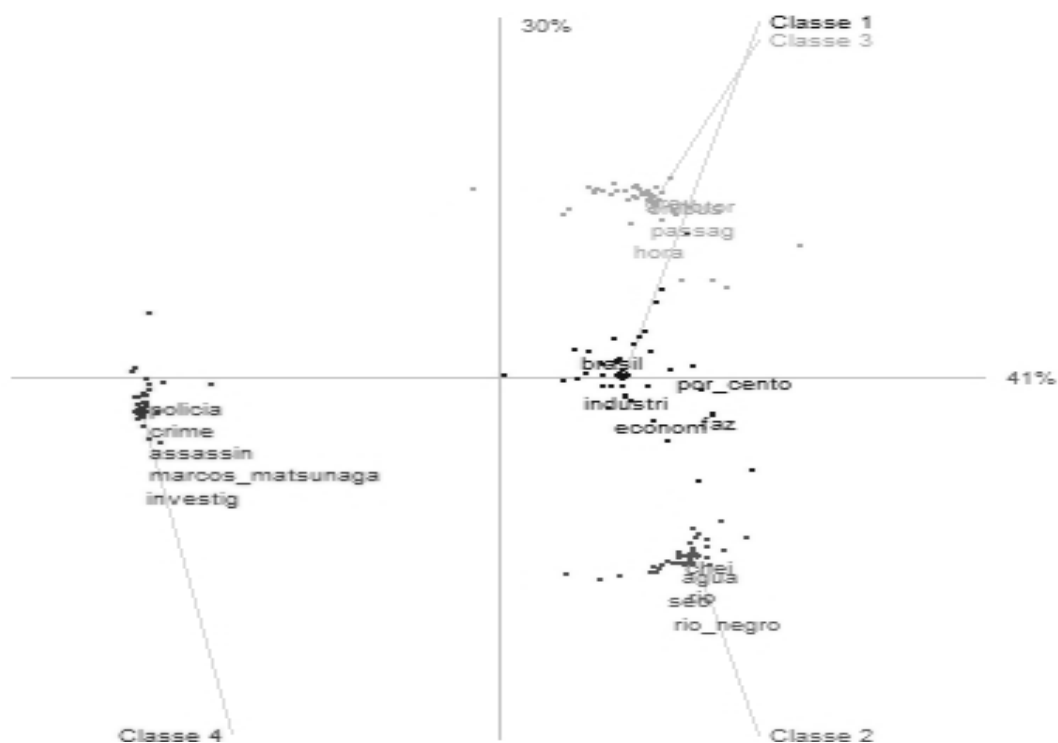


Figura 3. Análise Fatorial de Correspondência por correlação

Na figura 4, que apresenta a Análise Fatorial de Correspondência por Contribuição, percebe-se que a classe 1 se relaciona com as outras três classes, que se diferenciam entre si. A diferença é mais acentuada nas classes 4 e 2, notadamente nesta última. Os percentuais ao fim de cada eixo referem-se ao grau de variabilidade explicada pelos dois eixos. No total, os dois eixos explicam 71% da variabilidade encontrada nos discursos. O eixo vertical explica 30% dessa variabilidade enquanto o eixo horizontal explica 41%.

A seguir, serão descritas mais detalhadamente as classes resultantes da Classificação Hierárquica Descendente.

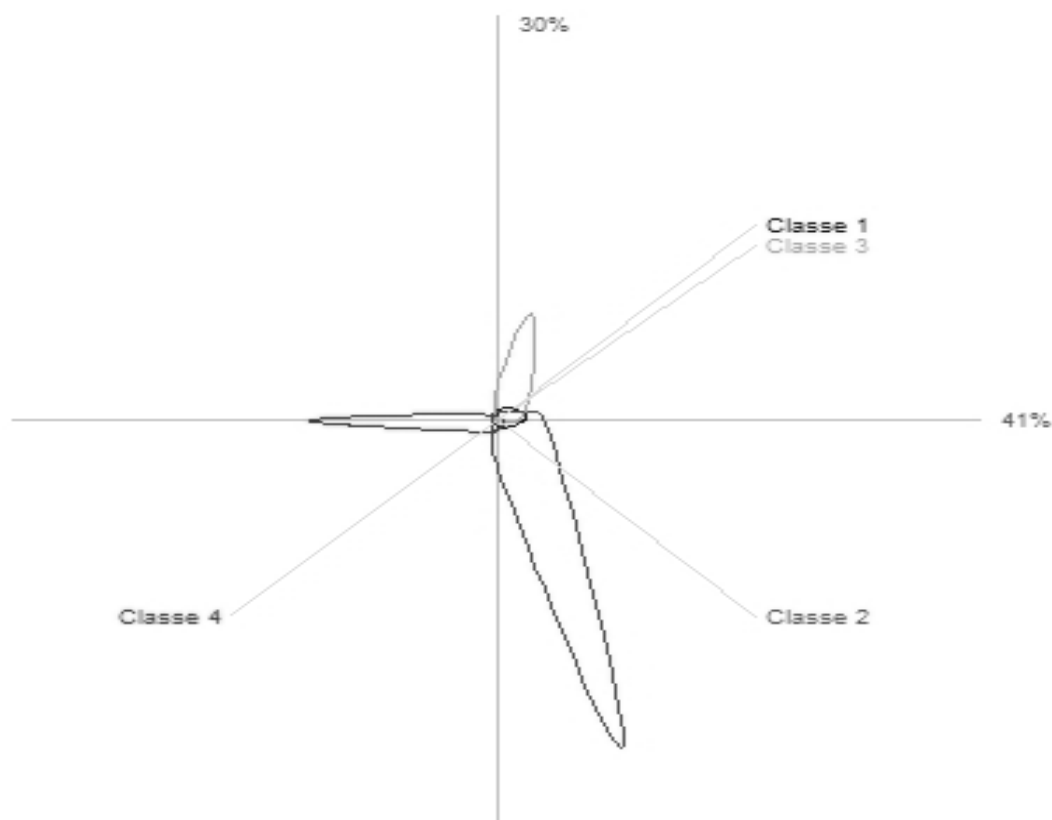


Figura 4. Análise Fatorial de Correspondência por contribuição

Classe 4: Crimes contra os Direitos Individuais

Esta classe incluiu o direito à vida, contra a violação do corpo e segurança pública, sendo enfatizada principalmente a violação dos direitos individuais, como pode ser visto a partir da presença de palavras como polícia, crime e assassin+.

As violações de direitos noticiadas ocorreram tanto por parte das pessoas, como por parte das instituições que deveriam proteger os indivíduos de tais violações, como a Polícia Militar. Ocorreram três casos de estupros cometidos por policiais militares. Em um destes casos, uma moradora da favela da Rocinha foi torturada e estuprada por um policial militar após ser acusada de cometer um furto. Ex: (025_Notícia; 20/04/2012) *“A Polícia Civil do Rio de Janeiro investiga uma denuncia de tortura e agressão sexual que teria sido cometida por pms do Batalhão de Choque contra uma moradora da favela da Rocinha”*.

Outro caso semelhante ocorreu na mesma semana: além do crime de estupro cometido por um policial militar fardado, houve também o crime de facilitação da fuga, deste policial, que chegou a ser preso, mas conseguiu fugir da delegacia pela porta da frente e foi intimidar as vítimas e os parentes. Ex: (004_Notícia+Reportagem; 16/04/2012) *“O Secretario de Segurança do Rio de Janeiro considerou o crime e a fuga gravíssimos e ordenou uma investigação. O exame de corpo de delito confirmou o estupro. O irmão da vítima disse que o pm foi a casa dela depois da fuga”*. Após o relato do repórter o irmão da vítima diz: *“Ele ameaçou minha família toda, me ameaçou, ameaçou meu cunhado, ameaçou todo mundo”*.

Foram incluídas ainda nessa classe, casos de assassinatos ou tentativas de assassinato cometidas por policiais militares, como o caso de um menino de 15 anos atingido por um tiro no complexo de favelas do Alemão, também no Rio de Janeiro. Ex: (065_Notícia; 30/04/2012) *“No Rio de Janeiro, a polícia investiga de onde partiu o tiro que atingiu um adolescente em uma favela do Complexo do Alemão. A região recebeu duas UPPs este mês. Evandro de Oliveira, de 15 anos, está internado em estado grave. A família afirma que o tiro partiu da arma de pms que faziam uma ronda no domingo”*.

Ainda em relação às violações cometidas por agente da lei, foram noticiadas decisões judiciais acerca de casos antigos, relatórios de Direitos Humanos de organizações internacionais, assim como a criação da Comissão da Verdade para apurar as violações de Direitos Humanos ocorridas no período da ditadura militar. No caso das decisões judiciais, foi noticiada a prisão de dois oficiais responsáveis pelo massacre em Eldorado do Carajás em 1996. Ex: (096_Notícia; 07/05/2012) *“A Justiça do Pará mandou prender dois oficiais da Polícia Militar condenados pelo massacre de Eldorado do Carajás, há 16 anos. Um deles se entregou nesta segunda-feira. O coronel Mário Colares Pantoja se apresentou na tarde desta segunda-feira em um presídio militar, no nordeste do Pará”*. Foi noticiado também, a divulgação, por parte da Anistia Internacional, do relatório anual de Direitos Humanos, onde

foram destacados dois casos de violação dos direitos cometidos por agentes da lei. Ex: (173_Notícia+Reportagem; 22/05/2012) *“Dois casos emblemáticos foram citados, o assassinato da juíza Patrícia Acioli, em agosto, na região metropolitana do Rio de Janeiro, em que pms são acusados do crime e a execução do menino Juan Moraes, de 11 anos, morto por pms, em junho, na Baixada Fluminense.”* Em relação à Comissão da Verdade, diversas notícias foram veiculadas acerca de sua criação. Ex: (119_Notícia; 11/05/2012) *“A Comissão da Verdade, que vai investigar violações aos Direitos Humanos no período da ditadura militar, irá tomar posse na próxima quarta-feira. A presidente Dilma Rousseff recebeu na noite desta quinta-feira os integrantes da Comissão da Verdade no Palácio da Alvorada”*.

As violações de direitos noticiadas ocorriam, em outros casos, por parte de uma pessoa comum contra outra, como no caso do assassinato do executivo Marcos Matsunaga por sua esposa Elize Matsunaga, caracterizado como um crime passionnal. Ex: (250_Notícia; 07/06/2012) *“A polícia de São Paulo vai pedir a Justiça que Elize Matsunaga continue presa até o julgamento. A defesa pediu nesta segunda a libertação dela. Elize Matsunaga confessou ter matado e esquartejado o marido, diretor executivo da Yoki”*. Em outros casos, o assassinato visava impedir o exercício de outros tipos de direitos, como o de liberdade de expressão. Ex: (051_Notícia; 26/04/2012) *“O suspeito e um outro homem, que estava armado, foram presos depois de denúncias anônimas. O jornalista Decio Sá assinava um blog de política e foi morto na noite de segunda-feira, em um bar de São Luís”*.

Observa-se na lista de presenças significativas da classe 4 que foi característica da cobertura dos eventos o uso da notícia e não da reportagem. A presença de palavras como *investig+*, *suspeit+* e *pres+*, demonstra que o telejornal se preocupa em noticiar as consequências do ato criminoso, mas, ao se analisar o restante das palavras de maiores quadrados, assim como as pseudofrases, fica clara a ausência de algum tipo preocupação ou cobrança para que, no futuro, tais violações de direitos não voltem a ocorrer.

Os resultados obtidos por meio da Classificação Hierárquica Ascendente (Figura 5) mostram que as notícias da classe 4 – Crimes contra os Direitos Individuais – se dividiram em dois eixos principais. Um eixo se refere à descrição dos fatos (na parte superior da figura) e o outro descreve as consequências dos fatos (na parte inferior da figura). No primeiro caso, as palavras com maior qui-quadrado foram: polícia, crime, assassin+, Marcos Matsunaga e pres+. Já no eixo que se relaciona com as consequências, as palavras com maiores qui-quadrados foram: investig+, suspeit+, ministro, advogado e julgamento.

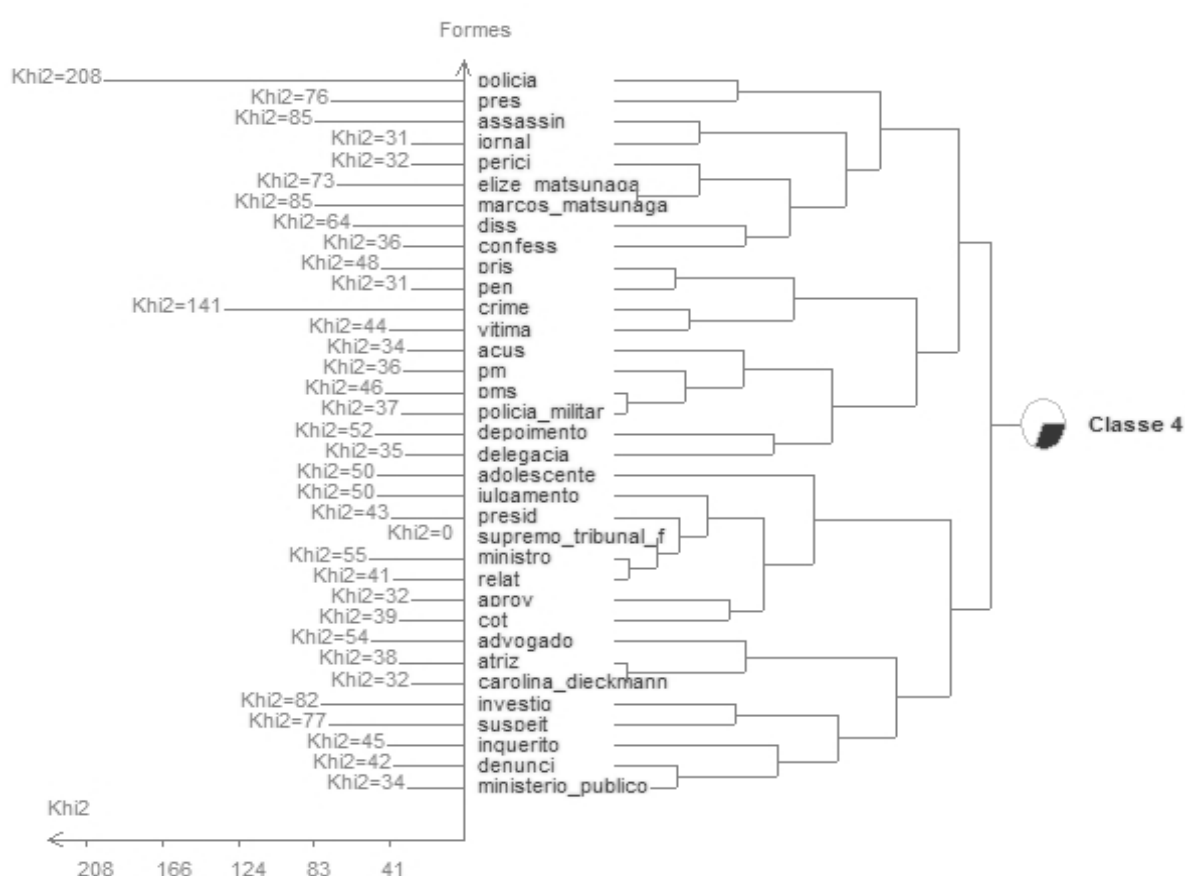


Figura 5: Classificação Hierárquica Ascendente da Classe 4 – Crimes contra os Direitos Individuais

Classe 1: Aspectos Econômicos dos Direitos

Esta classe incluiu o direito ao meio-ambiente, emprego, saúde, trabalhistas e do consumidor. Houve uma grande variedade de direitos presentes nessa classe, mas todos eles

possuíam um elemento que os unia que era a economia. Destacou-se o uso de estatísticas sendo a expressão “por cento” a palavra de maior qui-quadrado nessa classe.

Nas reportagens sobre meio-ambiente foi comum o uso do argumento econômico, como forma de conscientização. Ex: (093_Notícia+Reportagem; 05/05/2012) *“O número de fábricas de reciclagem no Brasil saltou de 175 para 425. Só que sem matéria-prima as fábricas produzem 30% menos do que poderiam. O valioso plástico moído está ficando cada vez mais raro não é por falta de esforço de catadores, sucateiros e cooperativas que fazem um trabalho de formiguinha e ajudam o Brasil a ser um dos países que mais reciclam garrafas pet no mundo”*; (224_Reportagem; 04/06/2012) *“A melhor energia elétrica é aquela que não se gasta, a que se economiza. Esta é uma frase ouvida muitas vezes durante a produção dessa série de reportagens. Mas será que dá mesmo para economizar em um país em desenvolvimento, com muito por fazer, com um consumo médio de energia ainda baixo comparado a Europa ou aos Estados Unidos?”*.

As reportagens acerca dos direitos trabalhistas se centravam nos aspectos positivos do cumprimento do direito. Ex: (008_Notícia+Reportagem; 16/04/2012) *“Essa tendência foi seguida pelo comércio, indústria, serviços e, nas grandes cidades do país, mais de 54,1% da população já tem carteira assinada. O economista Fábio Romão explica porque o aumento da contratação formal melhorou a vida de muita gente”*. O economista comenta: *“Aumenta a segurança do trabalhador, faz com que aumente sua confiança e aumenta também o acesso dele ao crédito”*.

Ainda em relação aos direitos trabalhistas, destacou-se uma reportagem acerca do custo dos trabalhadores para as empresas, onde este custo é apresentado como um empecilho para a criação de novos empregos. Ex: (176_Reportagem; 22/05/2012) *“No Brasil, quando uma empresa contrata um trabalhador, ela assume um custo que representa o triplo do salário dele. (...) Para dar conta das encomendas, a indústria precisaria de mais gente, mas*

não tem planos de contratação”. Em seguida, o diretor da fábrica é entrevistado: “A gente já sofre muito na hora de fazer o nosso custo final. Se a gente contratar mais pessoas, se torna inviável. (...) Resultado, em um ano no emprego, esse funcionário vai custar 2067,45 reais por mês, o triplo do salário líquido”. Por fim, um professor da Fundação Getúlio Vargas é consultado: “A partir do momento em que você consegue dizer item por item onde esse item do trabalho esta sendo gasto, você pode, de alguma forma, criar uma política, seja para diminuir, seja para deixar essa remuneração do trabalhador de forma mais a gosto do próprio trabalhador”.

Os direitos do consumidor tiveram uma cobertura semelhante, com o telejornal assumindo o papel de dar dicas aos consumidores para que possam usufruir de seus direitos. Ex: (035_Notícia+Reportagem; 23/05/2012) *“Transferir financiamento de carros e quase inviável, apesar de estar previsto em lei”*. Em seguida um educador financeiro é entrevistado: *“O bem automóvel tem depreciação, queda de valor de mercado. O banco não tem a garantia que ele tem, por exemplo, em um empréstimo consignado. A portabilidade ainda é rara. A alternativa é conseguir um novo empréstimo em outro banco com taxas menores e quitar o financiamento”*.

Apesar da palavra “saúde” apresentar um qui-quadrado relativamente elevado, este direito não se mostra muito presente a partir da leitura das pseudofrases. Analisando-se a Classificação Hierárquica Ascendente (Figura 6), percebe-se que a saúde aparece relacionada primeiramente com os profissionais que a compõe, e em seguida com as taxas de emprego e o censo do IBGE, que foi amplamente divulgado pelo telejornal.

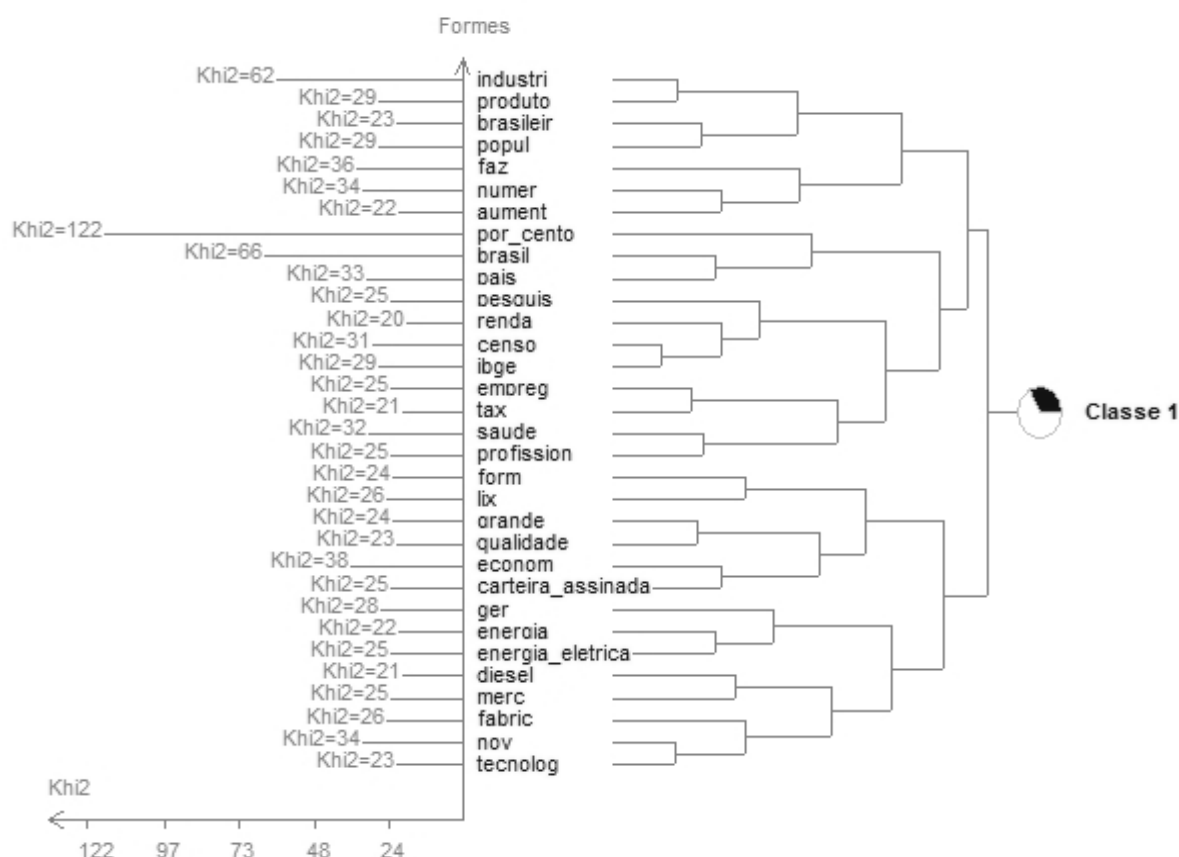


Figura 6. Classificação Hierárquica Ascendente da Classe 1 – Aspectos Econômicos dos Direitos

A Classificação Hierárquica Ascendente mostra ainda a divisão dessa classe em um eixo (parte superior da figura) em que se destaca o uso de dados estatísticos e outro eixo (parte inferior da figura) que apresenta temas econômicos específicos. No eixo dos dados estatísticos as palavras com maiores qui-quadrados foram: por cento, indústri+, Brasil, faz+, númer+ e país. Já no eixo dos temas econômicos específicos as palavras com maiores qui-quadrados foram: econom+, nov+, ger+, lix+, fabric+ e energia elétrica.

A principal abordagem nessa classe foi a que engloba notícia seguida de uma reportagem esclarecedora sobre o assunto. Isso denota uma maior preocupação com os temas ligados à economia por parte do JN. Também demonstra a força que os dados divulgados pelo IBGE têm na pauta do telejornal, onde este não se limita a apresentar os números,

entrevistando uma série de especialistas e pessoas comuns que explicam e exemplificam os dados apresentados.

Classe 3: Direitos relativos ao Trânsito

Esta classe incluiu os direitos de segurança no trânsito, transporte público e greve.

O direito de greve apareceu muito associado ao trânsito por conta de várias greves dos funcionários de empresas de ônibus, trem e metrô que atingiram várias cidades do Brasil e duraram vários dias. No entanto, o foco da cobertura foi sempre direcionado aos transtornos causados pelas greves e pouco se falou das causas das reivindicações. Ex: (136_Notícia+Reportagem; 16/05/2012) Uma mulher é entrevistada: *“E as pessoas que precisam sentem muita falta”*. O repórter acrescenta: *“Em Belo Horizonte, uma cena pouco comum, estações vazias e nenhum passageiro. A greve já dura dois dias. Por determinação da Justiça, os trens tiveram que circular nesta terça-feira por um pequeno período durante a manhã e também por duas horas e meia no fim da tarde”*. Neste outro exemplo, da semana seguinte, fica ainda mais nítido o foco do telejornal no sofrimento causado pelas greves. Ex: (180_Notícia; 25/05/2012) *“Além das vans clandestinas, carros de passeio também rodam com passageiros e alguns ônibus aposentados voltaram a circular. Diante das dificuldades, tem gente preferindo dormir no trabalho”*. Um homem é entrevistado: *“Estou há três dias no serviço, sem ir para casa. Para não fechar o restaurante, o empresário Alberto Calixto está usando o próprio carro para buscar os 19 funcionários durante a greve”*.

As coberturas dessa classe no caso do direito de segurança no trânsito se caracterizaram, principalmente, pela crítica à violação dos direitos, tanto por parte do poder público, quanto por parte dos cidadãos. Ex: (109_Reportagem; 10/05/2012) Um policial rodoviário federal é entrevistado: *“Se tivesse mais efetivo o posto não estaria fechado com esse bilhete, esse cartaz avisando que a equipe está no trecho fiscalizando. Nem sempre será*

possível abordar porque são equipes que podem estar em outras ocorrências. A cada dia 2200 policiais rodoviários patrulham 61000 quilômetros de estradas federais”. Ex: (122_Reportagem; 12/05/2012) “Levando uma câmera no capacete, logo ele registrou os flagrantes. Diante de uma situação de risco, o instrutor foi obrigado a ir para a pista. Além dos motoristas que invadirem o espaço dos ciclistas, os fiscais de trânsito vão multar quem, dirigir sem atenção, forçando o ciclista a mudar o trajeto ou a frear bruscamente, multa de 53,20 reais e 3 pontos”.

Nas reportagens sobre o direito ao transporte público, as críticas vieram, em muitos casos, através dos relatos dos transtornos ocasionados pelas greves de motoristas, cobradores, metroviários e ferroviários em várias cidades do Brasil. Ex: (136_Notícia+Reportagem; 15/05/2012) *“O transporte público na região metropolitana ficou mais complicado porque funcionários dos trens urbanos também cruzaram os braços por melhores salários. Em São Luís, os ônibus são a única opção de transporte público para 1 milhão de pessoas que lá vivem. Com a paralisação, os passageiros passaram horas nos pontos”.* Em outros casos, no entanto, a crítica era direcionada, se referindo ao fato das pessoas terem pouca segurança ou conforto no transporte. Ex: (60_Notícia+Reportagem; 01/05/2012) *“As condições dos vagões são péssimas. Como a lotação é inevitável, para aliviar o calor alguns passageiros forçam uma situação de risco, porta aberta com o trem em movimento”.*

A Classificação Hierárquica Ascendente, que pode ser observada na Figura 7, mostra que um eixo desta classe (o eixo abaixo na figura) se refere principalmente às notícias sobre a falta de conforto no transporte público e os transtornos ocasionados pelas greves. As palavras de maiores qui-quadrado foram: ônibus, passag+, grev+, rodoviar+, trens e Belo Horizonte (uma das cidades onde houve greve dos transportes públicos). O outro eixo encontrado nesta classe (acima na figura) se relacionava principalmente com a questão do tempo gasto no

transporte público. As palavras de maiores qui-quadrado foram: motor+, hora+, viagem, equipe, trem e minuto.

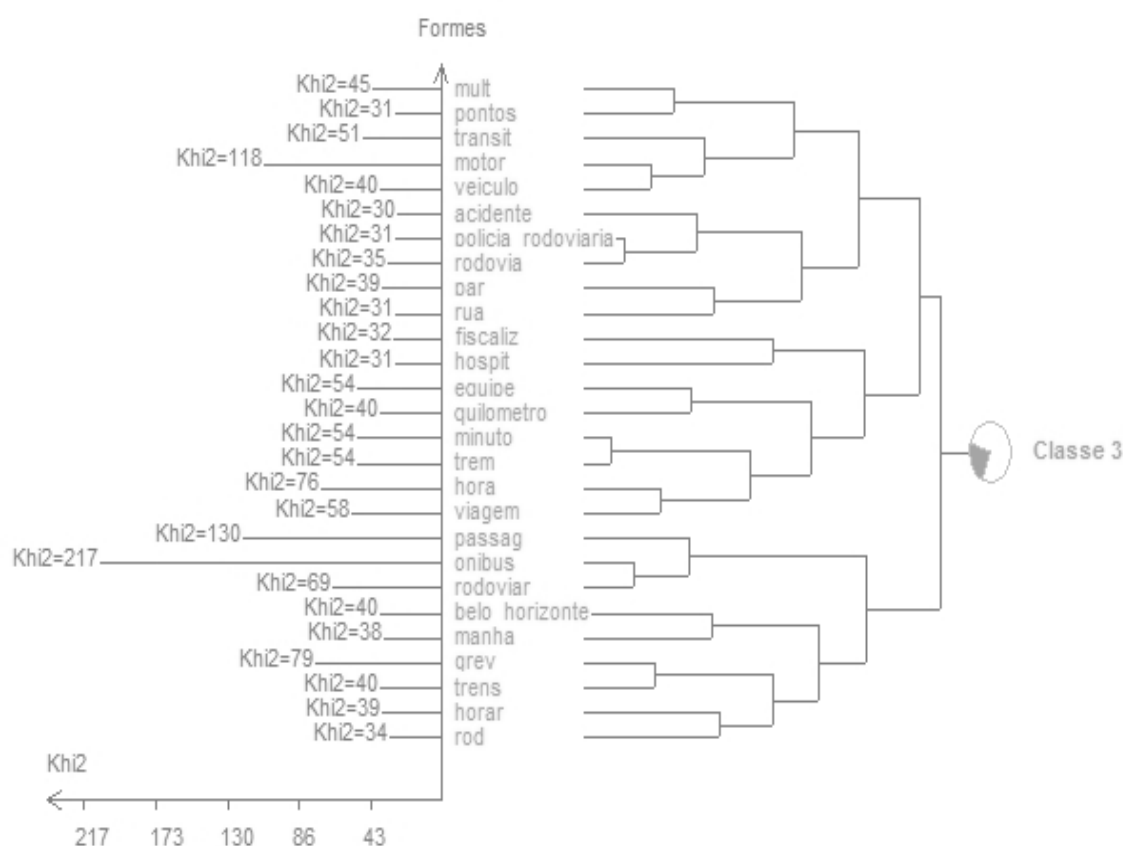


Figura 7. Classificação Hierárquica Ascendente da Classe 3 – Direitos Relativos ao Trânsito

Classe 2: Direito a Proteção diante de Catástrofes

Esta classe incluiu notícias e reportagens acerca de tragédias, notadamente, a seca no Nordeste e enchentes no Amazonas. Tanto em relação à seca no Nordeste como às enchentes no Amazonas, o foco sempre se concentrou no sofrimento dos moradores, e algumas vezes dos animais, diante de tais tragédias.

No caso da seca, procurou-se ressaltar diversos aspectos humanos e econômicos, porém, todos eles denotavam em sofrimento, ficando a questão dos direitos esquecida. Ex: (092_Notícia+Reportagem; 05/05/2012) “A seca na Região Nordeste já deixou mais de 500 cidades em situação de emergência. A falta de chuva secou rios, prejudicou as lavouras e fez

disparar o preço de alimentos, como o milho e o feijão. Animais famintos, sem ter o que comer. (...) Na terra esturricada pela seca, não dá para plantar. O agricultor trabalha em vão. A água é suja, salgada e está cada vez mais distante. São poucos os reservatórios que ainda não secaram. O Rio Pajeú, no município de Floresta, um dos maiores rios do sertão, hoje é cenário de desolação”.

No caso das enchentes, foca-se também no sofrimento dos moradores e nas dificuldades econômicas causadas pela tragédia. Ex: (147_Notícia+Reportagem; 16/05/2012) *“Com o solo inundado, muitos perderam a lavoura. Toda a água está em uma área de pastagem e as cercas praticamente encobertas. Para não perder os bois, os moradores isolaram os animais em uma espécie de curral improvisado com toras de madeira. No Pará são 14 municípios em situação de emergência”.* Neste tipo de tragédia o telejornal demonstra uma preocupação em alertar também para os perigos aos quais os moradores estão expostos em situações como essa. Ex: (124_Notícia+Reportagem; 12/05/2012) *“Aumentou o número de municípios atingidos pela enchente no Amazonas. Mais de dois terços do estado estão alagados. E as águas que transbordam dos rios trazem, além de prejuízo, uma ameaça, moradores encontram animais perigosos bem perto de casa. (...) Ruas inteiras cobertas pelo Rio Solimões. Toda a cidade do Careiro da Várzea está alagada. Subiu para 45 o número de municípios do Amazonas em situação de emergência. E aumenta a cada dia o risco de acidentes com animais trazidos pela água. O agricultor Claudimar Belém matou um jacaré debaixo de casa, em Codajás”.*

O tipo de cobertura variou entre as reportagens e as notícias seguidas de reportagens, esta última apresentando um qui-quadrado mais elevado. As notícias curtas apareceram como uma ausência significativa, mostrando uma preocupação do telejornal em acompanhar de perto e com detalhes o andamento das catástrofes que ocorriam no país.

A Classificação Hierárquica Ascendente apresenta, na Figura 8, a divisão da classe entre as duas tragédias que obtiveram maior cobertura no período analisado na presente pesquisa: a enchente na Amazônia e a seca no Nordeste. No eixo da enchente, as palavras que obtiveram o maior qui-quadrado foram: água, chei+, rio, Rio Negro e município. Em relação ao eixo da seca, as palavras que obtiveram o maior qui-quadrado foram: sec+, chuv+, estiagem, chuv+ e anim+.

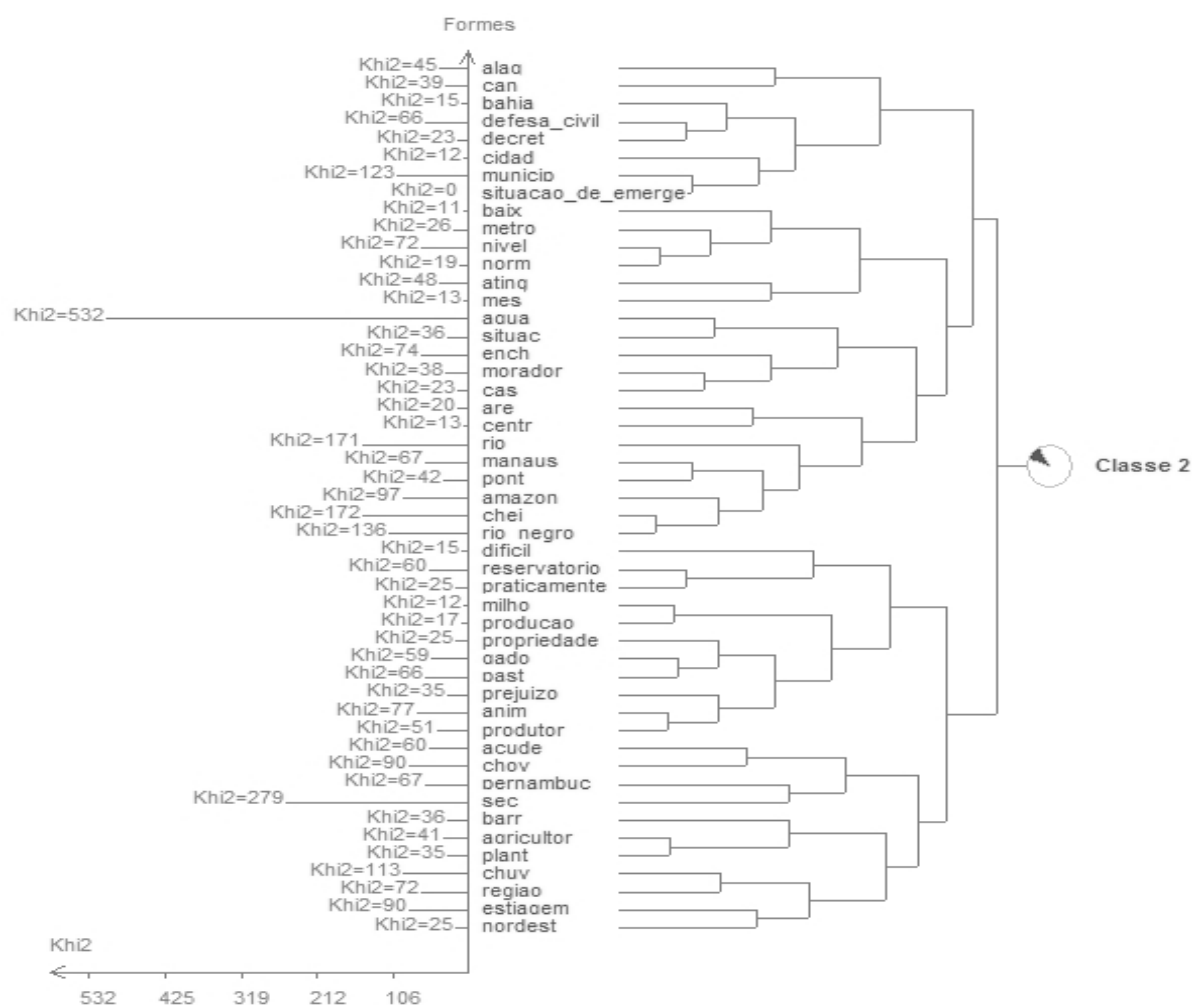


Figura 8. Classificação Hierárquica Ascendente da Classe 2 – Direito de Proteção contra Catástrofes

A luta pelo reconhecimento, implementação e o respeito aos Direitos Humanos conta com uma longa história que ainda vem sendo construída nos dias atuais. Essa construção, atualmente, é influenciada pelas representações sociais dos DH que diversos setores da sociedade constroem e compartilham. Neste processo, os meios de comunicação, e principalmente os telejornais, se apresentam como uma importante fonte de informação e difusão de representações sociais sobre os DH.

No presente trabalho analisaram-se, por meio do *Alceste*, as notícias e reportagens sobre DH veiculadas durante dois meses consecutivos pelo Jornal Nacional. O objetivo principal foi verificar o conteúdo e a forma como os DH estão sendo difundidos pelo telejornal de maior audiência no Brasil.

Dentre os resultados obtidos pela análise do *Alceste* foi possível verificar que o conteúdo da amostra se agrupou em quatro classes: Classe 1 – Crimes contra os Direitos Individuais; Classe 2 – Aspectos Econômicos dos Direitos; Classe 3 – Direitos Relativos ao Trânsito e Classe 4 – Direito a Proteção diante de Catástrofes. Além disso, verificou-se que cada classe contava com um tipo de cobertura diferente por parte do telejornal e que a defesa ou crítica dos DH realizava-se diferentemente conforme o tipo de direito.

A principal divisão que se percebeu nos resultados foi entre a veiculação dos crimes contra os direitos individuais e a dos demais direitos. Essa divisão se assemelha às dimensões relativas ao conhecimento dos direitos contidos na DUDH de estudantes suíços (Doise, Staerklé, Clémence & Savory, 1998), onde, em uma primeira dimensão, constavam as violações de direitos em oposição ao respeito aos direitos, e, em outra dimensão, os direitos individuais se opondo aos direitos públicos.

Apesar disso, nas coberturas sobre os crimes contra os direitos individuais não se verificou que o JN considere os elementos da DUDH, ao contrário das pesquisas de Doise e

colaboradores acerca das representações sociais dos DH de estudantes (Clémence, Doise & Lorenzi-Cioldi, 1994; Doise, Staerklé, Cleménce & Savory, 1998). Na realidade, os crimes não foram tratados como uma questão de transgressão aos DH, mesmo quando o telejornal apresentava uma abundância de notícias sobre as violações. Esta forma de cobertura realizada pelo JN não contribui para uma conceituação plena dos DH por parte dos telespectadores. Isto é lamentável, uma vez que diversas pesquisas (Camino, 2004; Feitosa, 2009; Fernandes, 2007; Santos, 2009) verificaram que os meios de comunicação são, para os telespectadores, a maior fonte de informação sobre os DH.

O fato de o Jornal Nacional abordar constantemente os crimes perpetrados contra os direitos individuais pode representar uma tentativa de popularizar o telejornal, uma vez que o JN vem registrando quedas contínuas na sua audiência (<http://celebridades.uol.com.br/ooops/ultimas-noticias/2013/08/13/desde-2000-jn-perdeu-um-terco-do-publico.htm>). Essa veiculação confirma o que foi dito por Ramos e Novo (2003) sobre o fato de que, na imprensa, o foro privilegiado das notícias tem sido a questão do crime. A esse respeito, Queiroz, Camino, Galvão, Santos, Pequeno e Mathias (2014) demonstraram que eram, sobretudo, as mães de classe socioeconômica baixa que representavam os DH se pautando pela questão da violação de direitos individuais. Assim, ao abordar frequentemente a temática do crime, o JN poderia estar tentando atrair essa população.

Interessante observar que a preferência declarada do JN pela exibição dos temas factuais (Bonner, 2009) se manifesta apenas nesta classe. Pode-se supor que, na visão do JN, os crimes não necessitam de maiores explicações, ao contrário de outros tipos de violações de direitos.

Apesar da veiculação constante dos crimes cometidos contra os direitos individuais, é preciso lembrar que o JN não veicula todos os crimes cometidos no país, e mesmo que quisesse não poderia. Não foram divulgados ainda os dados de 2012 acerca dos homicídios

cometidos no Brasil, mas em 2011, por exemplo, foram assassinadas 52.198 pessoas no Brasil (Waiselfisz, 2013), e com certeza o JN não noticiou a morte de todas elas. E estamos falando só de assassinatos! Faltam os assaltos, estupros, sequestros...

A partir desta constatação, surgem algumas perguntas: que crimes contra os direitos individuais são selecionados para serem veiculados? Quais são as vítimas desses crimes? Por que o JN não noticia os outros crimes cometidos?

Em relação a essas perguntas, percebe-se nos resultados que o caso Elize e Marcos Matsunaga ocupou um longo espaço no telejornal, sendo o nome “Marcos Matsunaga” a quarta palavra de maior qui-quadrado e “Elize Matsunaga” a oitava na classe dos Crimes contra os Direitos Individuais. Segundo Cunha (1990) um dos critérios de seleção dos fatos noticiáveis é a proeminência dos personagens. Assim, um assassinato de um executivo de grande empresa é chamativo, e deve ser noticiado. Além disso, a forma como o crime se deu: com esquitejamento realizado pela própria esposa, refere-se a outros critérios destacados por Cunha (1990): a raridade e o interesse humano. Em relação aos critérios que Bonner (2009) afirma que são utilizados para selecionar as notícias que serão exibidas no JN (abrangência, gravidade das implicações, caráter histórico e peso do contexto) parece que o referido caso cumpre apenas com o último requisito, ou seja, na avaliação do JN esse crime era importante em um contexto com poucos fatos novos. Esse fator se relaciona à sequência vertiginosa de informações que caracteriza os noticiários segundo Baudrillard (1999), e que tem como consequência a redução do tempo de reflexão e a perda da dimensão histórica dos acontecimentos. Preza-se assim pela saturação de notícias acerca de um crime passional ao invés de se proceder a reportagens explicativas sobre o fenômeno da violência.

Nem sempre as vítimas das violações veiculadas eram pessoas proeminentes. Houve três casos de relatos de estupros cometidos por policiais militares, em um deles a vítima era uma moradora da favela da Rocinha. No entanto, a cobertura desses casos não contou com a

mesma atenção e, principalmente, não gozou da continuidade no telejornal como o caso Matsunaga. O telejornal nesses casos se limitou a relatar o acontecido e em um dos casos a noticiar quando o policial militar suspeito do crime havia sido preso. É importante ressaltar que, apesar de falarmos em violação de direitos individuais, a linguagem dos direitos não é utilizada nesta classe. Não se fala em direitos violados. O telejornal procura descrever apenas o fato, buscando um tipo de narrativa que anuncia a notícia (Sodré & Ferrari, 1986).

Em relação à forma como o telejornal aborda às violações dos direitos individuais, a busca por contextualização encontra algumas dificuldades, na agilidade necessária ao fechamento da matéria e na busca por neutralidade (Bonner, 2009). Buscando não tratar como culpado quem apenas é suspeito, o telejornal centra-se mais na vítima e na violação do que nos ofensores. Assim, mesmo as violações mais absurdas, como o estupro cometido por um policial militar, fazendo uso da função para intimidar vítimas e parentes e posteriormente fugindo da delegacia pela porta da frente é tratado com frieza e sem indignação, pois o trabalho do JN nesses casos resume-se a informar o fato com neutralidade.

Mesmo apresentadas de forma neutra, as notícias sobre crimes podem despertar diferentes sentimentos referentes aos DH. A esse respeito, é importante ressaltar a pesquisa de Unz, Schwab e Winterhoff-Spurk, (2008) acerca dos sentimentos de raiva, tristeza e medo despertados por notícias negativas e o estudo de Baumgartner e Wirth (2012) no qual os autores verificaram que as emoções eliciadas influíam na forma como os participantes recordavam as notícias exibidas subsequentemente em um efeito denominado de *priming*.

No que concerne à formação de representações sociais das violações de direitos individuais, o JN contribui com a agenda dos DH ao dar um grande espaço no telejornal para esse tema e assim fornecer os conteúdos necessários à discussão dos crimes pelo senso comum. Esse agendamento é um fator que impulsiona a discussão social deste tema (Moscovici, 1961/2012; 2009). No entanto, a forma que essa discussão se dará depende de

outros fatores, como a inserção social (Camino, 2004; Camino, Galvão, Rique & Camboim, 2006; Feitosa, 2009; Queiroz, Camino, Galvão, Santos, Pequeno & Mathias, 2014; Pereira & Camino, 2003). O JN representa nesse contexto um tipo de inserção social, na medida em que aqueles que o assistem têm representações sociais distintas daqueles que preferem outro tipo de noticiário (Fernandes, 2007).

Em relação ao resultado obtido na Classificação Hierárquica Ascendente pela classe 4, a divisão dos conteúdos dessa classe em descrição de fatos ocorridos no dia e descrição de consequências de fatos ocorridos anteriormente, demonstrou que a forma de cobertura característica era a descrição factual e esta descrição dizia respeito aos personagens e locais envolvidos nos crimes. Em relação ao eixo das consequências, apenas a criação da Comissão Nacional da Verdade contou com uma maior cobertura e uma tentativa de contextualização, com o telejornal consultando cientistas políticos para avaliar o que representava a instauração dessa comissão. Este fato talvez indique que a Ditadura Militar ainda é um tema que sensibiliza a sociedade brasileira. Se assim for, o JN pode assumir um papel importante, pois como goza de credibilidade junto aos telespectadores (Silva, 1985) pode ajudar a fazer prevalecer uma versão da história que contemple a Ditadura Militar como um período de violação de direitos, combatendo assim as representações sociais presentes no senso comum que entendem tal período como uma época boa, de ordem e segurança (Sá, Oliveira, Castro, Vetere & Carvalho, 2009).

Sobre esse papel da mídia, apesar de Moscovici (1961/2012) considerar que não é função dela iniciar movimentos sociais, autores como Kellner (2001), Canela (2008) e Cruz e Moura (2012) entendem que os meios de comunicação podem e devem servir como instrumento de transformação da realidade social. A própria Rede Globo entende que a pauta e a forma como seus telejornais são feitos devem estar condicionadas pelo respeito e luta pelos DH (Organizações Globo, 2011).

Retomando a questão da neutralidade versus a possibilidade do JN promover uma maior conscientização do telespectador sobre os DH, julga-se que a forma desinteressada como o JN trata os casos de crimes contra os direitos individuais, principalmente quando essas violações partem de agentes públicos não é a mais adequada.

Não se pretende, no âmbito deste trabalho, encerrar o debate acerca da neutralidade do telejornal em contraposição ao papel político na luta pelos DH que ele pode desempenhar. Porém, destaca-se que, em certos casos, o JN abandonou a neutralidade e posicionou-se em defesa de alguns direitos. Um exemplo dessa atitude de não neutralidade ocorreu na reportagem sobre o aniversário de 10 anos da morte do jornalista da Rede Globo Tim Lopes, morto por traficantes de uma comunidade no Rio de Janeiro, quando realizava uma reportagem investigativa sobre consumo de drogas em baile funk. A forma como esta reportagem foi veiculada mostra como o JN é sensível às questões que o atingem de perto. Esta reportagem foi a de maior duração da amostra desse estudo, ocupando mais de cinco minutos do telejornal. Além disto, nessa reportagem o tom neutro foi abandonado e foi adotada a linguagem dos DH, tendo sido relatado também os avanços obtidos a esse respeito na comunidade em que morreu o jornalista.

Diante deste fato, pode-se perguntar por que esse tipo de cobertura não se repete diante de outras violações igualmente chocantes? Pode-se pensar que o telejornal não deseja confundir-se com o gênero sensacionalista (Organizações Globo, 2011), que se caracteriza pela aparente indignação e por comentários inflamados, mas que não visam verdadeiramente à defesa dos direitos, mas apenas à audiência (Bistane & Bacellar, 2010).

Na classe dos Crimes contra os Direitos Individuais, o JN evita referir-se à responsabilidade social do governo, a mesma recai, sobretudo, sobre os indivíduos. Além disso, cabe destacar que a violência promovida pelas elites contra os mais pobres e os

processos de exclusão social não são noticiados pelo telejornal, tal qual afirmava Kellner (2001), Fonseca (2009) e Cruz e Moura (2012).

Em relação à defesa dos direitos, com raras exceções como a do caso Tim Lopes, o telejornal opta pela defesa de outros tipos de direitos, que não os direitos individuais. Os direitos mais defendidos foram os presentes nas classes dos Aspectos Econômicos dos Direitos (Trabalhistas, Consumidor, Meio-Ambiente) e dos Direitos Relativos ao Trânsito (Segurança no Trânsito e Transporte Público).

Na classe dos Aspectos Econômicos dos Direitos o telejornal optou, em geral, por uma cobertura mais voltada para os aspectos positivos do cumprimento do direito do que para denúncias de violação, principalmente no que se refere aos direitos trabalhistas. Julga-se que, embora se saiba que os direitos trabalhistas têm sido violados constantemente no Brasil (Brasil, 2008), o telejornal aborda assuntos mais leves, talvez como forma de equilibrar o conteúdo veiculado (Bistane & Bacellar, 2010; Bonner, 2009; Cunha, 1990), pois a pauta da criminalidade e das tragédias ocupa um grande espaço no JN, quase metade da amostra do presente trabalho.

Ainda em relação à classe dos aspectos econômicos dos direitos, observou-se uma centralização de vários temas que encontravam na economia seu elemento unificador. Essa unificação não se encontrava inerente aos temas, mas, na abordagem do telejornal. Por exemplo, a importância da preservação do meio-ambiente é ressaltada a partir da possibilidade da geração de renda ou do combate ao desperdício. Assim, cuidar do meio-ambiente torna-se importante porque gera benefícios econômicos àquele que assim procede. Da mesma forma que na classe dos Crimes contra os Direitos Individuais, parece que, mais uma vez, a abordagem que é feita em relação a uma determinada classe de DH encontra-se prejudicada pela necessidade do telejornal de abordar os temas da forma mais simples possível evitando explicações complexas. Sobre essa forma simplificada de abordar os temas,

Just, Neuman e Crigler (1992) destacaram que o tipo de notícia que mais despertava a atenção dos telespectadores era a que tocava mais diretamente a vida destes ou que podiam ser experienciada mais diretamente. Assim, acredita-se que o telejornal use esse princípio, seja intuitivamente, pela experiência ou por pesquisas. Essa explicação parece ser ratificada pela afirmação de Lima (2004) de que o objetivo do JN, quando William Bonner o assumiu como editor-chefe era: despertar interesse, promover um show.

A explicação simplificada tem, como efeito colateral, a valorização de uma perspectiva individualista no que se refere à defesa dos direitos sociais. Não parece haver nenhum problema específico em, por exemplo, incentivar a reciclagem, mesmo a justificativa sendo baseada nos benefícios econômicos que essa ação pode gerar. O problema, nesse caso, parece se pautar pelo que não é dito, como afirma Kellner (2001). Ao se promover os direitos tendo como base apenas o benefício individual, o telejornal não cumpre integralmente sua função educativa em DH já que estes, por princípio, se referem às necessidades que se fazem presentes para uma convivência social harmoniosa e esse objetivo não pode ser alcançado quando as pessoas pensam somente em si. Esse tipo de abordagem mais individualista do JN permeia também a defesa dos direitos trabalhistas e do consumidor.

Em relação aos direitos trabalhistas, mais especificamente o emprego, nota-se que o JN prioriza o relato do cumprimento desse direito, mostrando exemplos positivos. A única espécie de denúncia que o JN faz é no que diz respeito ao custo do trabalhador para as empresas. O telejornal adota, neste caso, a perspectiva do empresariado o que, indiretamente, pode dar a entender que o trabalhador já ganha muito e que sua ganância está tirando o emprego de outras pessoas. Assim, como afirma Kellner (2001) e Cruz e Moura (2012), a mídia acaba por se tornar um meio de produção e reprodução de relações de dominação, que servem aos interesses das classes dominantes, nesse caso o empresariado.

Mostra-se curioso o fato de que, se em algumas ocasiões o JN se posiciona sutilmente contra os interesses do trabalhador, ressaltando os custos do emprego, em outras, o aumento do índice de emprego formal é celebrado como uma conquista dos trabalhadores. O telejornal, nesse caso, se preocupa em demonstrar os benefícios que este aumento causou por meio de exemplos. Acredita-se que, apesar de não se encontrar na amostra deste trabalho, denúncias às violações dos direitos trabalhistas, o telejornal cumpre um importante papel quando veicula exemplos positivos do cumprimento desses direitos, pois contribui para o agendamento deste tema (Canela, 2008). Note-se que, segundo a teoria das Representações Sociais uma vez que o tema seja difundido por um veículo de massa, este se torna objeto de discussão social (Moscovici, 1961/2012; 2009).

Em relação aos direitos do consumidor o JN, além de levantar esta pauta, assume um papel mais propositivo e passa a dar dicas a seus telespectadores sobre seus direitos em diversas situações. É o tipo de abordagem que Sodré e Ferrari (1986) denominam de notícia-pronúncia, ou seja, que se posiciona a favor de um direito. No entanto, as denúncias de violações são novamente evitadas. Assim como no caso dos direitos trabalhistas, o papel ativo é atribuído ao cidadão comum, que, segundo o telejornal, deve estar atento para encontrar as condições mais vantajosas para si. Essa abordagem também se assemelha com aquela que o telejornal utiliza acerca dos direitos relativos ao meio-ambiente. O argumento econômico nos dois casos é dominante e o benefício individual é sobreposto ao benefício coletivo. No entanto, no caso dos direitos do consumidor a linguagem do direito é utilizada na argumentação enquanto que no caso dos direitos relativos ao meio-ambiente e até mesmo dos direitos ao emprego e trabalhistas essa linguagem não é utilizada.

A Classificação Hierárquica Ascendente demonstrou, na classe 2, dos Aspectos Econômicos dos Direitos, uma divisão muito clara entre as notícias e as reportagens, tal qual a divisão estabelecida nos telejornais (Bonner, 2009; Cunha, 1990). As primeiras eram baseadas

principalmente em estatísticas, sobretudo as provenientes de dados do Censo e as segundas tinham como pauta os temas de atualidade. Em muitos casos, os dados divulgados apareceram como elemento propulsor de pautas acerca dos temas de atualidade, caracterizando uma abordagem que neste trabalho foi denominada de notícia+reportagem. Segundo Bonner (2009), esta é uma forma comum e desejável de se construir o telejornal, pois, a notícia, o elemento novo, gera o interesse sobre o tema e a reportagem informa o cidadão acerca do tema, de forma contextualizada.

Quanto às notícias, é importante destacar o papel central que as estatísticas possuem. Segundo Moscovici (1961/2012), mesmo a veiculação massiva de informação exata não impede o indivíduo de apropriar-se das informações de acordo com seu posicionamento e de suas crenças. As reportagens que se seguem às apresentações dos dados mostram-se fundamentais, pois elas, em geral, contarão com especialistas que irão fornecer explicações prontas para o fenômeno em questão. Esses especialistas contam com o reconhecimento social de sua sabedoria acerca do assunto tratado. Assim, determinada atitude do telespectador acerca do tema veiculado passa a ser reforçada pela opinião externa e especializada. Talvez, nesses casos, o telejornal funcione como um elemento que pertence mais ao universo reificado, ou seja, o que é dito no JN, por um “especialista” não é passível de discussão e serve como parâmetro e árbitro das comunicações cotidianas. No exemplo anteriormente citado da reportagem que criticava o custo do emprego para as empresas, o cidadão que tinha uma atitude nesta direção passa a possuir elementos, legitimados por um especialista, para utilizar na conversação, para contrapor sua posição a posição contrária de que as empresas lucram muito à custa do trabalhador. Assim, as posições que se encontram avalizadas pelo JN podem dispor de alguma vantagem em termos de legitimidade.

Nesta classe foi enfatizado o envolvimento das pessoas com os direitos, e evitou-se responsabilizar os governos pelo cumprimento dos direitos presentes nessa classe. Dessa

forma, parece que a análise de Lima (2004) mostra-se coerente quando avalia o JN como oficialista, ou seja, que evita críticas ao governo executivo federal. Este resultado também parece indicar que o telejornal é congruente com a representação dos brasileiros acerca de quem se envolve efetivamente com os DH, pois a pesquisa de Pereira e Camino (2003) constatou que o envolvimento concreto de brasileiros com os DH se dava mais no nível pessoal do que no governamental. Entretanto, para os participantes da pesquisa de Pereira e Camino (2003) era o governo quem deveria se envolver mais com os DH. Neste caso, o JN não se mostrou congruente com esta representação.

No que se refere à classe 3 – Direitos relativos ao Trânsito –, pode-se observar que, apesar desses direitos não constarem nas diversas declarações de direitos e nas Representações Sociais dos DH verificadas em estudos anteriores, representam um aspecto importante no JN e diferenciado das demais categoriais de direitos. A abordagem que o telejornal realiza acerca desses direitos na maioria dos casos não se pautou pelo sensacionalismo, e invocou a linguagem dos direitos, como nas reportagens sobre o direito de segurança no trânsito e, principalmente, em relação ao direito ao transporte público de qualidade. Note-se que essa classe de direitos está em processo de reconhecimento internacional, tendo sido a década de 2011 a 2020 proclamada pela ONU como a “Década de Ações para Segurança Viária” (Honorato, 2011). Assim, parece que, em relação a essa classe de direitos, o JN encontra-se na vanguarda de seu reconhecimento enquanto pertencente ao rol dos DH. O fato dos direitos relativos ao trânsito não se encontrarem presentes nos estudos anteriores acerca das representações sociais dos DH (Camino, 2004; Camino, Galvão, Rique e Camboim, 2006; Galvão, Costa e Camino, 2005; Queiroz, Camino, Galvão, Santos, Pequeno e Mathias, 2014; Santos, 2009) e da percepção dos DH veiculados pelo JN (Fernandes, 2007) leva a pensar que a discussão acerca deste tipo de DH é recente, assim como sua veiculação por parte do JN.

O direito de greve aparece associado aos direitos relativos ao trânsito, mas a abordagem utilizada para cobrir as greves dos funcionários dos transportes públicos retratou bem mais as dificuldades e o descumprimento dos direitos dos passageiros do que as reivindicações dos trabalhadores, tal qual na pesquisa de Lima (2004). Na maior parte das coberturas acerca das greves, estas eram apresentadas inicialmente a partir do modelo da notícia curta e anunciativa (Sodré & Ferrari, 1986). Em seguida, em uma reportagem mais aprofundada, o telejornal se pronunciava a favor dos passageiros prejudicados e, conseqüentemente, contra ao direito de greve. Na abordagem utilizada pelo telejornal nesta categoria de direitos fica claro que, se por um lado há direitos consensuais que podem ser veiculados de forma a se lutar pelos direitos, como o transporte público (e nas outras classes os trabalhistas, do consumidor e meio-ambiente), por outro lado há direitos que são muito criticados pelo senso comum e que permitem ao telejornal se posicionar contra esses direitos, muito embora no âmbito jurídico esses direitos sejam reconhecidos, como o direito de greve (ONU, 1948; Brasil, 1988). Dessa forma, em relação ao direito de greve, assim como em relação ao direito ao emprego, o JN se posiciona contrariamente aos trabalhadores e a favor dos grupos dominantes, o que contribui para perpetuação da dominação (Cruz & Moura, 2012; Kellner, 2001).

No caso do direito de segurança no trânsito as coberturas se caracterizaram pela veiculação de violações desses direitos. Ao contrário das violações apresentadas na classe dos Crimes contra os Direitos Individuais, nesta classe as violações são apresentadas como notícias-denúncias (Sodré & Ferrari, 1986). No caso dos direitos de segurança no trânsito, a abordagem mais denunciativa pode ter ocorrido por uma combinação entre a ocorrência constante de violações desse direito e o fato de que, no entanto, cada acontecimento individualmente não tivesse importância suficiente para ser veiculada em telejornal de rede. Desta forma, a maneira que o telejornal encontrou de cobrir um tema tão presente na

sociedade brasileira foi colocando-o na pauta dos temas de atualidade (Bonner, 2009), que permitem reportagens mais aprofundadas e contextualizadas e um posicionamento mais crítico por parte do telejornal.

O surgimento de várias greves dos funcionários dos transportes públicos em diversas cidades do país proporcionou uma pauta, com base em fatos novos, para a veiculação de reportagens acerca das condições do transporte público. Neste caso, estas denúncias se diferenciaram das violações do direito de segurança no trânsito, pois se originaram, principalmente, de um “evento estopim” que possibilitou a veiculação da pauta em questão. Como afirma Bonner (2009), os temas factuais relevantes permitem que se produzam reportagens detalhadas sobre estes temas para serem exibidas na sequência da “notícia estopim”. Esta abordagem procura considerar aspectos das duas correntes verificadas por Rosa (2010) na imprensa escrita: a baseada nos DH e a que leva em consideração somente o “evento estopim”. A esse respeito, é interessante notar que o surgimento das greves não possibilitou a veiculação de pautas a respeito das reivindicações dos trabalhadores. Neste caso o telejornal utiliza-se dos transtornos causados pelas greves para se posicionar junto ao empresariado, mas disfarçado de defensor dos interesses dos usuários do transporte público.

Mostra-se interessante o fato da classe dos Direitos relativos ao Trânsito ter sido a que mais se utilizou da linguagem dos direitos, principalmente no que se refere às denúncias sobre a má qualidade do transporte público, uma vez que o direito ao transporte público de qualidade não aparece nas representações sociais dos DH nas diversas pesquisas acerca do tema. Este fato pode levar a pensar que seu aparecimento pode ser uma característica do período analisado, que incluiu muitas greves nos transportes públicos ou que este direito não tenha sido ainda absorvido pelo senso comum. Tal situação pode ter mudado a partir de 2013, dado a força demonstrada por movimentos como o do passe livre que reforçaram a luta pelo transporte público na pauta das reivindicações sociais.

Diante do exposto, acredita-se que a veiculação dos Direitos relativos ao Trânsito pelo JN, posicionando-se a favor dos direitos, pode contribuir para a legitimação do mesmo, criando, como afirma Moscovici (1961/2012), pontos de tensão no sistema representacional que, no caso do transporte público por exemplo, poderia estar baseado sobretudo no uso do carro próprio como forma principal de transporte e, a partir da veiculação dos problemas de trânsito das cidades, passaria a incluir também o uso do transporte coletivo.

Em relação ao envolvimento com os DH, a classe dos Direitos relativos ao Trânsito é a única em que o envolvimento governamental com os DH é ressaltado. Nesta classe, o tom oficialista citado por Lima (2004) é abandonado. Esse fato pode ser devido a uma percepção do telejornal de que esses problemas só podem ser resolvidos a partir da iniciativa governamental.

Por fim, em relação à classe 2 - Direito a Proteção diante de Catástrofes –, poder-se-ia incluí-lo no rol dos direitos econômico-sociais, uma vez que a implementação desse direito exige uma espécie de proteção do Estado contra as vicissitudes da vida e/ou contra a desigualdade social. Contudo, a análise realizada mostra claramente que, no âmbito do JN, trata-se de uma categoria diferente de direitos. Nesta categoria o JN mais uma vez trata de um assunto que envolve DH sem utilizar a linguagem do direito. Como no caso das violações de direitos individuais, o fenômeno é abordado pontualmente e não é ressaltado o papel dos governos nas medidas que deveriam ter sido tomadas, tal qual destacou Lima (2004) em sua pesquisa.

Na classe dos Direitos a Proteção diante de Catástrofes, verificou-se a cobertura de duas tragédias – enchente e seca. Essa cobertura pautou-se muito mais pela exploração dos aspectos emocionais do que pela explicação dos aspectos históricos e sociais que levaram àquelas situações. Lima (2004) já havia identificado essa predileção no JN. Além disso, nas coberturas, não se falou a respeito das medidas preventivas que deveriam ter sido tomadas, o

que também foi verificado por Lima (2004). Neste sentido, cabe ressaltar que o telejornal aborda tais eventos, geralmente, buscando emocionar o telespectador com histórias trágicas ou de superação, baseando sua abordagem na lógica dos *fait-divers* (Coutinho, 2006) e do sensacionalismo (Bistane & Bacellar, 2010) e desta forma ele não contribui para que os cidadãos tenham mais condições de reclamarem pelos seus direitos (Canela, 2008).

Nas reportagens referentes à seca, houve uma tentativa maior de contextualização do que naquelas sobre as enchentes. Esse fato talvez se deva à periodicidade do fenômeno o que possibilita incluí-lo como pauta rotineira para determinada época do ano, dando o tempo necessário para que as reportagens sejam planejadas mais detalhadamente (Bonner, 2009). No caso das enchentes, embora elas representem um fato comum na realidade brasileira, costumam variar de local, de data e de intensidade. Assim, as reportagens aparecem como resultado de um fato novo, o que proporciona menos tempo para que sejam pensadas e produzidas (Bonner, 2009).

Nas duas tragédias, enchente e seca, além de destacar o conteúdo emocional, as reportagens utilizavam a linguagem dos prejuízos econômicos como forma de dimensionar a tragédia para os telespectadores, corroborando a interpretação de que a economia, e não os direitos, era a linguagem que unificava e justificava os diversos conteúdos contidos na amostra do presente estudo. Este fato ficou claro quando se analisou a distribuição das classes na Análise Fatorial de Correspondência por Contribuição, onde foi possível observar que a Classe dos Aspectos Econômicos dos Direitos encontrou-se na interseção das outras três classes, que se diferenciaram entre si.

Os resultados encontrados no presente trabalho confirmaram algumas expectativas como: as violações de direitos teriam ampla cobertura; os temas polêmicos seriam evitados; a valorização do conteúdo emocional; a cobertura das tragédias que não contariam com

questionamentos acerca das medidas preventivas que deviam ter sido tomadas e; a forte recorrência aos especialistas.

Outras expectativas foram apenas parcialmente confirmadas, como por exemplo: as notícias curtas seriam predominantes (duas classes tiveram as reportagens longas como tipo de cobertura característica); a maioria das notícias seria veiculada sem contextualização socio-histórica (várias reportagens contaram com uma cobertura contextualizada) e as notícias e reportagens sejam descritivas, correspondendo ao gênero anunciativo (este fato foi verdadeiro para a classe dos Aspectos Criminais dos Direitos, porém as outras classes contaram com reportagens de outros tipos).

Em relação às limitações deste trabalho, cabe destacar que ele se refere a um período específico de dois meses (16/04/2012-16/06/2012), podendo os resultados refletirem, em parte, características específicas do período analisado. Buscou-se analisar o período mais longo possível para que os resultados pudessem ser considerados como característicos da estrutura típica do Jornal Nacional.

Considera-se que o fenômeno das representações sociais é dinâmico, portanto, faz-se necessário a continuidade das pesquisas que verifiquem quais as representações sociais dos DH que são difundidas pelos meios de comunicação buscando acompanhar as mudanças que possam ocorrer neste fenômeno.

Ainda em relação às limitações, é preciso ressaltar que a análise realizada pelo programa Alceste se propõe a verificar coocorrências de radicais de palavras em um grande volume de dados textuais. Portanto, a análise por meio do Alceste não permite que se verifique diretamente uma intencionalidade no discurso do telejornal. Tentou-se realizar essa análise na discussão tomando como base a literatura acerca dos meios de comunicação e das representações sociais, mas acredita-se que nesse caso o mais recomendado seria uma análise de conteúdo, baseada em Bardin (1977/2009) ou uma análise do discurso.

Abric, J. C. (1994). *Pratiques sociales et representations*. Paris. PUF.

Araújo Filho, A. M. (1997). *A evolução dos Direitos Humanos*. São Luís – MA: Editora da Universidade Federal do Maranhão.

Austin & Strange (2012). Television Produces More False Recognition for News Than Newspapers. *Psychology of Popular Media Culture*. 1 (3), 167–175. DOI: 10.1037/a0028322.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Baudrillard, J. (1999). *Tela-Total: Mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Editora Sulina.

Baumgartner, S. & Wirth, W. (2012). Affective Priming During the Processing of News Articles. *Media Psychology*, 15:1–18. DOI: 10.1080/15213269.2011.648535.

Bistane, L. & Bacellar, L. (2010). *Jornalismo de TV*. 3ª Edição. São Paulo: Contexto.

Bobbio, N. (1992). *A Era dos Direitos*. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Campus.

Bonner, W. (2009). *Jornal Nacional: Modo de Fazer*. Rio de Janeiro: Editora Globo.

Brasil (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF.

Recuperado em 06 de fevereiro de 2014 de

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Brasil (2008). *DH, 2008: A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal*. Brasília: SEDH.

- Camino, C. (2004). *Concepção das crianças e dos adolescentes sobre Direitos Humanos, direitos da criança e justiça distributiva*. (Relatório de Pesquisa/2004). João Pessoa - PB. CNPq.
- Camino, C., Caminho, L., Pereira, C. & Paz, M. (2004). Moral, Direitos Humanos e participação social. *Estudos de Psicologia*, 9 (1), 25-34.
- Camino, C., Galvão, L., Rique, J., & Camboim, A. (2006). Influência do contexto social nas concepções de adolescentes sobre Direitos Humanos e Justiça. In J. C. Jesuíno, A. Paredes & B. V. Camargo (Orgs.), *Práticas e Representações Sociais*. João Pessoa: Editora Universitária.
- Canela, G., (2008). A cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate. In: Canela, G., (Org.). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez Editora.
- Canellas, M., (2008). Nem imparcial, nem engajado: o repórter como artífice da notícia. In: Canela, G., (Org.). *Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo*. São Paulo: Cortez Editora.
- Clémence, A., Doise, W., De Rosa, A., & Gonzalez, L. (1995). La représentation sociale des droits de l'home: une recherche internationale sur l'étendue et les limites de l'universalité. *Journal International de Psychologie*, 30 (2), 181-212.
- Comparato, F. (2007). *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva.

- Coutinho, I. (2006). Telejornais e identidade política a cobertura do julgamento de José Rainha. *Lumina*, 9 (1/2), 1-9.
- Cruz, F., & Moura, M., (2012) Os Direitos Humanos como Produto: reflexões sobre a informação e a cultura da mídia. *Seqüência*, 65 (1), 79-102. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2012v33n65p79>.
- Cunha, A. (1990). *Telejornalismo*. São Paulo: Atlas.
- Doise, W., Staerke, C., Clémence, A., & Savory, F. (1998). Human rights and Genevan youth: A developmental study of social representations. *Swiss Journal of Psychology*, 57(2), 86 - 100.
- Doise, W. (2002). *Direitos do homem e força das idéias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Durkheim, E. (2008) *As formas elementares da vida religiosa*. 3. ed., São Paulo: Paulus.
- Feitosa, I. (2009). *Representações sociais dos Direitos Humanos de estudantes pessoenses de escolas públicas e privadas*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil.
- Fernandes, C. (2007). *TV e Direitos Humanos: As Representações Sociais de Adolescentes sobre os Direitos Humanos*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil.
- Fonseca, P. (2009). Direitos Humanos dos pobres: entre a violação e a exclusão. In: Bittar, E. (Org.) *Direitos Humanos no século XXI: cenários de tensão*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- Galvão, L., Costa, J., & Camino, C. (2005) Conhecimento dos Direitos Humanos por adolescentes privados de liberdade: um estudo comparativo de duas instituições. *Psico (PUCRS)*, 36, 275-282.
- Garry, M., Strage, D., Bernstein, D., & Kinzett, T. (2007) Photographs can Distort Memory for the News. *Applied Cognitive Psychology*. 21, 995–1004. DOI: 10.1002/acp.1362
- Gouveia, M. L. A. (2007). *Concepções de agentes de políticas públicas e de crianças em contexto de abrigo sobre DH*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
- Henkes, R. (2008). Rousseau e o direito de propriedade. *Revista Espaço Acadêmico*, 89 (10). Recuperado em 06 de fevereiro de 2014 em <http://www.espacoacademico.com.br/089/89henkes.htm>.
- Honorato, C. (2011). Trânsito Seguro: Direito Fundamental de Segunda Dimensão. *Revista dos Tribunais*. n. 911, ano 100, p. 107-169. Recuperado em 06 de fevereiro de 2014 de http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdin4103/anexo/TRANSITO_SEGURO_Direito_Fundamental_CASSIO_HONORATO_Texto_impresso_RT_91_1_em_Set_2011.pdf
- Herkenhoff, J. B. (1994). *Curso de DH: Gênese dos Direitos Humanos*. Guarulhos – SP: Editora Acadêmica.
- Jodelet, D. (2005). *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Just, M.; Neuman, W. & Crigler, A. (1992) *An Economic Theory of Learning from News*. Joan Shorenstein Center on the Press, Politics and Public Policy. Recuperado em 06 de

fevereiro de 2014 de http://shorensteincenter.org/wp-content/uploads/2012/03/r06_just.pdf

Kellner, D. (2001) *A Cultura da mídia*. Bauru (SP): Edusc.

Konder, L. (2005). Socialismo: ideias que romperam fronteiras. In: Pinsk, J & Pinsk, C. B. *História da Cidadania*. 3ª Edição. São Paulo: Contexto.

Lafer, C. (2009). *A Reconstrução dos Direitos Humanos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lima, V. (2004). *Mídia: teoria e política*. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Lordelo, P. (2013). Limites à liberdade de expressão e de informação da mídia face ao direito à honra de pessoas envolvidas no processo criminal. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 18, n. 3678, Recuperado em 06 de fevereiro de 2014 de <http://jus.com.br/artigos/24377>.

Maksud, I., (2008) Sexualidade e mídia: discursos jornalísticos sobre o sexual e a vida privada. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 13(4), 663-671.

Mello, S. (1999) A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: Sawaia, B., (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.

Meta - Pesquisas de Opinião (2010) *Hábitos de informação e formação de opinião da população brasileira*. Recuperado em 06 de fevereiro de 2014 de <http://www.fenapro.org.br/relatoriodepesquisa.pdf>.

Mondaini, M. (2005). Revolução Inglesa: O respeito aos direitos dos indivíduos. In: Pinsk, J & Pinsk, C. B. *História da Cidadania*. 3ª Edição. São Paulo: Contexto.

Moscovici, S. (2009). *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. 6ª Edição. Petrópolis: Vozes.

Moscovici, S. (2012) *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes.

Organização das Nações Unidas - ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Recuperado em 06 de fevereiro de 2014 de http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm.

Organização das Nações Unidas - ONU (1966). *Pacto internacional sobre direitos civis e políticos*. Recuperado em 06 de fevereiro de 2014 de http://portal.mj.gov.br/sedh/11cndh/site/pndh/sis_int/onu/convencoes/Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Politicis%20-1966.pdf

Organizações Globo (2011) Princípios Editoriais das Organizações Globo. Recuperado em 06 de fevereiro de 2014 de <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>.

Paz, M. (2008). *Valores morais e Direitos Humanos: uma análise das concepções de professores*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Pereira, C. & Camino, L. (2003). Representações sociais, envolvimento nos Direitos Humanos e ideologia política em universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16 (3), 447-460.

- Queiroz, P., Camino, C., Galvao, L., Santos, J., Pequeno, N., & Mathias, A. (2014). Representações sociais de mães sobre os Direitos Humanos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 357-375.
- Ramos, F., & Novo, H. (2003). Mídia, violência e alteridade: um estudo de caso. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 491-497.
- Reinert, M. (1998). *Alceste: Analyse de données textuelles. Manuel d'utilisateur*. Toulouse: IMAGE.
- Ribeiro, A. (2004) *Alceste: Análise Quantitativa de Dados Textuais*. Manual não publicado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Rosa, R. (2010). Um olhar sobre a cobertura jornalística de políticas públicas sociais no jornal Zero Hora. *Estudos em Jornalismo e Mídia - Políticas Públicas*, 2, 1-11.
- Sá, C. P. Oliveira, D. C. Castro, R. V. Vetere, R. Carvalho, R. V. C. (2009). A memória histórica do Regime Militar ao longo de três gerações, no Rio de Janeiro: Sua estrutura representacional. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26(2), 159-171. doi: 10.1590/S0103-166X2009000200004
- Sacchi, D., Agnoli, F., & Loftus, E. (2007) Changing History: Doctored Photographs Affect Memory for Past Public Events. *Applied Cognitive Psychology*, 21, 1005–1022. DOI: 10.1002/acp

Santos, M. (2009). *A representação social de funcionários de uma instituição ressocializadora sobre os Direitos Humanos dos adolescentes*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Schwartz (1994) Are There Universal Aspects in the Structure and Contents of Human Values? *Journal of Social Issues*, 50(4), 19-45.

Silva, A. (2010) *O sublime e o trágico no telejornal: Os jogos Pan-Americanos 2007 e o acidente da TAM no contexto do Jornal Nacional*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.

Silva, C. (1985). *Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores*. Summus Editorial: São Paulo

Singer, P. (2005). Direitos Sociais: a cidadania para todos. In: Pinski, J & Pinski, C. B. *História da Cidadania*. 3ª Edição. São Paulo: Contexto.

Sodré, M. & Ferrari, M. (1986). *Técnica de Reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística*. Summus Editorial: São Paulo.

Spini, D. & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in values priorities. *European Journal of Social Psychology*, 28, 603-622.

Staerklé, C., & Clémence, A. (2004). Why people are committed to human rights and still tolerate their violation: A contextual analysis of the principle-application gap. *Social Justice Research*, 17, 389–406.

Strage, D., Garry, M., Bernstein, D., & Lindsay, D. (2010) Photographs cause false memories for the news, *Acta Psychologica*, 136(1), 90-94. DOI:10.1016/j.actpsy.2010.10.006.

The Pew Research Center for the People and the Press (2007) *What Americans Know: 1989-2007 - Public knowledge of current affairs little changed by news and information revolutions*. News Release, Washington, D.C, Estados Unidos. Recuperado em 06 de fevereiro de 2014 de <http://www.people-press.org/reports/pdf/319.pdf>.

Trindade, J. (2002). *A História Social dos Direitos Humanos*. São Paulo: Petrópolis.

Unz, D.; Schwab, F, & Winterhoff-Spurk, P. (2008) TV News – The Daily Horror? Emotional Effects of Violent Television News. *Journal of Media Psychology*, 20(4),141–155. doi: 10.1027/1864-1105.20.4.141

Waiselfisz, J. (2013) Homicídios e Juventude no Brasil - Mapa da violência 2013. Secretaria-Geral da Presidência da República: Secretaria Nacional de Juventude. Recuperado em 06 de fevereiro de 2014 de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf.

Yorke, I. (1998). *Jornalismo diante das câmeras*. São Paulo: Summus.